



A DEFESA NACIONAL

REVISTA DE ASSUNTOS MILITARES E ESTUDO DE PROBLEMAS BRASILEIROS

ANO XCII – Nº 804 – JAN/FEV/MAR/ABR DE 2006



INTEGRAÇÃO SUL-AMERICANA

Paulo Roberto Costa e Silva

CONFLITOS ASSIMÉTRICOS

Casos Históricos

Sérgio Luiz Tratz

AULA DE ENCERRAMENTO DO CURSO DE HISTÓRIA MILITAR

Hélio Leôncio da Silva

MINISTÉRIO DA DEFESA
BIBLIOTECA DO EXÉRCITO
AQUISIÇÃO

ORIGEM: _____
DATA: 14/03/08
PREÇO: _____
EMPENHO: 290637/324495 ex-2

EDITORIAL

O Brasil

"O Brasil não é essa sociedade fria, delinqüente, cadaverizada, que recebe na testa, sem estremecer, o carimbo de uma camarilha, como messalina recebe no braço a tatuagem do amante ou o calceta, no dorso, a flor-de-lis do verdugo. Não, o Brasil não aceita a cova que lhe estão cavando os cavadores do Tesouro, a cova onde acabariam de roer até os ossos os tatus-canastras da politicália. Nada, nada disso é o Brasil. O Brasil não é 'isso'. É 'isto'. O Brasil é uma assembléia. O Brasil é este comércio imenso de almas livres. Não são os comensais do erário. São células ativas da vida nacional. É a multidão que não adula, não teme, não corre, não recua, não deserta, não se vende. Não é a massa inconsciente, que oscila da servidão à desordem, mas a coesão orgânica das unidades pensantes, o oceano das conseqüências, a mole das vagas humanas, onde a Providência acumula reservas inesgotáveis de calor, de força e de luz para renovação das nossas energias. É o povo, num desses movimentos seus, em que descobre toda a sua majestade."

(Rui Barbosa)

SUMÁRIO

O IDEAL DE PAZ MUNDIAL	3
<i>Carlos de Meira Mattos</i>	
GUERRA FRIA E A LIÇÃO DE BUSH	5
<i>Joseph S. Nye</i>	
DO MUNDO SUBMISSO À DITADURA DO ISLÃ	7
<i>Luiz Nazário</i>	
O PAPEL E O TAMANHO DO ESTADO	9
<i>Denis Rosenfield</i>	
ESQUIZOFRENIA ESTRATÉGICA	11
<i>Eduardo Italo Pesce</i>	
ESTRATÉGIA DA ALIANÇA	16
<i>Reinaldo Nonato de Oliveira Lima</i>	
A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA NA AMÉRICA DO SUL	23
<i>Maria Regina Soares de Lima</i>	
INTEGRAÇÃO SUL-AMERICANA	25
<i>Paulo Roberto Costa e Silva</i>	
CONFLITOS ASSIMÉTRICOS: IMPLICAÇÕES PARA O PLANEJAMENTO POLÍTICO-ESTRATÉGICO ESTUDO DE CASOS HISTÓRICOS	43
<i>Sergio Luiz Tratz</i>	
ECONOMIA	
Paradoxos da globalização	53
<i>Marco Maciel</i>	
Pobreza maquiada	54
<i>Ali Kamel</i>	
O Brasil está ficando para trás?	56
<i>Armando Castelar Pinheiro</i>	
A História não espera	58
<i>Rubens Barbosa</i>	
Alerta do campo	59
<i>Heitor De Paola</i>	
Ironia agrária	60
<i>Xico Graziano</i>	
Tecnologia militar para uso civil é desenvolvida por empresas privadas	62
ENERGIA	
Energia em jogo, o futuro da pesquisa nuclear	64
Projeto nuclear busca gerar apoio	65
Tecnologia 100% nacional	66
Brasil domina tecnologia nuclear	66
Gás natural – A Rússia e a Bolívia	70
Petróleo: uma dependência a menos	72
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM HISTÓRIA MILITAR – 2004/2005	
AULA DE ENCERRAMENTO	74
<i>Hélio Leôncio da Silva</i>	
DA IMPRENSA	78

O ideal de paz mundial

Carlos de Meira Mattos*

Em setembro último, em Nova York, 175 chefes de Estado e de governo, membros da ONU, reuniram-se para comemorar os 60 anos da Organização Mundial. Ao ser fundada, em 1945, pela Ata de Chapultepec, logo após o final da Segunda Guerra Mundial, eram apenas 51 Estados-membros. Durante os últimos 60 anos, mais do que triplicou o universo de países livres no mundo – na mesma proporção cresceu a ONU.

A reunião dos principais líderes de todo o planeta em Nova York traz de volta a reflexão sobre a saga do ideal de paz mundial. Grandes filósofos, como Kant (*A Paz Perpétua*) e Rousseau (*Discursos*), no século XVIII, entre outros pensadores, bem expressaram o ideal de paz da humanidade.

A ONU, assim como a antiga Liga das Nações e o anterior Congresso de Viena, foi criação de países vencedores de grandes conflitos bélicos que ensanguentaram a humanidade. Os três nasceram sob a égide do ideal de paz e segurança duradoura para todos os povos do mundo.

A declaração de princípios das três cartas acima citadas contém o compromisso das grandes potências vencedoras de protegerem a humanidade da desgraça de novas guerras e de zelar pela harmonia entre os povos.

A história registra o fracasso do Tratado de Viena e da Liga das Nações. A ONU, ainda viva, recebe pesadas críticas por sua incapacidade de cumprir sua missão de paz.

Durante essas seis décadas de existência, mais de 200 conflitos armados localizados entre países, etnias e religiões sangraram – e al-

guns ainda sangram – o nosso planeta, tais como o conflito Israel-Palestina e as guerras no Iraque, no Afeganistão, em Kosovo e outras na África.

O atual presidente da ONU, o africano Kofi Annan, durante as recentes comemorações dos 60 anos, em Nova York, fez um balanço das dificuldades e deficiências do organismo para cumprir, principalmente, a sua missão política principal de assegurar a paz e a segurança entre os povos do mundo. O projeto de reforma da instituição, elaborado pela Secretaria-Geral e submetido ao conclave dos 175 membros presentes, não encontrou consenso entre os “grandes” e teve sua aprovação adiada, causando decepção à maioria.

Contém o projeto de aprovação postergada, entre vários corretivos às insuficiências da ONU, a “pedra de toque” da insatisfação da grande maioria dos países – a estrutura e o excessivo poder (direito de veto) dos cinco membros permanentes do Conselho de Segurança (Estados Unidos, Inglaterra, França, Rússia e China). A proposta adiada ampliaria o número de membros deste Conselho de 15 para 25 e o reajustaria a fim de torná-lo mais democrático e geograficamente mais representativo. O Brasil era um dos candidatos mais cotados a ocupar um lugar de membro permanente, assim como a Índia, a Indonésia e a Nigéria.

A ONU de hoje pouco se parece com aquela instituição nascida em 1945. Cresceu desmesuradamente, transformou-se em uma macro-organização internacional. De 51 membros fundadores, passou a abrigar 191 Estados.

Sua estrutura perdeu representatividade. Abriga a Corte Internacional de Haia, a Unesco,

* O autor é General-de-Divisão.

o Conselho Econômico e Social e inúmeras agências reguladoras de indispensáveis atividades externas dos países de um mundo globalizado, tais como comércio, trabalho, agricultura, saúde, meio ambiente, direitos humanos, energia nuclear, aviação, comunicação, correios, refugiados, forças de paz. A organização luta com enormes dificuldades financeiras em virtude da falha contribuição dos países-membros e constante crescimento de seus encargos.

Em entrevista concedida à imprensa, publicada na revista francesa *L'Express* (22/9/03),

o Secretário-geral Kofi Annan, fazendo um balanço do desempenho da ONU, lamentou o adiamento das reformas propostas na recente reunião dos 175 membros em Nova York, que, a seu ver, viriam minorar muitas dificuldades e aumentar a eficiência do organismo internacional. Mencionou seus fracassos e êxitos em setores de suas multiformes atribuições e terminou destacando que, apesar de gigantescas dificuldades, "somos a última instância em que todos os problemas cruciais podem ser discutidos em escala planetária".

BIBLIOTECA DO EXÉRCITO EDITORA

Coleção General Benício



Terrorismo, um Retrato

David J. Whittaker

Trata-se de perfeita introdução ao estudo do novo fenômeno que preocupa a humanidade: *o terrorismo internacional*. A obra reúne significativa matéria oriunda de estudiosos desse complexo tema que, ora, aflige a humanidade. O autor explora definições, consequências sociológicas e psicológicas, legais e éticas. Este título oferece aos assinantes/leitores novas informações da forma e dos processos de atuação do terrorismo mundial em sua tentativa para desgastar a autoridade do Estado constituído.

Guerra Fria e a lição de Bush

Joseph S. Nye*

O Presidente dos Estados Unidos, George Bush, recentemente criou uma analogia entre o confronto com a *jiha*d terrorista e a Guerra Fria. Estava correto em um aspecto: ondas de terrorismo tendem a acontecer em gerações. Infelizmente, como no conflito silencioso que marcou o século XX, a atual “guerra ao terror” será uma questão de décadas e não de anos. O presidente, no entanto, perdeu outra lição implícita em sua analogia: a importância do *soft power* da cultura. A Guerra Fria foi vencida pela combinação de poder militar (a *détente* contra a agressão soviética) e o poder das idéias ocidentais. Quando o Muro de Berlim caiu em 1989, martelos e tratores o puseram abaixo, e não a artilharia. Infelizmente, Bush não aprendeu esta lição.

O intercâmbio acadêmico e científico durante a Guerra Fria representou um importante papel no fortalecimento do *soft power* da América. Enquanto alguns norte-americanos céticos temiam que cientistas e agentes da KGB pudessem roubar segredos tecnológicos, deixaram de perceber que os visitantes aspiravam mais idéias políticas do que planos científicos. Muitos se tornariam, depois, lideranças a favor dos direitos humanos e da liberalização da URSS.

Mais de 50 mil soviéticos – escritores, jornalistas, funcionários de governo, músicos, dançarinos, atletas e acadêmicos – visitaram os EUA entre 1958 e 1998. Aleksandr Yakovlev foi fortemente influenciado pelos seus estudos na Uni-

versidade Columbia, em 1958. Yakovlev retornou para ser membro do Politburo e peça-chave na influência liberal sobre Mikhail Gorbachev. Oleg Kalugin, um dos mais altos postos da KGB, assumiu, em uma conversa em 1997:

“O intercâmbio foi o Cavalo de Tróia para a URSS. Representou um papel tremendo na erosão do nosso sistema. E continuou infectando mais e mais pessoas ao longo dos anos.”

Bush fez uma revisão no enorme programa de vistos que cortou muitos intercâmbios, particularmente os com países islâmicos.

A cultura popular foi um ponto forte durante a Guerra Fria. Muitos intelectuais a desdenham devido ao seu comercialismo. Estão errados, porque o entretenimento de massas quase sempre contém imagens e mensagens sobre individualismo, escolhas dos consumidores e outros valores com grande efeito político intrínseco.

O cinema de Hollywood, por exemplo, inclui sexo, violência e materialismo, mas não é tudo. Os filmes também retratam a vida na América, aberta, cheia de mobilidade, individualista, antiestablishment, pluralista, populista e livre. Como definiu o poeta Carl Sandburg, em 1961: “Como pode Hollywood ser mais importante que Harvard? A resposta é: não é tão limpa como Harvard, mas está quase chegando lá.”

A linha entre informação e entretenimento não é clara como alguns intelectuais imaginam, mas muito difusa. Algumas letras de músicas populares têm efeito político. Mensagens também podem ser percebidas na forma como equipes esportivas e estrelas se comportam, ou nas imagens pulverizadas pela televisão e pelo

* Cientista político, decano da John F. Kennedy School of Governments, na Universidade Harvard, e ex-subsecretário de Defesa dos EUA.

cinema. Fotos transmitem valores de forma mais poderosa do que palavras. Mesmo o consumo de *fast food* pode trazer recado implícito. Como aquela família da Índia descrevendo sua visita ao McDonald's como um "pedaço da América". Embora a URSS restringisse e censurasse filmes ocidentais, aqueles que conseguiram ser vistos no país causaram efeitos políticos devastadores. Um jornalista comentou, certa vez, depois de assistir à mostra restrita de filmes que criticavam as políticas bélicas nucleares norte-americanas:

"Ficamos chocados. Começamos ali a entender que as mesmas coisas poderiam acontecer a nós e a eles em caso de uma guerra nuclear."

O público soviético que assistia a filmes com temas apolíticos, da mesma forma, viu que as pessoas no Ocidente não esperavam horas em filas para comprar comida, não precisavam viver em apartamentos comunitários e podiam escolher os próprios carros. Tudo isso era uma forma de desacreditar a visão negativa do sistema liberal pregada pela mídia oficial. Até o *rock'n roll* fez a sua parte, como reconheceria um dos assessores de Gorbachev, anos mais tarde:

"Ouvir os Beatles era a nossa maneira silenciosa de rejeitar o sistema enquanto nos conformávamos à maior parte de suas demandas."

Autoridades comunistas da Tcheco-Eslôvquia (hoje são dois países separados) conde-

naram um grupo de 150 pessoas à prisão na década de 1950 por "*tocar fitas com a decadente música norte-americana*", mas seus esforços se tornaram contraproducentes. Em 1980, depois que John Lennon foi morto, um monumento a ele surgiu espontaneamente em Praga, e cada aniversário de morte era o marco para uma passeata pela paz e pela democracia. Em 1988, os organizadores fundaram a ONG Lennon Peace Club, que exigia a saída das tropas soviéticas do país. Era Lennon derrotando Lenin.

A Guerra Fria foi vencida pela mistura de *hard power* e *soft power*. Nem todas as fontes desse último foram norte-americanas – basta ver o papel da BBC e dos Beatles. Mas poderia ser um erro ignorar o papel da cultura popular.

Um detalhe precisa ser bem analisado. As culturas da Europa eram mais similares entre si do que são as culturas islâmicas. Em alguns círculos fundamentalistas e entre terroristas, o Ocidente evoca repulsa, não atração. Mas mesmo no Irã, onde os mulás descrevem a América como "o Grande Satã", os mais jovens assistem a filmes de Hollywood em casa. Pesquisas realizadas no mundo islâmico mostram que a produção cultural dos EUA é um elemento de atração para a maioria moderada. É a política norte-americana que leva à impopularidade. Bush deveria aprender a sair do caminho e encorajar maiores e mais freqüentes contatos entre os povos. ☪

(Publicado no *Jornal do Brasil* de 23/10/2005)

Do mundo submisso à ditadura do Islã

*Luiz Nazário**

Na reportagem da Globonews, o jornalista Sílvio Boccanera entrevistou, em Londres, uma muçulmana “moderada” que condenava as charges a Maomé, opondo-se, ao mesmo tempo, a um projeto de lei na Inglaterra que pretende proibir ofensas a qualquer religião, pois ela “protegeria os judeus”. Nenhuma observação sobre essa postura racista. Em seguida, o cartunista brasileiro Chico Caruso defendeu os cartunistas dinamarqueses pelo lado superficial das técnicas de ilustração (“as caricaturas são boas”) e revelou ter sido também perseguido por caricaturar Arafat. Só que suas charges eram pró-palestinas e anti-semitas: Arafat isolado dentro de uma estrela de Davi em forma de campo de concentração; Arafat crucificado na bandeira de Israel. Só reconheceu ter errado quando espanhóis protestaram contra uma charge sua mostrando Osama bin Laden como toureiro vitorioso cortando a orelha de uma “vaca-mundi” após os atentados em Madri.

O enfoque das reportagens sobre as charges a Maomé é o desejado pelos estrategistas do totalitarismo islâmico. Repetem-se as mesmas besteiras e mentiras; as mídias ocidentais não se cansam de demonstrar submissão ao Islã. Não se trata de discutir os “limites da liberdade de expressão”.

O Ocidente já passou por essa discussão no século XVIII, e dela saíram vitoriosos os direitos da pessoa humana contra as massas furiosas e linchadoras. Esses direitos foram temporariamente revogados pelo nazismo, mas restaurados depois da guerra, e ainda vigoram, apesar da pressão do Islã para um retorno ao poder das massas lideradas por totalitários. Em

nosso mundo moderno, a arte é uma heresia sagrada; nossa melhor cultura funda-se, de Galileu a Darwin, de Marx a Freud, de Artaud a Arrabal, de Buñuel a Dalí, de Fellini a Pasolini, sobre o imaginário blasfemo.

Muçulmanos, judeus e cristãos satirizam constantemente Jesus e Moisés em charges e piadas. Recentemente, para exercer, sem qualquer talento, seu direito ao sacrilégio, um medíocre artista plástico mergulhou um cruceixo num aquário cheio de urina e outro compôs com fezes e colagens de fotos pornográficas uma imagem da Virgem Maria, causando tolas polêmicas.

Depois da segunda Intifada, cartunistas de todo o mundo equipararam o Exército de Israel às SS nazistas, profanando de todas as maneiras a estrela de Davi, acreditando, assim, servir à “nobre causa palestina”, confundindo postura política com racismo nazista: foi o caso do cartunista brasileiro Carlos Latuff, que abraçou a “nobre causa palestina” com charges que justificavam os homens-bombas e demonizavam Sharon e Israel.

Contudo, por mais ofendidos que se sintam pela arte sacrílega dos surrealistas judeus e ateus, os cristãos não saem por aí destruindo bibliotecas e museus. Por mais agredidos moralmente pelos dom-quixotes da esquerda palestina e cristã anti-semita, os judeus não revidam atacando as embaixadas dos países dessas publicações, pedindo a cabeça dos ilustradores como os muçulmanos o fazem agora.

Trata-se, no caso das charges a Maomé, de um fenômeno bem distinto. Não cabe, aí, discutir os “limites da liberdade de expressão”, nem pensar em leis de “respeito às religiões”, ou rever casos de aplicação de “censura à imprensa”. Nada disso. Estamos, na verdade, diante de uma campanha totalitária. O Ocidente deve perceber

* O autor é professor universitário – UFMG.

os objetivos desse ato de Jihad e preparar-se para o pior, mobilizando suas forças vivas contra o novo holocausto dos judeus que os islamitas estão preparando. Esse ato de Jihad voltado contra a Europa, após os atentados de Madri e Londres, coincidindo com a vitória do Hamas na Palestina e do Hezbollah no Líbano; e com o presidente do Irã incitando o mundo islâmico a riscar Israel do mapa e desafiando os líderes europeus a aceitar de volta os judeus da Palestina; enfim, essa campanha que teve o objetivo de atingir a Dinamarca foi inspirada nos mesmos passos dados por Hitler na preparação do Holocausto.

E por que teria sido esse pequeno país escolhido como vítima da atual campanha? A resposta é simples: porque a Dinamarca foi o único país da Europa ocupada que ousou proteger os judeus durante o Holocausto. Os dinamarqueses foram os únicos europeus que se recusaram, coletivamente, a entregar os seus judeus à máquina de morte dos nazistas, salvando-os da Gestapo, protegendo, até dentro dos campos de concentração, pelo envio de representantes, aqueles judeus dinamarqueses eventualmente presos; pelo que os judeus da Dinamarca foram os que em maior número sobreviveram, relativamente. É apenas por isso que os dinamarqueses agora estão sendo atacados por massas furiosas e linchadoras, insufladas por líderes totalitários. É por isso que a “vingança” contra as charges dinamarquesas foi o concurso iraniano de “caricaturas do Holocausto” – concurso anunciado muito tempo antes da atual e bem organizada explosão de ira “espontânea”.

As vítimas desse caso não são os muçulmanos que se dizem “ofendidos” por desenhos; muito mais ofensivos a uma outra religião são os desenhos, vídeos e filmes que os totalitários do Islã vêm produzindo. Há anos que líderes religiosos islâmicos negam o Holocausto, pregando nas mesquitas o assassinato dos judeus, que comparam (como Hitler e Goebbels o faziam) ao câncer e à peste.

Baseando-se nas caricaturas assinadas pelo desenhista Fip no *Der Stürmer*, ilustradores pales-

tinios aprenderam a caracterizar “os judeus” com adiposidades e pêlos no corpo e narizes em forma de seis; adotam também a técnica da animalização, representando-os sob a forma de aranhas, ratos, polvos e jumentos; em seus livros didáticos retiram Israel dos mapas da região, substituindo-o por uma Palestina habitada apenas por árabes; na Síria, no Irã, no Egito, na Palestina, a estrela de Davi é profanada em seriados de TV inspirados nos “Protocolos dos Sábios do Sião”, ressuscitando esquemas de discriminação medievais e nazistas, mostrando rabinos assassinando meninos palestinos para fabricar *mazot* com seu sangue e médicos judeus arrancando os olhos azuis de uma menina palestina raptada num hospital. A imprensa ocidental cala-se a respeito dessa criminosa campanha de propaganda, cúmplice da destruição moral do único Estado democrático do Oriente Médio – Israel – pelos totalitários islâmicos, que agora já se sentem fortes o bastante para exigir a supressão da liberdade de expressão na Europa. Contam com a ajuda de jornalistas imbecis, que culpam os cartunistas dinamarqueses pela Jihad. Amanhã, a culpa será estendida a toda a mídia ocidental. Depois, a todos os que ainda ousarem pensar. Pois não é mais segredo: os fundamentalistas islâmicos preparam, como eles o bradam em suas manifestações, um novo holocausto – que chamam de “verdadeiro Holocausto”, sugerindo tanto que o Holocausto nazista não existiu quanto que a eles caberá a grande missão de exterminar os judeus.

Desde o 11 de Setembro o mundo está diante de uma ameaça ainda maior que aquela representada pelo nazismo. Que ninguém se iluda querendo tentar “respeitar os valores de uma outra civilização”. Os fundamentalistas que se apropriaram do Islã já destruíram os valores da civilização muçulmana com seus “valores” anti-humanos, e querem agora destruir os valores da nossa civilização. Não se trata de um “choque de civilizações”. Trata-se de uma guerra de extermínio declarada por bárbaros contra toda e qualquer civilização.



O papel e o tamanho do Estado

Denis Rosenfield

Há toda uma discussão sobre o papel do Estado que é posta em termos equivocados por estar imediatamente atrelada a contendas ideológicas e partidárias. Em ano eleitoral, fica ainda mais difícil a explicitação desses equívocos, mas paradoxalmente ainda mais necessária, pois os diferentes candidatos deveriam posicionar-se sobre uma questão que diz respeito a todos os brasileiros. Uma confusão embaraalha a própria colocação do problema, pois uma questão mal elaborada não viabiliza solução alguma. A oposição entre Estado mínimo e Estado máximo aparece como uma contraposição entre “esquerda” e “direita”, como se esse tipo de sinalização espacial, muito usada para balizar sinais de trânsito, fosse dirimente por si só.

A “esquerda”, sobretudo no Brasil e na América Latina, atribui à “direita” a concepção de um Estado “mínimo”, como se significasse Estado esquelético ou fraco. A discussão sobre o tamanho do Estado é uma questão relativa às suas funções essenciais, a partir de uma redistribuição dos papéis respectivos da sociedade e do Estado. A pergunta primeira concerne àquelas funções que poderiam ser assumidas pela sociedade sem uma transferência de suas responsabilidades à órbita estatal. O pano de fundo dessa questão reside no modo de entender a liberdade de escolha e a responsabilidade de cada um, reduzindo, portanto, o espaço para que o Estado ocupe áreas que são próprias da sociedade. Não se trata de um Estado fraco, pois um Estado que bem preenche suas funções é forte, forte naquelas áreas que lhe são essenciais.

O Brasil está por demais acostumado à idéia de que cabe ao Estado resolver todos os problemas, como se a sociedade fosse incapaz

de tomar em mãos a sua própria vida. Assim, ao se pedir tudo ao Estado, cria-se a situação de que ele deveria tudo prover, dando-se os meios para a satisfação de tal demanda. Neste jogo entre uma idéia que comanda a demanda social e um Estado que a partir dessa mesma idéia diz respondê-la, surgem as condições de um fortalecimento do Estado pelo aumento de impostos, como se essa fosse a solução dos problemas sociais. O paradoxo de tal situação consiste em que o Estado gasta ainda mais, não dá conta das demandas sociais e os cidadãos, aparentemente, continuam exigindo mais Estado.

Em vez de a sociedade criar condições de resolver os seus próprios problemas, ela os posterga ainda mais, inviabilizando-os. A grande novidade no Brasil, hoje, reside em que a sociedade começa a se dar conta de que o Estado gasta muito e retribui muito pouco à sociedade do que lhe é arrecadado. Os movimentos contra o aumento de impostos são signos saudáveis de que há mudanças em curso; falta, no entanto, que os partidos políticos e, sobretudo, os atuais candidatos à Presidência da República extraiam todas as conseqüências de tal descontentamento.

Isso significa, entre outras questões, que o Estado brasileiro enfrenta o gravíssimo problema da segurança pública. Se há um ponto sobre o qual quase todos os pensadores políticos estão de acordo, é o que diz respeito a essa função da paz pública, devendo ser assumida pelo Estado. Temos uma situação completamente esdrúxula que aparece, porém, como normal.

A segurança está sendo “privatizada”, enfraquecendo de uma maneira perigosa o Estado. As pessoas e famílias que têm meios contratam “segurança privada”, colocam alarmes e cor-

tinhas eletrônicas em suas casas, vivem em edifícios com segurança 24 horas, têm cães e outras medidas do gênero. Tal situação é expressão da falência do Estado, que não consegue preencher essa sua função primeira e essencial.

Há uma outra forma de "privatização" do Estado que perverte suas funções. A corrupção é das suas formas mais nefastas, pois inviabiliza o seu funcionamento, na medida em que os recursos públicos, que deveriam ter uma destinação pública, são desviados por aqueles que na máquina estatal têm funções de mando. Ou a corrupção é combatida eficazmente ou ela termina por minar todo o Estado. A sua mera existência, na proporção já alcançada em nosso país, seria, aliás, um alerta suficientemente forte para que o Estado revisse algumas de suas funções atuais, pois os recursos disponíveis para a corrupção diminuiriam. Uma questão que poderia ser posta, por exemplo, diz respeito aos hospitais estatais, ditos equivocadamente públicos. Será que os recursos dos contribuintes não seriam mais bem aproveitados se essas verbas fossem destinadas a hospitais filantrópicos ou privados que tivessem condições de melhor atender, com qualidade, os cidadãos? O que estes exigem é um aten-

dimento de qualidade, que faça jus aos impostos arrecadados. O Estado, seguindo uma rígida fiscalização, poderia estabelecer uma relação de custo/benefício entre os diferentes tipos de hospitais, destinando recursos aos que atendem adequadamente à população.

A Previdência é um outro caso em que confluem a corrupção e a ineficiência administrativa. Não haverá solução para esse problema via aumento das contribuições, enquanto o dinheiro arrecadado for roubado ou gasto nos meandros burocráticos. Enfrentar esse problema requer do novo presidente uma grande disposição para mexer numa máquina "privatizada" por corruptos ou por "políticos" que assumem cargos apenas em razão de seus interesses particulares. A Previdência deveria ser "desprivatizada" e "despartidariada" para que possa atender aos cidadãos deste país. A partir daí se poderia pôr a questão se algumas de suas funções não poderiam ser mais bem assumidas por um sistema privado de contribuição.

Problemas centrais que deveriam ser encarados para além de enfoques ideológicos, que desvirtuam os termos da questão. ●

(Publicado em *O Estado de S. Paulo* de 06/02/2006)

BIBLIOTECA DO EXÉRCITO EDITORA

Coleção General Benício



Uma Mulher Egípcia

Jehan Sadat

Poucas vezes a Biblioteca do Exército editou título com oportunidade e qualidade como este relato autobiográfico de Jehan Sadat (viúva de Anwar Sadat). A autora se apresenta como muçulmana, filha de pai egípcio e de mãe inglesa, e cedo aprendeu a conviver com o multiculturalismo familiar. Henry Kissinger escreveu: "...a história de Jehan Sadat é autêntica e apaixonada descrição de uma vida como muçulmana emancipada, patriota, esposa e mulher... única no seu gênero."

Esquizofrenia estratégica

Eduardo Italo Pesce

O Brasil é, ao mesmo tempo, um “anão” político-militar e um “gigante” demográfico, territorial, econômico e cultural. Apesar de ser candidato a um lugar permanente no Conselho de Segurança da ONU, nosso país é um dos que menos investem em suas Forças Armadas.

Esta esquizofrenia estratégica, alimentada por um poderoso *lobby antidesesa*, é extremamente perigosa e necessita ser corrigida. O Brasil não identifica publicamente a existência de ameaças externas à sua segurança. Entretanto, nosso país não poderá permanecer eternamente na condição de gigante periférico e desarmado. Ou deixará de ser periférico ou, cedo ou tarde, deixará de ser gigante. O planejamento da defesa nacional deverá estar baseado na identificação das vulnerabilidades estratégicas do país. Vontade e meios são igualmente essenciais para atingir objetivos. O Brasil não tem alternativa senão buscar tornar-se uma grande potência não-hegemônica no século XXI, e deverá desenvolver os meios necessários para tal. Um Estado soberano é uma potência não-hegemônica, quando, apesar de seus interesses de âmbito mundial e de seu elevado nível de capacitação em todos os campos do poder, não pretende impor sua vontade aos mais fracos, com a finalidade de obter ganhos, admitindo o emprego real ou potencial da força apenas para dissuadir ameaças ou defender-se de agressões, de acordo com as normas do Direito Internacional.

Países monstros

No mundo existem apenas cinco “países monstros” (ou *monster countries*, segundo George F. Kennan) que reúnem as vantagens comparativas naturais (população, território e recursos

naturais) necessárias à manutenção de uma economia avançada e diversificada, típica de grande potência: Estados Unidos, Rússia, China, Índia e Brasil. O Canadá e a Austrália, apesar de seu alto nível de desenvolvimento e seu grande território, possuem pequena população.

O Japão, embora tenha uma das maiores economias do mundo e uma população numerosa, é um pequeno país insular. A União Europeia, por sua vez, ainda é (e talvez nunca deixe de ser) uma comunidade de Estados nacionais independentes, e não um Estado soberano unificado.

Os cinco países monstros citados reúnem mais da metade da população e produzem cerca de 43,6% da riqueza mundial. Três deles (EUA, Rússia e China) são membros permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas, e quatro (os três anteriores e a Índia) possuem armas nucleares. O Brasil é o único destes países que não pertence a nenhum dos dois grupos, embora seja (juntamente com a Índia) candidato a um lugar permanente no Conselho de Segurança. Esta aspiração brasileira é antiga, pois remonta à época da Liga das Nações, anterior à Segunda Guerra Mundial.

Segundo a publicação *The World Factbook*, da Central Intelligence Agency (CIA), é o seguinte o Produto Interno Bruto (PIB) dos cinco países monstros, pelo critério de paridade de poder aquisitivo (estimativa de 2002): EUA em 1º lugar entre os países do mundo (US\$ 10,4

trilhões); China em 2º (US\$ 5,7 trilhões); Índia em 4º (US\$ 2,66 trilhões); Rússia em 9º (US\$ 1,35 trilhão); e Brasil em 10º (US\$ 1,34 trilhão). O PIB mundial total é estimado em US\$ 49 trilhões. Pelo critério de paridade, a relação do PIB *per capita* dos mesmos cinco países em 2002 mostra: EUA em 2º lugar mundial (US\$ 37,6 mil); Rússia em 78º (US\$ 9,3 mil); Brasil em 94º (US\$ 7,6 mil); China em 129º (US\$ 4,4 mil); e Índia em 156º (US\$ 2,54 mil). O PIB *per capita* mundial é estimado em US\$ 7,9 mil (91º lugar). O uso da paridade de poder de compra da moeda, em lugar da taxa de câmbio em relação ao dólar, altera o valor numérico e a posição relativa do PIB dos diversos países, assim como a distância que os separa dos EUA, que respondem sozinhos por aproximadamente 21,2% do PIB mundial. A China produz 11,6% da riqueza mundial, enquanto que a Índia produz 5,4% e a Rússia 2,7%, praticamente empatada com o Brasil. Os quatro países monstros emergentes, portanto, produzem juntos cerca de 22,4% do PIB mundial, superando os EUA. O cálculo do PIB pelo critério de câmbio, ao contrário, tem o efeito aparente de empobrecer o resto do mundo em relação aos Estados Unidos, país que emite a “moeda mundial”. A cooperação econômica, científico-tecnológica e militar entre China, Índia, Rússia e Brasil é essencial, a fim de encurtar a distância que os separa dos EUA. Quanto ao PIB *per capita*, Rússia e Brasil situam-se num patamar superior ao de China e Índia, embora os quatro países ainda ocupem posição bem inferior à dos EUA. A posição do Brasil é ligeiramente inferior ao PIB *per capita* mundial.

Orçamentos militares

Os dados sobre as despesas militares, apresentados no referido documento, omitem alguns países e estão baseados em estimativas de PIB diferentes. O 1º lugar mundial é ocupado pelos Estados Unidos, com US\$ 276,7 bilhões. A esti-

mativa não cita o ano, mas o orçamento de defesa para o ano fiscal 2003 (que se iniciou em outubro de 2002) foi de US\$ 379 bilhões. Este total teve que ser aumentado, devido às despesas com a invasão do Iraque. O 2º lugar mundial em gastos com a defesa é ocupado pela China, com US\$ 55,91 bilhões (ano fiscal 2002). O Brasil ocupa o 9º lugar, com um total de US\$ 13,408 bilhões. A estimativa não menciona o ano, mas o valor é pouco superior àquele inicialmente anunciado para 2002 (cerca de US\$ 10,7 bilhões), que acabou sofrendo vários cortes ao longo do exercício. A Índia vem em 11º lugar na lista dos orçamentos de defesa, com US\$ 11,52 bilhões no ano fiscal 2002. O valor dos gastos militares da Rússia não é mencionado. A relação de gastos militares em porcentagem do PIB aponta a China em 31º lugar (4,3% em 2002), os EUA em 47º (3,2%), a Índia em 71º (2,3% em 2002) e o Brasil em 86º (1,9% em 1999). Mais uma vez a Rússia não consta da relação. O total de gastos anuais com as Forças Armadas de todos os países do mundo é estimado em 2% do PIB mundial, não havendo menção ao ano a que se refere este dado.

O valor absoluto dos gastos de defesa ressalta a vantagem aparentemente esmagadora dos EUA. Entretanto, os cinco países monstros apresentam níveis moderados de despesas militares em porcentagem do PIB, quando comparadas com as de ditaduras do Terceiro Mundo ou de países em conflito permanente com seus vizinhos. A Organização das Nações Unidas (ONU) considera razoável que, em tempo de paz, os países-membros gastem até 5% do PIB com suas Forças Armadas. O percentual do Brasil (distorcido pela desvalorização do real em 1999) está muito abaixo desse teto e ligeiramente abaixo do percentual mundial.

Dimensão geopolítica do Brasil

A análise revela uma imagem do Brasil diferente daquela habitualmente mostrada ao

público. Apesar do crescimento modesto das duas últimas décadas, a economia brasileira ainda ocupa um lugar de destaque, se o PIB for calculado pela paridade do poder de compra. Do mesmo modo, o tamanho da economia dos EUA é apenas 7,8 vezes o da nossa. Apesar da enorme desigualdade social e das dificuldades ainda existentes, o Brasil não pode mais ser visto como um “país de pobres e miseráveis”. Segundo estimativas de 2001, o setor primário (agricultura) era então responsável por apenas 8% do PIB brasileiro, enquanto o setor secundário (indústria) respondia por 36%, e o setor terciário (serviços) por 56%. Nosso país vem acompanhando a tendência mundial, que é de um aumento da importância relativa do setor de serviços na economia. Um aspecto que os dados meramente quantitativos não mostram, porém, é o nível de capacitação científico-tecnológica já atingido pelo país.

O Brasil não poderá ser eternamente fraco, pois correria o risco de desmembramento. Deverá desenvolver uma capacidade militar compatível com seu gigantismo e sua dimensão geopolítica potencial, mas sem identificar inimigos. “Nomear inimigos potenciais é fazer inimigos reais”, afirmou o líder indiano Jawaharlal Nehru. As Forças Armadas brasileiras deverão estar plenamente capacitadas não só a dissuadir possíveis ameaças ao país e a defender o território, o espaço aéreo, as águas territoriais e o mar patrimonial, mas também a projetar o poder e a influência do Brasil no exterior – mesmo em tempo de paz. Quando a persuasão e a dissuasão falham, a melhor defesa é manter a guerra longe do próprio território. No século XX, os conflitos internacionais de que o Brasil participou ocorreram no mar ou em outros continentes. No século XXI, nosso país necessitará de uma Marinha oceânica, de uma Força Aérea com capacidade de pronta resposta e de um Exército com capaci-

dade expedicionária, a fim de dissuadir conflitos externos ou evitar que estes cheguem até nós. No novo contexto, a hegemonia da Força Terrestre, típica de países com mentalidade continental, dará lugar a um equilíbrio entre as três forças singulares, característico de potências marítimas. Do mesmo modo, a visão estratégica de alcance regional dará lugar a uma visão de âmbito mundial. Tal mudança de paradigma é essencial, para que o país assuma um lugar de maior destaque no âmbito das relações internacionais. A participação do Brasil em operações de paz da ONU deverá aumentar. As Forças Armadas deverão atuar não apenas em operações de manutenção da paz, mas também em operações de implementação coercitiva ou de imposição da paz. Para isso, os efetivos enviados ao exterior deverão ser ampliados, assim como as respectivas dotações de equipamento.

Reformulação do Conselho de Segurança

Alguns questionam a validade da candidatura do Brasil ao Conselho de Segurança das Nações Unidas, alegando que a excessiva fraqueza militar do país o tornaria refém das grandes potências. Aquele conselho não é lugar para eunucos, mas sua possível ampliação, sem a participação permanente do Brasil, poderia criar para o país uma situação ainda pior que a atual. Se tiver sucesso em seu objetivo de tornar-se membro permanente do Conselho de Segurança, o Brasil terá que assumir novos compromissos na área de defesa. Se fracassar em seu intento, será humilhado e perderá a credibilidade que ainda lhe resta. Mas se desistir de sua pretensão, aceitará uma posição subalterna no mundo e depois não poderá queixar-se das conseqüências. No passado, o Brasil optou por defender-se pelo anonimato e pelo distanciamento, mas, no século XXI, isto não será

mais possível. Durante o período da bipolaridade mundial de poder, todos os Estados, mesmo os mais fracos, eram importantes, pois a queda de qualquer um poderia afetar o equilíbrio do sistema. Agora que o equilíbrio político-estratégico da Guerra Fria não mais existe, os Estados incapazes de garantir sua própria segurança poderão desaparecer, sem que isso ameace seriamente a estabilidade do sistema internacional. Huntington já advertia que “sociedades há que podem ser inerentemente incapazes de prover a própria segurança militar – falta-lhes apreço pela sobrevivência numa era de ameaças contínuas”. Ao término da Guerra Fria, o Brasil adotou uma política externa idealista e utópica que negligenciou os aspectos de defesa e segurança. Talvez em nenhum outro lugar do mundo a elite dirigente tenha acreditado (ou fingido acreditar) com tanta convicção que o “fim da história” e a paz universal houvessem realmente chegado. Esta ilusão desmoronou junto com as torres do World Trade Center. No século XXI as ameaças à segurança e à soberania do Estado nacional não se originam necessariamente de outros Estados, mas podem incluir o terrorismo, a guerrilha e o narcotráfico. O fortalecimento do poder nacional em todos os campos, inclusive o militar, é essencial para assegurar a sobrevivência dos Estados soberanos. Convém lembrar que, longe de estar obsoleto, o Estado nacional é a única forma de organização política democrática de eficácia comprovada atualmente disponível. Para assegurar sua sobrevivência no século XXI, o Brasil necessitará de uma estratégia de defesa nacional baseada em cinco vetores: (1) um amplo sistema de alianças de âmbito regional e mundial; (2) uma robusta proteção econômico-financeira, livre de ingerências externas; (3) uma capacidade crível de dissuasão e defesa militar; (4) uma indústria nacional de material de defesa e uma capacidade autônoma de pesquisa e desenvol-

vimento (P&D) científico-tecnológico para aplicações militares; e (5) uma valorização da identidade nacional e da auto-estima da população.

Ficção orçamentária

Nominalmente, o Brasil possui hoje um dos orçamentos de defesa mais altos do mundo, embora o nível de recursos destinados ao custeio e ao reaparelhamento de suas Forças Armadas seja um dos mais baixos da história do país. Se a Índia, cujo orçamento militar é supostamente menor, está “armada até os dentes”, o Brasil, em comparação, está “desarmado até a medula”. Como isso é possível? Na última década, a folha de pagamento do pessoal militar e dos servidores civis das Forças Armadas brasileiras (inclusive inativos e pensionistas) chegou a atingir cerca de 80% do orçamento da pasta da Defesa, assim como dos antigos ministérios militares até 1999. Após a promulgação da Constituição Federal de 1988, a folha de pagamento do pessoal passou a fazer parte do orçamento de cada ministério. Também contribuíram para elevar o valor dos gastos de pessoal, além de outros fatores, a criação do regime único para os servidores civis e a supervalorização da moeda após o Plano Real. Entretanto, os sucessivos cortes e contingenciamentos, ao longo do exercício, tornam o orçamento real muito menor do que aquele anunciado ao início de cada ano. Como no Brasil o Orçamento da União é apenas autorizativo, este acabou por transformar-se numa mera peça de ficção. O Projeto de Lei Orçamentária para 2004 prevê um total de R\$ 4.140,00 milhões para custeio e investimento no Ministério da Defesa. Este valor não inclui a folha de pagamento de pessoal, que vem consumindo a maior parte do orçamento da pasta. O total de despesas obrigatórias e discricionárias da União para o próximo ano será de R\$ 299,6 bilhões. O ministro da Defesa afirmou que os recursos para custeio e investimento previstos

no orçamento das Forças Armadas para 2004 são exíguos, estimando em cerca de R\$ 7 bilhões o valor mínimo necessário apenas para dar continuidade aos projetos prioritários. Em 2002, as despesas de custeio e investimento da Defesa foram de R\$ 4.399,9 milhões. No orçamento de 2003, estas ficaram reduzidas a apenas R\$ 3.261,6 milhões, após os cortes iniciais efetuados pelo novo Governo. A diminuição da taxa de juros e do *superavit* primário poderia proporcionar um alívio relativo do orçamento, possibilitando aumentar os recursos para custeio e investimentos. A solução definitiva do problema criado pela “financeirização” do Orçamento da União talvez só seja possível quando este orçamento passar a ser impositivo, deixando de ter caráter meramente autorizativo. Isto viabilizaria investimentos plurianuais na modernização das três Forças Armadas, dotando-as dos meios necessários para a defesa da soberania e dos interesses nacionais do Brasil no século XXI.

Conclusão

A superação da “esquizofrenia estratégica” que caracteriza o trato dos assuntos de defesa no Brasil é mais que urgente. A resposta para as dificuldades materiais do setor deverá incluir, mais cedo ou mais tarde, um aumento dos recursos destinados às Forças Armadas e à indústria de material de defesa. Entretanto, enquanto perdurarem o atual modelo econômico neoliberal e as políticas de “Estado mínimo”, que vêm resultando no desmantelamento da nação brasileira, isso não será possível. O colapso da ordem pública, resultante da falência do Estado, traria para a sociedade o “estado de natureza” *hobbesiano*. Para que as funções típicas de Estado, como a defesa nacional, possam ser atendidas, a despeito do grande volume de encargos sociais do Estado

brasileiro, a economia deverá voltar a crescer em ritmo sustentado a taxas da ordem de 7% ao ano. A questão que permanece é como viabilizar tais taxas de crescimento em futuro próximo. Nosso país desfruta de condições menos favoráveis ao crescimento do que China, Índia e Rússia, pois, ao contrário desses países, concedeu liberdade excessiva aos capitais estrangeiros voláteis. Este erro estratégico está nos custando caro. A busca de soluções para o Brasil não deve perder de vista a sua condição de país monstro. No caso da defesa nacional, as opiniões equivocadas, que colocam nosso país no mesmo nível de poder de Estados pequenos ou médios, devem ser firmemente descartadas. A proposta de envolver as Forças Armadas no combate ao crime é também perniciosa, pois defesa nacional não se confunde com segurança pública. Igualmente perigosa é a falsa dicotomia entre “manteiga e canhões”, uma vez que o poder militar está geralmente associado à proteção da riqueza de um país. Se os poderes do Estado entrarem em colapso, produzindo uma convulsão interna, qualquer preocupação de cunho social se tornará irrelevante. Nosso país pode reassumir o controle sobre seu próprio destino. Para isso será fundamental a formulação de um projeto nacional soberano e autônomo, apoiado por uma vontade firme e por meios adequados. O Brasil já superou o estágio de potência regional, pois seus interesses são de âmbito mundial. Mesmo sem dispor de armamento nuclear, sua capacidade de dissuasão e defesa deverá ser comparável à dos demais países monstros emergentes. Do contrário, o vácuo de poder resultante acabará sendo preenchido por outros Estados, em detrimento dos interesses nacionais brasileiros.



(Do Núcleo de Estudos Estratégicos da
Universidade Federal Fluminense)

Estratégia da aliança*

Reinaldo Nonato de Oliveira Lima**

As relações internacionais são pautadas por um complexo jogo de atores, interesses e normas que estimulam ou limitam o poder e o prestígio das nações. Nesse contexto de múltiplas influências e de interdependência, os países buscam realizar seus interesses nacionais, podendo gerar associações ou conflitos de variadas intensidades”.

Política de Defesa Nacional – 2005

Neste mundo reconhecidamente globalizado, em que, cada vez mais, as relações entre países se ampliam ou se estreitam (em alguns casos, se reorientam) e em que se manifestam interesses de poderosos por patrimônios naturais dos menos desenvolvidos, aflora a necessidade de se atribuir significado mais proeminente à estratégia da aliança.

Embora, muitas vezes, entendida mais como *coalizão de forças militares* de diferentes Estados em prol da conquista de objetivos comuns, na realidade a estratégia da aliança ultrapassa o limiar dos teatros de operações, para se consolidar em todas ou quase todas as expressões do poder desses Estados. Até porque a sua implementação máxima em cenários de guerra normalmente se verifica em decorrência de estreitos relacionamentos anteriores ao conflito, ou seja, durante a paz.

Via de regra, a formulação de uma estratégia implica acurada análise conjuntural, identificação de ameaças (reais e potenciais), determinação de vulnerabilidades e avaliação isenta da capacidade de superar os óbices identificados. Cabe ressaltar que uma estratégia, qualquer que seja ela, não deve ser construída à mar-

gem do contexto em que será implementada, pois, assim, cairia no vazio e conduziria a nada.

Como se pode depreender, tais atividades demandam tempo, constância e a atuação de especialistas (estrategistas, analistas), de modo que todos os aspectos envolvidos na sistemática de formulação estratégica sejam arrolados e que o maior número possível de ações estratégicas seja considerado. Tudo isso não se implementa da noite para o dia. É algo que se erige sobre os alicerces do tempo, da convivência, da credibilidade e da confiança mútua dos atores.

Feitas essas considerações, é interessante refletir sobre ações que devem ser observadas pelo Estado quando da elaboração de estratégias que envolvam o concurso de parceiros dos mais variados matizes político-ideológicos.

Um relance histórico

Desde a Antiguidade até aos dias atuais, verifica-se a celebração de alianças “de oportunidade” entre civilizações e povos, com o intuito de se concretizar interesses, como também com o mesmo propósito, a ruptura de acordos para facultar novas celebrações, porém, sempre no campo da parceria, em que pesem ser, muitas das vezes, insubistentes.

Vários exemplos podem ilustrar essa realidade histórica, como as alianças de tribos nô-

* Colaboração da ECEME.

** O autor é Coronel de Infantaria e de Estado-Maior.

mades na Mesopotâmia (região entre os rios Tigre e Eufrates, no atual Iraque); no Vale do Rio Nilo (Egito); no Cáucaso, com os persas mesclando-se aos medos; a civilização grega, que congregou povos de origem indo-européia entre os mares Jônico, Egeu e Mediterrâneo; a civilização helenística, resultado da fusão de gregos, persas e egípcios; o Império Romano, resultante do encontro de etruscos, gregos e itálicas que habitavam a Península Itálica; o Império Turco-otomano, no século XIII; o Império Austro-húngaro, na primeira metade do século XIX; a Liga Balcânica, nas guerras contra o Império Turco-otomano em 1912 e 1913; a Tríplice Aliança (liderada pela Alemanha) *versus* a Tríplice Entente (encabeçada pela Inglaterra), na Primeira Guerra Mundial (1914-18); o Eixo (pacto entre Alemanha, Itália e Japão) contra os aliados (França, Reino Unido, EUA, URSS e China), na Segunda Guerra Mundial; a bipolaridade global estabelecida por ocasião da Guerra Fria, em que dois blocos de países aliados disputavam a hegemonia mundial, com desdobramento na área militar: Pacto de Varsóvia x OTAN; a ampliação da União Européia, atualmente congregando 25 nações; a coalizão de EUA, Reino Unido, França, Egito, Síria e Arábia Saudita contra o Iraque na Guerra do Golfo (1990-91); o Plano Colômbia (2000) – aliança entre EUA e Colômbia para o combate ao narcotráfico e à narcoguerrilha; e, mais recente (2003), a guerra liderada pelos Estados Unidos, com a adesão de cerca de trinta países, contra o Governo iraquiano de Saddam Hussein.

Um exemplo clássico e oportuno de estratégia da aliança foi o esforço da Alemanha, derrotada na Primeira Guerra Mundial, para se recuperar militarmente “fora das vistas” dos signatários do Tratado de Versalhes. Em meados da década de 1920, a Alemanha concertou um tratado com a então União Soviética, aproveitando-se de que os russos demonstravam interesse por receber assessoramento militar exter-

no. Assim, ambos encetaram a produção conjunta de material bélico a par do envio de instrutores germânicos à Rússia. Nessa ocasião, deuse, inclusive, a fabricação de aviões alemães na URSS, em fábrica gerenciada por técnicos alemães, com mão-de-obra e matérias-primas russas. Tal cooperação foi ampliada com a inclusão, nos acordos, de cursos técnicos germânicos para aviadores soviéticos e funções para oficiais alemães no estado-maior do Exército Vermelho.

Especificamente em relação ao nosso País, podemos citar algumas iniciativas que encerram potencial catalisador de alianças, como: Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (Tiar), celebrado em 1947, para a defesa mútua dos países americanos; a Organização dos Estados Americanos (OEA), instituída em 1948 e congregando 34 países; o Grupo do Rio (G-Rio), criado em 1986 e contando com 19 membros; o Tratado de Cooperação Amazônica, celebrado em 1978 entre Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela; o empreendimento hidrelétrico de Itaipu Binacional (1966), associando Brasil e Paraguai; o Mercado Comum do Sul (Mercosul), criado em 1991 e reunindo Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai; e, mais recentemente, a ampliação de parcerias comerciais.

Diante dos exemplos ora citados, pode-se afirmar que a história da humanidade vem sendo construída com base em alianças, o que ratifica a importância dessa estratégia, particularmente quando estão em jogo interesses nacionais.

Aspectos relevantes

Dentre as estratégias de emprego das Forças Armadas preconizadas pela nossa Doutrina Militar de Defesa (DMD) – *presença, dissuasão, projeção de poder, ação independente, resistência, ofensiva, defensiva e aliança* –, esta última estará sendo objeto de considerações na presente abordagem.

O que se pretende demonstrar aqui é exatamente a importância de se atribuir concepção

bem mais abrangente ao mero conceito militar de estratégia da aliança: *efetuada pelo emprego do poder nacional, com preponderância da expressão militar, em conjugação com a expressão militar de um ou mais países, constituindo uma aliança ou coalizão de Estados, cujos objetivos coincidam com os respectivos interesses.* (DMD/2001)

Conforme abordado há pouco, no complexo relacionamento entre Estados ou povos, há de existir “algo mais”, capaz de cimentar esse relacionamento, de lhe conferir consistência, confiabilidade.

Tal pressuposto reclama o cultivo antecipado de aspectos outros, mais duradouros e especificamente capazes de produzir o amálgama para uma aliança militar, além da simples coalizão militar normalmente encetada em cenários de conflito armado.

Maurice Matloff,¹ abordando a estratégia aliada na Europa por ocasião da Segunda Guerra Mundial, salientou: *Qual a natureza da Grande Aliança e o que cada parceiro trouxe para ela? É importante reconhecer que a Grande Aliança foi forjada na guerra e para os propósitos dessa guerra; foi um casamento de conveniência. Um vínculo comum de perigo uniu os três parceiros em 1941 – Reino Unido, União Soviética e Estados Unidos –, mas a aliança resultante contemplou níveis diferentes de relacionamento.*

No encontro sobre a temática de Defesa Nacional, levado a efeito pelo Ministério da Defesa em Itaipava no ano de 2003, o professor Hélio Jaguaribe² – um dos muitos ilustres palestrantes – foi taxativo ao afirmar, referindo-se a um sistema conjunto de defesa: *Trata-se, em última análise, da necessidade de maximizar, no âmbito internacional, condições e fatores inibidores da possibilidade de agressões por grandes po-*

tências e, concomitantemente, de mobilizar apoios significativos para a perseguição pelo Brasil, nesse mesmo âmbito internacional, de seus interesses nacionais. (...) Paralelamente, o estreitamento, pelo Brasil, de relações de cooperação com os países europeus e, bem assim, com países emergentes que ostentam, como o Brasil, características semicontinentais, como nos casos de China, Índia e Rússia, constitui um decisivo fortalecimento da capacidade brasileira de negociação internacional.

Como se pode inferir dessas citações, a estratégia da aliança precisa ser arquitetada muito antes do surgimento da necessidade de apoio diante de um conflito bélico, erigida sobre alicerces de confiabilidade, de estreito relacionamento diplomático e comercial, de solidariedade e de efetiva participação do Estado como ator internacional.

Em outras palavras, a estratégia da aliança, mal comparando, como a amizade, não se constrói da noite para o dia, na iminência das ameaças aos interesses nacionais. Ela é resultado de uma simbiose anterior de fatores positivos, geradores de empatias, de confiança, de mútuo conhecimento, e, por que não, de interesses comuns, que irão, certamente, transformar-se na síntese de uma coalizão militar. E vários aspectos podem concorrer para o despontar desses fatores.

Assim, podem-se destacar como capazes de gerar condições favoráveis à implementação da estratégia da aliança, dentre tantos, fatores ou ações como:

- *Política externa proativa*, envolvendo os segmentos diplomático e militar – a diversificação de parceiros, a par de permitir a ampliação do leque de “simpatizantes”, proporciona que a nação seja mais conhecida tanto sobre a

¹ Maurice Matloff, ex-historiador-chefe do Centro de História Militar do Departamento do Exército dos EUA; autor de *Strategic Planning for Coalition Warfare, 1943-1944*, e co-autor do livro anterior da série, *Strategic Planning for Coalition Warfare, 1941-1942*; editor do *American Military History*.

² Sociólogo, membro do Instituto de Estudos Políticos e Sociais e professor emérito da ECEME.

índole do povo quanto sobre o potencial nacional; da mesma forma, é fundamental nesse relacionamento que se conheça com profundidade o caráter nacional dos parceiros, de modo a compatibilizar interesses e a não incorrer na falha imperdoável de ferir suscetibilidades; é preciso ressaltar que constitui fator de insucesso a adoção de posturas radicais quando de negociações; outro aspecto importante para a implementação da estratégia da aliança é encetar aproximação com nações de menor peso específico no concerto internacional, posto que esse gesto pode traduzir-se em apoio em momentos de crise, além de contribuir para outro tipo de estratégia, a da *projeção de poder*.

• *Relacionamento comercial e cultural intenso com o exterior* – a ampliação de mercados e de acordos culturais é uma ação estratégica que poderá implicar sensíveis ganhos quando da formulação da estratégia da aliança; nesse particular, a participação em blocos econômicos tem expressivo significado; por outro lado, a ampliação de acordos comerciais não deve redundar em afastamento de parceiros tradicionais, já que oscilações ou indefinições em relacionamentos internacionais comprometem a confiabilidade. É oportuno ressaltar que a nossa Política de Defesa Nacional (2005), muito apropriadamente, estabelece o seguinte:

4.11 – O Brasil tem laços de cooperação com países e blocos tradicionalmente aliados que possibilitem a troca de conhecimento em diversos campos. Concomitantemente, busca novas parcerias estratégicas com nações desenvolvidas ou emergentes para ampliar esses intercâmbios;

6.11 – Além dos países e blocos tradicionalmente aliados, o Brasil deverá buscar outras parcerias estratégicas, visando a ampliar as oportunidades de intercâmbio e a geração de confiança na área de defesa.

Neste tópico, é válido trazer também à consideração as palavras do presidente da Confederação Nacional da Indústria, Armando

Monteiro Neto: *No mundo globalizado, o aumento da participação no comércio internacional não depende apenas de políticas e investimentos que melhorem a qualidade e a competitividade dos produtos e estimulem as exportações. É fundamental, também, que se tenha estratégias definidas para a integração econômica. (...) o Brasil precisa contar com um forte sistema multilateral de comércio. Por isso, a Organização Mundial do Comércio, que reúne 148 países e permite a construção de alianças variadas nos diversos setores de atividade, constitui-se atualmente no fórum negociador mais importante para o país. Mas o país precisa ter clareza dos objetivos e dos compromissos gerados pelos acordos internacionais.*

• *Divulgação de valores nacionais* – enquadrando-se na ação de dar-se a conhecer, é fundamental que outros povos conheçam valores da nossa nacionalidade capazes de angariar simpatias. Assim, a cordialidade do povo, o espírito de preservação ambiental, a postura de solidariedade internacional, o caráter pacifista da sociedade, o repúdio a intervenções estrangeiras são aspectos sociais que podem servir de suporte para a arquitetura da estratégia da aliança.

• *Fidelidade aos acordos internacionais* – este aspecto gera confiabilidade e contribui para conquistar aliados, refletindo-se na implementação da estratégia da aliança.

• *Respeito explícito à autodeterminação dos povos e às soberanias nacionais* – a cada cultura devem corresponder ações estratégicas condizentes, o que equivale a dizer que ações que podem induzir ao êxito em uma aliança podem, por outro lado, gerar efeito contrário em outras; aqui, mais uma vez, ressalta-se a importância de se conhecerem os aspectos culturais e os interesses nacionais do parceiro.

• *Estabilidade política, econômica e social* – um país que não disponha dessa condição certamente encontrará sérias dificuldades para formar alianças; a inexistência (ou o combate contumaz)

de flagrantes desníveis sociais, de focos generalizados de miséria, de crime organizado, de atividades de narcotráfico tem considerável peso no perfil do país que se propõe a implementar estratégias de aliança. Outro ponto importante é a solidez e a credibilidade das instituições nacionais, destacando-se aqui o desempenho dos dirigentes nacionais na condução da coisa pública.

- *Atuação relevante no contexto internacional* – o exercício de papel protagonista no concerto das nações contribui em muito para o propósito de se conquistar aliados com vistas à implementação da estratégia da aliança. Essa atuação participativa nos temas da pauta internacional dá proeminência ao país e conduz a aproximações mais estreitas; em outras palavras, o peso específico da nação, se considerável, contribui para atrair aliados.

- *Identidade cultural* – este constitui um aspecto que facilita bastante a cimentação de alianças, particularmente se houver espaço para complementações nos diversos setores da área cultural a par da identidade de costumes nacionais.

- *Atração turística* – esta é uma atividade que, além dos dividendos econômicos, desponta como fator de aproximação entre povos; entretanto, para realmente servir como coadjuvante na concretização da estratégia da aliança, é preciso que o Estado ofereça infra-estrutura adequada e que o povo seja orientado a propiciar ambiente acolhedor aos turistas, ressaltando-se o aspecto segurança. E por falar em infra-estrutura, é sabido que o investimento nessa área redundará em maior crescimento econômico, geração de emprego, saúde pública e competitividade no mercado internacional, todos fatores que ampliam o peso específico do país e, por consequência, facilitam a aproximação de parceiros.

- *Forças Armadas profissionais* (no sentido de se apresentarem eminentemente voltadas para suas atribuições constitucionais) – Forças Armadas detentoras de credibilidade nacional consti-

tuem fator imprescindível para o exercício da estratégia da aliança. Aqui se ressalta o enfoque militar da estratégia da aliança nos casos de necessidade do emprego do poder armado na defesa de interesses nacionais; para tal, além da citada credibilidade, é de todo conveniente que atividades anteriores sejam desenvolvidas normalmente, como, por exemplo, participação em exercícios militares de forças amigas, conhecimento das doutrinas militares dos parceiros, realização de intercâmbios sobre atividades e temas militares, troca de adidos e alunos militares, participação em missões internacionais de paz etc.

É claro que muitos outros fatores ou ações podem vir a contribuir para a elaboração de estratégias aliadas, mas, por óbvio, sua seleção e seu desenvolvimento devem estar condicionados à criatividade dos estrategistas e às circunstâncias do momento.

Um exemplo atual

Com o intuito de reforçar a importância que se deve atribuir à estratégia da aliança, é oportuno transcrever extratos da nova Estratégia de Defesa Nacional dos Estados Unidos da América (2005), na qual uma das expressões mais utilizadas é “os Estados Unidos e seus parceiros”. Senão vejamos (tradução livre e grifos nossos):

- *Desde que a Revisão Quadrienal de Defesa foi lançada, eventos têm confirmado a importância de assegurar aliados e amigos, desencorajando inimigos potenciais, desanimando a agressão e a coerção e derrotando adversários. A guerra ao terrorismo revelou novos desafios, mas também oportunidades estratégicas nunca vistas antes para trabalhar dentro dos EUA e com aliados e parceiros no exterior para criar condições favoráveis para uma ordem internacional segura.*

- *Esta estratégia (a de Defesa Nacional) promove cooperação íntima com outros (países) ao redor do mundo (...).*

- *FORTALECER ALIANÇAS E PARCERIAS. Nós expandimos a comunidade de nações que divi-*

dem princípios e interesses conosco. Nós ajudaremos parceiros a aumentar suas capacidades de defender a si mesmos e enfrentar desafios coletivamente para nossos interesses comuns.

- **ASSEGURAR ALIADOS E AMIGOS.** Nós proveremos garantias pela demonstração de nossa determinação de cumprir nossas alianças e outros compromissos de defesa e ajudar a proteger interesses comuns.

- **PARCERIAS INTERNACIONAIS.** Parcerias internacionais continuam sendo uma fonte principal de nossa força. Princípios compartilhados, uma visão comum de ameaças e compromisso para cooperação fornece maior segurança do que nós poderíamos alcançar sozinhos.

- **NOSSAS FORÇAS.** Os Estados Unidos continuarão desfrutando de várias vantagens: nós reteremos uma cadeia elástica de alianças e parcerias; (...)

- **NOSSAS VULNERABILIDADES.** Não obstante, nós temos vulnerabilidades: nossa capacidade de abordar sozinhos os desafios de segurança global será insuficiente; alguns aliados e parceiros decidirão não agir conosco ou não terão capacidade para agir conosco; nós e nossos aliados seremos os alvos principais do extremismo e do terrorismo; (...)

- **NOSSAS OPORTUNIDADES.** O futuro também oferece oportunidades: muitos de nossos parceiros-chave querem aprofundar nossas relações de segurança com eles; parceiros internacionais novos estão buscando integração em nosso sistema de alianças e parcerias.

- **FORTALECER ALIANÇAS E PARCEIRAS.** Um sistema internacional seguro requer ação coletiva. Os Estados Unidos têm um grande interesse em alianças amplas e capazes com Estados de pensamentos parecidos. Então, nós estamos fortalecendo relações de segurança com os aliados tradicionais e amigos, desenvolvendo parcerias internacionais novas e trabalhando para aumentar as capacidades de nossos aliados para combater desafios comuns.

- **DEFESA ATIVA E SECCIONADA.** Os Estados não podem alcançar seus objetivos de defesa sozinhos. Nosso conceito de defesa ativa e seccionada

inclui os parceiros internacionais. Assim, entre as metas-chave da Estratégia de Segurança Nacional, está trabalhar com outras para solucionar crises regionais e conflitos.

- **AUMENTANDO AS CAPACIDADES DE PARCEIROS.** Nossos objetivos estratégicos não são atingíveis sem o apoio e a ajuda de parceiros capazes domésticos e no exterior. No exterior, os Estados Unidos estão transformando suas relações de segurança e desenvolvendo novas parcerias. Nós queremos aumentar as capacidades de nossos parceiros e as suas habilidades para operar junto com forças dos EUA.

- **POSTURA DE DEFESA GLOBAL.** Para melhor enfrentar novas circunstâncias estratégicas, estamos transformando nossa rede de alianças e parcerias (...). Nossa segurança é ligada indissoluvelmente à de nossos parceiros (...). Mudanças na postura global buscam fortalecer nossas relações com parceiros ao redor do mundo e cultivar novas relações baseadas em interesses de segurança comuns (...). Nós estamos transformando muitas de nossas alianças para combater nessas novas circunstâncias.

Conclusão

Conforme é do conhecimento dos estudiosos da matéria, a formulação de uma estratégia implica a atividade fundamental de explicitar os pressupostos que irão condicioná-la. Relembrando, tais pressupostos resumem-se nos objetivos pretendidos, na conjuntura em que a estratégia será desenvolvida, nos óbices reais e potenciais a serem superados e nas diretrizes emanadas de escalões superiores. Somente após tais considerações deve-se partir para a arquitetura da estratégia, qual seja, a especificação e a consecução das ações concretas (correntes ou emergenciais) que irão permitir sua implementação.

A par dessa sistemática e reportando-se especificamente à estratégia da aliança, objeto da presente abordagem, foi possível demonstrar que os pressupostos, no caso, referem-se às mais óbvias e inusitadas variáveis, com des-

taque para as medidas de confiança mútua e os interesses nacionais, todas elas contribuindo para ratificar a amplitude da conceituação dessa estratégia. Considera-se, assim, que ela não pode ou não deve ser arquitetada apenas com base em aspectos eminentemente milita-

res, ainda que visualizada, doutrinariamente, para emprego das Forças Armadas em operações. Se assim for, corre-se o risco de se construir uma mera "expectativa de estratégia", um imprevisto, que a nada levará quando ela for demandada pelo Estado. ●

Bibliografia

Almanaque ABRIL – Mundo. 2005.

Estratégia de Defesa dos Estados Unidos da América. Departamento de Defesa. Março 2005.

Ministério da Defesa. Doutrina Militar de Defesa. 2001. Brasília. DF.

—. Reflexões sobre defesa e segurança: uma estratégia para o Brasil. v 1. Brasília. DF. 2004.

—. Política de Defesa Nacional. 2005. Brasília. DF.

PARET, Peter. *Construtores da Estratégia Moderna*. Tomos 1 e 2. Bibliex. 2001.

BIBLIOTECA DO EXÉRCITO EDITORA

Coleção General Benício



A Arte de Governar

Margaret Thatcher

A autora estuda e conclui sobre a obtenção de diferentes caminhos para desenvolver a arte de bem governar. Ela analisa os fatos políticos mundiais desde a chamada Guerra Fria, passando pelo continente eurasiático e seus diferentes conflitos sociais e religiosos e concluindo sobre a participação socioeconômica da Grã-Bretanha no mundo europeu.

A política externa brasileira na América do Sul

Maria Regina Soares de Lima*

O Brasil faz fronteira com praticamente todos os países sul-americanos, excetuando-se apenas o Equador e o Chile. Em 2004, o PIB brasileiro representou mais da metade do PIB da América do Sul e suas exportações alcançaram mais de 40% do total das vendas externas da área. A combinação de uma proximidade geográfica inescapável com a assimetria no tamanho econômico do país gerou uma síndrome de desconfiança entre o Brasil e os países da região, alimentada pelas diferenças de língua, de trajetórias sociopolíticas e de substrato cultural.

Mas há um legado histórico que ajuda a amenizar esse sentimento de estranhamento e que, com o retorno à ordem democrática na década de 1980, construiu uma ponte para o início de relações estreitas com a Argentina. Essa herança tem a ver com o fato de que a percepção de risco na visão das nossas elites é derivada antes de vulnerabilidades de natureza econômica do que de segurança.

Grande parte da legitimidade do Mercosul, um projeto estratégico do Estado brasileiro, deve-se ao seu componente econômico, o que, paradoxalmente, gerou um limite na tolerância das elites nacionais com relação aos seus resultados econômicos imediatos. Pode-se argumentar que, se a vertente desenvolvimentista legitimou a política externa brasileira, também cristalizou na sociedade a concepção de que a principal métrica de avaliação da política externa reside em resultados econômicos no curto prazo.

É inevitável que a ênfase conferida às relações com a América do Sul no governo Lula

fosse avaliada por sua utilidade econômica e pouca consideração reservada à dimensão política desse movimento de afirmação da identidade sul-americana do Brasil.

Com o *boom* dos preços das *commodities*, porém, o argumento do escasso benefício do relacionamento com países de menor grau de desenvolvimento relativo perde credibilidade. Em um contexto de crescimento acentuado das exportações latino-americanas em geral, foi a diversificação setorial da pauta brasileira um dos fatores responsáveis pela contribuição dos mercados sul-americanos para a expansão, em mais de 50%, do saldo comercial do Brasil, em 2004.

Da mesma forma, é o diferencial das estruturas econômicas entre o Brasil e os países da região o principal responsável pelo volume das exportações de serviços e a presença regional de grandes empresas brasileiras, nos setores de energia e de engenharia, por exemplo. Todo esse dinamismo parece passar despercebido das críticas convencionais que apenas conseguem enxergar nesses movimentos temidos vestígios terceiro-mundistas.

Mas é no plano político que o componente sul-americano da política externa adquire maior relevância, exatamente pelos elementos inéditos que encerra. De um lado, trata-se de construir capacidade coletiva de influência nas negociações internacionais, bem como na elaboração das normas globais e regionais de modo a torná-las mais permeáveis aos interesses dos países do Sul.

O movimento revela, a um só tempo, uma visão do sistema internacional com tintas multipolares ou, pelo menos, com potencial para

* A autora é professora universitária.

brechas de uma estrutura que se reconhece ainda unipolar e a importância conferida ao arcabouço multilateral das normas e dos regimes internacionais.

De outro lado, trata-se de cooperar na solução de crises políticas nos vizinhos que possam eventualmente estimular ações unilaterais dos Estados Unidos. No primeiro caso, o principal instrumento que o Brasil pode oferecer é a coordenação da ação coletiva dos países sul-americanos nas arenas multilaterais globais e regionais; no segundo, disponibilizar seus bons ofícios na mediação de eventuais situações de conflito dentro de e entre os países sul-americanos, como sucedeu na formação do Grupo "Amigos da Venezuela", no início do governo Lula, e no conflito recente nos Andes, entre aquele país e a Colômbia.

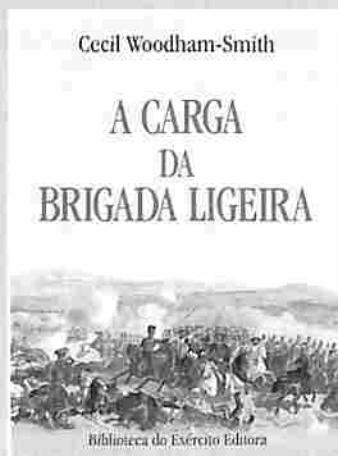
Dois riscos que costumam acometer relacionamentos com grau acentuado de assimetria devem ser evitados nessa virada inédita da polí-

tica externa: veleidades do exercício de hegemonia regional e práticas intervencionistas. Os antídotos para eventuais temores de um "expansionismo brasileiro" são a construção de instituições regionais fortes com soberanias compartilhadas e o fortalecimento das instituições democráticas na América do Sul, condições para que se possa constituir uma verdadeira comunidade de nações.

O principal desafio desse esforço de aprofundamento da inserção regional é a internalização da política externa na sociedade. Em última análise, eventuais custos materiais da liderança brasileira serão arcados pela sociedade. Os desafios de uma política assertiva na ordem unipolar contemporânea são consideráveis. Alianças internacionais sólidas e diversificadas, por um lado, e legitimidade democrática e apoio político interno, por outro, são dois pilares essenciais para o sucesso de políticas externas não convencionais de países de porte médio como o Brasil. ●

BIBLIOTECA DO EXÉRCITO EDITORA

Coleção General Benício



A Carga da Brigada Ligeira

Cecil Woodham-Smith

Após consultar farta documentação primária, a autora aborda um dos episódios militares mais famosos e de extrema importância para os leitores brasileiros interessados em História Militar. *A Carga da Brigada Ligeira*, comandada por Lorde Cardigan, durante a batalha de Balaclava, na Guerra da Criméia em 1854, é episódio que, pela sua notoriedade, deve ser conhecido em profundidade por todos os militares de carreira e por estudiosos de história. Atendendo a este universo, a Biblioteca do Exército Editora entrega aos seus assinantes/leitores tão importante título.

Integração sul-americana

*Paulo Roberto Costa e Silva**

O CENÁRIO

A Estrutura Mundial de Poder

O despertar do novo milênio nos apresenta um mundo de polaridades indefinidas, em contraposição às polaridades definidas da Guerra Fria. Antes, a realidade internacional era ditada pelo confronto ideológico entre o Leste e o Oeste e pelo abismo social e econômico que separava o Norte do Sul. As iniciativas de cooperação tendiam a centrar-se dentro de um mesmo bloco, e algumas iniciativas regionais de integração reuniam países em desenvolvimento, sem incluir os desenvolvidos.

A realidade fluida das polaridades indefinidas permite a coexistência das forças agregadoras advindas da liberalização econômica com forças políticas de fragmentação. Nesse plano, verifica-se a recorrência de situações instáveis: o fim da União Soviética e da Iugoslávia e o recrudescimento dos conflitos localizados na África. As ameaças militares de larga escala foram superadas, mas a insegurança aumentou. Os novos inimigos dos Estados não são outros Estados, mas novos atores militarmente organizados: os cartéis do tráfico de drogas, as organizações terroristas, os traficantes de armas e os radicalismos religiosos. As grandes potências entendem que esses novos desafios exigem novos mecanismos, dentre os quais instrumentos adicionais de cooperação com o mundo em desenvolvimento capazes de manter sob controle essas e outras ameaças.

A supremacia norte-americana e o regime de polaridades indefinidas conduzem a um

mundo diferenciado em três níveis: o nível dos países dirigentes, o nível dos países relativamente autônomos e o nível dos países condicionados ou dependentes.

Em termos estritos, os Estados Unidos se converteram, atualmente, no único país integralmente soberano. Dispõem do poder de veto, não apenas no ritual do Conselho de Segurança, mas no nível das efetividades, de qualquer deliberação internacional de maior relevância ou conflitante com importantes interesses norte-americanos. São, por outro lado, partícipes indispensáveis de qualquer iniciativa internacional mais importante que aspire a ter êxito. São militarmente invulneráveis, dispondo, concomitantemente, da capacidade de eficazmente interferir, inclusive em termos militares, em qualquer lugar do mundo. Entretanto, não reúnem efetivas condições para exercer a hegemonia do poder mundial. A atuação internacional dos Estados Unidos está sujeita a requisitos de legitimação dependente de aprovação do Conselho de Segurança das Nações Unidas e, em última instância, dos países europeus, notadamente França e Alemanha.

Essa circunstância, somada ao peso próprio de que dispõe a União Européia, confere aos países europeus, embora em grau menor, co-participação, com os Estados Unidos, no nível dos países dirigentes. Desse nível, também em menor grau, co-participa o Japão, inicialmente pela sua condição de segunda potência econômico-tecnológica do planeta, e depois, pelo fato de os Estados Unidos dependerem do alinhamento japonês para manter sua influência no leste da Eurásia.

O segundo nível de estratificação mundial do poder é ocupado por países relativamente

* O autor é doutor em Planejamento e Aplicações Militares.

autônomos, países que dispõem de condições para resistir à supremacia norte-americana, mas não para frontalmente contestá-la. Essa posição é tipicamente a da China e a da Rússia. Índia e Irã participam, em menor grau, desse nível. O Brasil, pela função catalisadora que exerce no plano regional sul-americano, pela convivência em harmonia crescente no plano mundial e pelas potencialidades econômicas que apresenta, pode ser enquadrado nesse nível.

O terceiro nível de estratificação internacional é o dos países condicionados ou dependentes, também conhecidos como periféricos, que compreende o resto do mundo. Esse nível é predominantemente ocupado por países submetidos, sem relevantes opções próprias, à lógica econômico-tecnológica do sistema europeu-americano.

Globalização e Regionalização

A globalização pode ser considerada como o fenômeno mais determinante ocorrido na transição para o terceiro milênio. Embora alguns estudiosos considerem que não é um fenômeno novo, que foi buscado por todos os povos que chegaram ao auge de sua civilização como uma forma de estratificar o exercício do poder e não ter resistências ao atendimento de suas necessidades, a atual onda globalizante se caracteriza pelo predomínio da tecnologia e do poder econômico, ainda que impregnada de um forte componente ideológico.

Este componente ideológico combate o Estado Nacional soberano, defende a competição econômica em lugar da cooperação, transfere riqueza das nações pobres para as nações ricas, marginaliza o ser humano, busca a perpetuação do predomínio dos mais fortes sobre os mais fracos, mantendo as nações periféricas como fornecedoras de matérias-primas e *commodities* em benefício das mais industrializadas e desenvolvidas. Procura retirar da pau-

ta o tema desenvolvimento nacional, derruba as fronteiras e modifica o conceito de soberania para que os países dirigentes possam exercer o controle sobre os recursos de toda ordem das nações menos favorecidas.

Os efeitos da globalização se processam em todas as expressões do poder nacional, pela interferência direta dos seus mecanismos em todos os fundamentos e fatores.

Na expressão política, a globalização tem contribuído para alterar o papel do Estado, posto que a ênfase da ação governamental está direcionada para a criação e sustentação de condições estruturais e de competitividade em escala global. Em decorrência da necessária disciplina fiscal e austeridade de gastos públicos, o Estado tem cada vez menos opções em termos de política econômica, devendo canalizar seus recursos para as obras de infra-estrutura e os serviços públicos essenciais.

Na expressão econômica, traduz-se a forma mais perversa dos efeitos gerados pela globalização, pois a mobilidade dos fluxos financeiros, a susceptibilidade das bolsas de valores às crises reais ou imaginadas e o poder manipulador que as economias mais desenvolvidas exercem sobre esses capitais voláteis podem afetar a estabilidade econômica e o desenvolvimento das nações menos favorecidas em questão de horas.

Na expressão científica e tecnológica, aprofunda-se o fosso entre as grandes potências e os demais países, impondo-se uma verdadeira "ditadura tecnológica" que afeta diretamente a dinâmica produtiva, o nível e a qualidade das pesquisas realizadas, a biodiversidade ambiental, os níveis de bem-estar e o próprio desenvolvimento do Estado.

Na expressão psicossocial, a globalização vem afetando o nível de emprego nos países, tendo como conseqüências imediatas o incremento alarmante da economia informal e da marginalização social, a queda do poder aquisi-

tivo das pessoas, o achatamento entre as classes sociais, a diminuição dos índices de desenvolvimento humano e aumento da criminalidade, com sérios reflexos na soberania dos Estados.

Na expressão militar, verifica-se um grande paradoxo, pois enquanto as megapotências investem pesadamente na produção de armamentos cada vez mais sofisticados e adquirem um poderio jamais imaginado antes, mercê das tecnologias avançadas e de mecanismos que impedem a sua transferência para as nações menos desenvolvidas, procura-se reduzir os efetivos e equipamentos e transformar as Forças Armadas destas nações em gendarmarias ou forças policiais de combate ao tráfico de drogas e à delinqüência comum, retirando-lhes o papel que sempre lhes coube de guardiãs da democracia, da soberania e da integridade territorial dos seus países. Nesse contexto, procuram impor novos conceitos e até mesmo novas doutrinas que atendam a seus interesses, tais como “soberania limitada”, “direito de ingerência”, “internacionalização” de áreas estratégicas, exércitos “transnacionais”, “Força de Paz Mundial”, e outros.

Contrapondo-se a esse processo, as nações empreendem esforços para minimizar seus efeitos negativos, compondo-se em blocos regionais que lhes permitam melhores condições de negociação com outros blocos e uma postura política de maior peso específico: é a regionalização.

A regionalização surge como a nova tendência mundial, e aí se insere o importante papel que deverão assumir as potências ascendentes, entre elas o Brasil. A formação de blocos regionais terá de se acentuar e se firmar durante o processo de globalização. Os Estados Nacionais não desaparecerão, nem as contradições entre as nações se atenuarão. Entretanto, a regionalização se constituirá, como recurso crescente de consenso, na alternativa para o amanhã, para ter como condição de sobrevi-

vência o “megaestado” resultante da conformação do bloco regional.

A economia mundial globalizada está polarizada em três blocos, cada um com suas características próprias: o Nafta, liderado pelos Estados Unidos; a União Européia, liderada pela Alemanha; e o Leste Asiático, liderado pelo Japão. Dificilmente as nações em desenvolvimento deixarão de ser isoladamente atraídas por um desses três pólos de influência política e econômica. A inserção dessas nações nesses blocos, em função dos desequilíbrios de poder, poderão levá-las a um novo tipo de colonialismo, se não forem criados os mecanismos capazes de fortalecê-las. A saída encontrada é a subpolarização, ou seja, a formação de blocos regionais de menor porte.

Globalização e regionalização não são processos excludentes. Ao contrário, complementam-se e regem um ao outro, andam juntos no rumo da liberalização global dos mercados, podendo a regionalização ser vista como um estágio para se alcançar a globalização.

OS ATORES

O Mercosul

Diante de um panorama de crescente marginalização econômica, política e estratégica, causado sobretudo pelas mudanças na estrutura e no funcionamento do sistema econômico mundial, de redução do fluxo de investimentos e de dificuldades de acesso a tecnologias de ponta, Brasil e Argentina viram-se diante da necessidade de redefinirem sua inserção internacional e regional. Dentro dessa nova estratégia, a integração passou a ter papel importante na criação de comércio, na obtenção de maior eficiência visando à competição no mercado internacional e na própria transformação dos sistemas produtivos nacionais.

Em 6 de julho de 1990, Brasil e Argentina firmaram a Ata de Buenos Aires mediante a qual fixaram a data de 31/12/1994 para a conforma-

ção definitiva de Mercado Comum entre os dois países. Em agosto de 1990, Paraguai e Uruguai foram convidados a incorporar-se ao processo de integração, tendo em vista a densidade dos laços econômicos e políticos que os unem ao Brasil e à Argentina e as facilidades de comunicação propiciadas pela infra-estrutura de transportes dos quatro países. Como consequência, foi assinado, em 26 de março de 1991, o Tratado de Assunção para Constituição do Mercado Comum do Sul.

O tratado estabeleceu, fundamentalmente, as condições para se alcançar, até 31/12/94, a União Aduaneira entre os Estados participantes, etapa anterior ao Mercado Comum.

Com a assinatura do Protocolo de Ouro Preto, em dezembro de 1994, encerrou-se o “período de transição” do Mercosul. O protocolo deu ao processo de integração o perfil completo de uma União Aduaneira, passando o Mercosul a contar com uma estrutura definitiva para a negociação do aprofundamento da integração em direção ao ambicionado Mercado Comum. Além disso, o Protocolo de Ouro Preto estabeleceu a personalidade jurídica de direito internacional do Mercosul, o que possibilitou ao bloco a aquisição de direitos e a sujeição a obrigações como uma entidade distinta dos países que a integram, e ainda, a negociação, como bloco, de acordos internacionais.

O período de consolidação do Mercosul, inaugurado a partir da Cúpula de Ouro Preto, foi marcado por um significativo avanço do processo de integração, com um exuberante incremento do intercâmbio comercial entre os países, e pela multiplicação de investimentos realizados não somente por parte de empresas locais, mas também por empresas multinacionais que perceberam as enormes possibilidades desse novo mercado ampliado de duzentos milhões de consumidores.

Os resultados não se limitaram ao campo econômico-comercial. Os governos dos quatro

países aproximaram-se, enriqueceram seu entendimento sobre as distintas realidades da sub-região e passaram a envidar esforços no sentido de estabelecer normas e programas conjuntos para as mais diversas áreas de atuação governamental: educação, saúde, segurança, defesa do meio ambiente, pesquisa e desenvolvimento, fomento do turismo, entre outros.

As negociações foram ampliadas, dentro e fora do subcontinente. Chile e Bolívia passaram a fazer parte do bloco, como “estados associados”, e importantes relações foram travadas com a União Européia, a Índia, a África do Sul e a Comunidade Andina de Nações. É a prática do “regionalismo aberto”, que procura privilegiar os vizinhos imediatos nas relações comerciais, mas que não se constitui em fortaleza fechada para a comunidade internacional.

As crises permearam o âmbito regional e atingiram cada país isoladamente. A crise do real de 1999 gerou contenciosos econômico-comerciais entre Brasil e Argentina que, por vezes, transcendeu para o âmbito político. A severa crise por que passa hoje a Argentina, vista por alguns analistas como um processo de depressão crônica, atinge diretamente o Brasil e os demais parceiros e ameaça a estabilidade do Mercosul.

O modelo econômico implantado na Argentina pelo Presidente Menem, a partir de 1991, com Domingo Cavallo no comando da economia, centrado na política de conversibilidade (paridade do peso com o dólar na base de um por um) e na modernização do Estado, ajudou o país a crescer de forma sustentada durante um longo período, mas produziu efeitos colaterais dramáticos, tais como: o expressivo aumento dos índices de desemprego; a paralisação do processo de modernização produtiva; o aumento da fragilidade macroeconômica do país; a aceleração do processo de desindustrialização e desnacionalização econômica; o desestímulo a novos investimentos; e o espe-

tacular aumento do endividamento dos agentes econômicos públicos e privados em dólares.

Hoje, a maioria dos analistas econômicos tem consciência de que a conversibilidade se transformou numa camisa de força. Apontam que o modelo está esgotado, debilitado, serviu brilhantemente a seus propósitos durante quase uma década, mas gerou artificialismos insustentáveis. O Ministro da Economia, Domingo Cavallo, defende uma saída progressiva e ordenada da conversibilidade. Em essência, apregoa uma flexibilização mediante a substituição do dólar, como âncora, por um índice calculado em função de uma cesta de moedas, composta pelo dólar e pelo euro. É o início do programa de "pró-reativação econômica", que até aqui não tem gerado efeitos alentadores.

Além disso, a recente derrota do Governo argentino nas urnas, a oposição feita pelos governadores às medidas implementadas pelo presidente De La Rúa, a pressão interna gerada pelos reclamos da população e as pressões externas fomentadas pelos agentes econômicos internacionais, que classificaram a taxa de risco argentina como a mais elevada do mundo, levaram o Governo a decidir, de forma unilateral, pela reestruturação do pagamento da sua dívida, o que foi visto pela comunidade internacional como uma disfarçada declaração de moratória. Os analistas econômicos vêem hoje a situação argentina como a "iminência do caos".

O Paraguai vive uma crise política desde o assassinato do Vice-presidente Luis Maria Argaña e a renúncia do Presidente Raul Cubas, em março de 1999. Carente de legitimidade, o governo de Gonzalez Macchi não conseguiu se afirmar e produzir a estabilidade e as reformas necessárias ao progresso do país e à pacificação nacional. A falência do modelo econômico herdado do período Stroessner, embasado no contrabando, na expansão da fronteira agrícola e nas grandes obras públicas possibilitadas por financiamentos internacionais, faz

com que a crise política ocorra num contexto de falência financeira do Estado, acuado por um déficit fiscal crescente e por pressões sobre as reservas internacionais.

A conjuntura econômica do Uruguai é marcada pela recessão econômica, pelo impacto gerado nos mercados internacionais pela detecção de foco de febre aftosa no país, pelo enérgico combate ao contrabando e à lavagem de ativos, pela conturbada aprovação de orçamento para 2001 e por seguidos pronunciamentos sobre profundas reformas estruturais a serem efetuadas nos próximos anos.

No contexto de todas essas crises, o Mercosul se posiciona como um processo irreversível, que não pode sucumbir a uma conjuntura difícil. Novas prioridades vêm sendo estabelecidas, para realizar as mudanças de rumo necessárias. Com esse intuito, o Governo brasileiro deu início, em meados do ano passado, a um esforço de reflexão, no âmbito interno, que desembocou na noção aglutinadora de "relançamento" do Mercosul, caracterizando assim o início do seu terceiro período.

O termo "relançamento" busca exatamente evocar o espírito presente em Assunção e em Ouro Preto, quando os governos dos países-membros acordaram adotar agendas forjadas com ambicioso, mas sóbrio, senso de perspectiva.

O debate atual está centrado, pois, no futuro do Mercosul. Mais do que pelas crises que freqüentemente o abalam, o futuro do Mercosul deve ser examinado no horizonte da Área de Livre Comércio das Américas (Alca). A Alca passou a ser a primeira prioridade real na política externa dos Estados Unidos. Como ficará o Mercosul se a Alca vier a se tornar realidade nos próximos cinco anos, segundo cronograma recentemente aprovado pelos 34 países do continente? Há duas hipóteses radicalmente opostas. Na primeira, se tiver abandonado o seu propósito fundamental e não for mais do que uma zona de livre comércio regio-

nal, o Mercosul será extinto, por tornar-se redundante como parte de um conjunto maior, de uma zona de livre comércio continental. Na segunda, se conseguir firmar-se como um Mercado Comum, nos moldes da União Européia, o Mercosul sobreviverá.

Os Parceiros Associados

Denominamos “parceiros associados” ao Chile e à Bolívia, porque nesta condição eles passaram a fazer parte do Mercosul, sendo, inclusive partícipes das reuniões de cúpula do Mercado e beneficiários de várias de suas cláusulas comerciais. O Chile tem adotado a postura de ser um negociador independente com vários países e blocos econômicos e tem a expectativa de ingressar em definitivo no Mercosul no ano de 2004. A Bolívia, membro da Comunidade Andina de Nações, em razão de seus laços com Brasil e Argentina, em particular no comércio do gás natural, também acena com o seu ingresso no Mercado do Cone Sul até o ano de 2010.

Chile e Brasil tradicionalmente têm tido relações amistosas. Hoje em dia, o caráter positivo das relações bilaterais deve-se à percepção que ambos os países têm dos benefícios que podem advir de um estreitamento de cooperação em diversas áreas, tais como política, defesa, economia, comércio, tecnologia, ciência, cultura etc. além da convergência de ambos os governos com relação aos benefícios resultantes da integração regional.

A Bolívia tem vivido, nos últimos dois anos, um quadro de instabilidade social e política, em razão da orientação da política econômica do Governo, que teria contribuído para o agravamento dos problemas sociais, pela questão do narcotráfico, no contexto do plano de erradicação do plantio da coca, e pelo isolamento político do Governo, agravado com a renúncia do Presidente Banzer, por motivo de doença.

As relações do Brasil com a Bolívia caracterizaram-se por grande dinamismo na última década, impulsionadas pela crescente integração energética, física e comercial e pela cooperação no plano multilateral. A integração energética engloba vários subtemas, como a ampliação do volume de vendas de gás boliviano, a construção de novos gasodutos, a construção de termelétricas, a exportação de eletricidade para o Brasil e a implantação de um pólo petroquímico na fronteira. Dentre os eixos de integração física, destaca-se o Eixo Brasil-Bolívia-Paraguai-Chile-Peru, obra prioritária por viabilizar uma das possíveis conexões bioceânicas e a integração física entre o sudeste boliviano e o centro-oeste brasileiro. O fluxo comercial tende a se fortalecer, tanto no estreitamento entre o Mercosul com a Comunidade Andina, como no âmbito bilateral.

A Comunidade Andina

O Acordo de Cartagena de 1969, mais conhecido como Pacto Andino, estabeleceu as bases para a formação de um mercado comum constituído por Bolívia, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela. Seus principais objetivos são: promover o desenvolvimento equilibrado e harmônico dos países signatários, acelerar seus crescimentos mediante a integração econômica, e facilitar suas participações no processo de integração previsto. Com as transformações impostas pela nova ordem mundial, evoluiu para o que hoje se constitui na Comunidade Andina das Nações (CAN), o segundo bloco econômico regional em importância, que abriga uma população de cerca de 100 milhões de habitantes.

Dotado de personalidade jurídica própria, a CAN tem sido um parceiro de peso nas transações comerciais não somente com o Brasil, mas também com o Mercosul. As conversações entre os dois blocos resultaram na assinatura de um acordo para a criação de uma zona de livre co-

mércio entre ambos até o final de 2001, elo fundamental para a construção de uma comunidade de nações latino-americanas e um elemento determinante de uma integração sul-americana.

A ativa liderança exercida pelo Brasil no processo de paz Equador-Peru e a atuação do Exército Brasileiro na Missão de Observadores Militares Equador-Peru (MOMEPE), que fiscalizou o cumprimento dos termos do acordo de paz na região de fronteira entre os dois países, criaram condições favoráveis para o fortalecimento das relações bilaterais, que se traduzem num diálogo fluido e construtivo entre o Brasil e os dois países e na intensificação dos programas nas áreas cultural e de cooperação técnica.

Pode-se afirmar que as relações da Colômbia com a comunidade internacional e, em especial, com os seus vizinhos da região têm sido pautadas, pelo menos nos últimos quatro anos, quase que essencialmente pelo tema do combate ao narcotráfico e pelos esforços de pacificação do país. Desde que assumiu o governo, em 1998, o Presidente Pastrana tem procurado implementar sua “diplomacia pela paz”, buscando no exterior o apoio político-diplomático e também financeiro de que tanto necessita para ver concretizados seus objetivos de campanha que o levaram à presidência. O Plano Colômbia e as negociações de paz com as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) vêm, assim, mobilizando a maior parte das ações externas do país.

O Brasil tem seguido, até o momento, três linhas mestras em seu posicionamento frente à situação colombiana: apoio ao processo de paz (inclusive por intermédio de componentes de cooperação técnica), defesa da soberania e independência colombianas na condução desse processo e repúdio a ingerências externas unilaterais.

O Acordo de Preferências Tarifárias Fixas (ACE-39), concluído no âmbito das negociações do Brasil com a Comunidade Andina, em vigor desde agosto de 1999, ampliou significa-

tivamente o número de produtos colombianos contemplados com preferências tarifárias, perfazendo a maior parte das exportações da Colômbia para o Brasil. Este acordo transitório é mais um passo na negociação de uma zona de livre comércio entre o Mercosul e a CAN.

País com forte tradição estatal, o Peru recebeu, durante a maior parte do governo Fujimori, ser a nação mais estável da região andina, mas os excessos autoritários, os abusos de poder e os processos de corrupção articulados nos mais altos níveis do Governo, que levaram à derrocada de Fujimori, deixaram o país traumatizado e o conduziram a uma fase de acentuada instabilidade política. O governo provisório de Paniagua teve um papel fundamental de reabilitar as instituições e restaurar a imagem internacional do país.

O presidente empossado em 28 de julho de 2001, o economista Alejandro Toledo, terá pela frente a árdua tarefa de reorganizar o país, em estado de estagnação econômica e ainda instável politicamente. Sua tarefa se complica pela necessidade de fazer alianças políticas para obter maioria num congresso bastante dividido.

O relacionamento bilateral Peru-Brasil é fluido e melhorou sensivelmente após a participação brasileira no processo de paz daquele país com o Equador. Há um incremento do comércio bilateral e os dois países dispõem de ativos mecanismos de cooperação, em particular na área de fronteira e no processo de integração física que se materializará com o término da rodovia que ligará o Brasil ao porto peruano de Ilo, no Pacífico.

A análise dos principais dados estatísticos relativos ao ano de 2000 aponta uma recuperação econômica alentadora na Venezuela, sustentada, é verdade, pelas altas do preço do petróleo: crescimento do PIB em 3,2%, inflação de 13,4%, diminuição em dois pontos percentuais da taxa de desemprego, aumento das exportações não-petrolíferas em 25% e incremen-

to de investimentos estrangeiros também da ordem de 25%. As reservas internacionais situam-se hoje em torno dos US\$ 22 bilhões, suficientes para quase dois anos de importações. A meta de crescimento para o ano 2001 é de 4%, e tudo indica que será alcançada sem problemas.

A situação política caminha a reboque da personalidade de Hugo Chávez, figura polêmica que vem circulando com grande desenvoltura no cenário regional e internacional. Já se nota um certo desgaste no plano interno, tendo havido inclusive rumores de golpe, rebatidos com a possibilidade de decretação de "estado de exceção".

As relações bilaterais com o Brasil seguem ritmo previsível de paulatino aprofundamento, com bom clima de confiança mútua. A cooperação e o intercâmbio das informações e experiências exigem, ainda, certo esforço exploratório, em áreas como vigilância e segurança amazônica, saúde, ciência e tecnologia. Em outros campos, estão otimizados, no limite do possível, o controle e a prevenção da mineração ilegal, integração física e transportes.

Os Coadjuvantes

A relação externa mais importante do Suriname continua sendo com sua ex-metrópole, a Holanda, com a qual mantém vínculos estreitos desde a sua independência, em 1975. Tais vínculos vinham sendo materializados especialmente na forma de auxílio financeiro e de cooperação técnica, definidos em acordos assinados com a independência.

Divergências com governos surinamenses, nos últimos 20 anos, reduziram a intensidade da cooperação holandesa, levando à sua virtual paralisação na administração do Presidente Widenbosh, que antecedeu a atual, do Presidente Ronald Venetian.

Como consequência, o Suriname sofreu um forte impacto em sua economia. Houve um

descontrole cambial, acompanhado pela desvalorização da moeda, do virtual esgotamento das reservas internacionais e do afastamento dos investidores estrangeiros.

Em busca de alternativas para sair da crise, o Suriname tem procurado aproximar-se dos países caribenhos e sul-americanos, em especial com o Brasil e com o Mercosul. Ao Brasil interessa manter relações dinâmicas e intensas com o Suriname, com quem compartilha grande parte da fronteira amazônica. É importante assinalar que vivem naquele país cerca de 40 mil brasileiros, garimpeiros em sua grande maioria, que representam cerca de 10% da população surinamense.

A relação com o Suriname pode apresentar bom potencial de intensificação a partir da implementação da interconexão rodoviária com o Brasil. O Suriname é atravessado pelo chamado "Arco Norte", projeto de rodovia que interligará Macapá a Boa Vista, passando por Caiena, Paramaribo e Georgetown. A conclusão dessa rodovia viabilizará o aumento do comércio bilateral, ora em níveis muito baixos, com significativos benefícios para o Norte do Brasil, em especial para os estados do Amapá, Amazonas e Roraima.

O "Arco Norte" igualmente estimulará o comércio com a Guiana e redundará em benefícios para ambos os países. A Guiana manifestou interesse em acesso preferencial ao mercado brasileiro (arroz, açúcar, rum e pescados), e os entendimentos estão bastante adiantados. Também o Mercosul é visto com bastante interesse pela Guiana.

Orientada por organismos financeiros internacionais e apoiada por países desenvolvidos, como os Estados Unidos e a Grã-Bretanha, a Guiana tem sido apontada como uma das experiências mais bem-sucedidas de ajuste estrutural. Há vários anos aquele país implementa programas cujas metas foram antes acertadas com o FMI e com os países que mais

diretamente vêm apoiando o processo de recuperação guianense.

A principal consequência desses programas é que a economia da Guiana é a que mais cresceu no continente americano na década de 1990. O déficit público está sob controle, um processo de privatização está sendo implementado, a pauta de exportações dos seus principais produtos está crescendo e a inflação encontra-se bastante reduzida.

Apesar dos bons resultados alcançados até aqui, a Guiana ainda padece de graves problemas de infra-estrutura e sofre com a fragilidade do setor produtivo e a capacidade investidora do Governo, atrelado ainda a um grande endividamento externo.

OS AGENTES DE INFLUÊNCIA

As Organizações Internacionais

ONU

O preâmbulo da Carta das Nações Unidas (ONU), assinada em 24 de outubro de 1945 pelos representantes das 50 nações presentes à Conferência sobre a Organização Internacional, reunida em San Francisco, Estados Unidos da América, expressava os ideais e os propósitos comuns dos povos, cujos governos se uniam para criar a Organização das Nações Unidas. Por meio desse instrumento, a ONU se propunha a ser um centro destinado a harmonizar a ação dos povos na consecução de objetivos comuns, a saber: manutenção da paz e da segurança; desenvolvimento de relações amistosas entre as nações; cooperação internacional para resolução de problemas de caráter econômico, social, cultural e humanitário, dentro dos direitos humanos e das liberdades fundamentais.

Com sede em Nova York, a ONU é formada por seis órgãos principais: a Assembléia Geral, o Conselho de Segurança, o Conselho

Econômico e Social, a Corte Internacional de Justiça e o Secretariado.

A Assembléia Geral é constituída por todos os países-membros, hoje em número de 185, e reúne-se uma vez por ano em sessão ordinária para tratar de temas de interesse dos Estados.

Já o Conselho de Segurança está organizado para exercer permanentemente as suas funções e constitui-se por 15 membros, dos quais 5 permanentes e 10 não-permanentes. Os cinco permanentes, e apenas eles, detêm o poder de veto, o que subtrai da ONU o ideal de universalidade a que se propunha para transformá-la num instrumento de ação desses membros: Estados Unidos, Rússia, Inglaterra, França e China. Os dez membros não permanentes, dentre os quais está o Brasil, são escolhidos entre os demais países integrantes, segundo o critério de representatividade continental, por sistema de rotatividade, com mandato de dois anos.

Duas críticas contundentes se fazem à ação do Conselho de Segurança e estão a exigir uma reforma estrutural. A primeira é a de agir segundo os interesses particulares das potências que manobram o poder de veto, portanto, na contra-mão da história, e a segunda é a de que o mundo de hoje não é mais o de cinco décadas atrás. Existe uma nova estrutura de poder mundial, novas potências ascenderam ao patamar das, outrora, cinco grandes, e, portanto há necessidade de ampliação e redefinição dos seus membros. Já existe um consenso de que o Japão e a Alemanha sejam incluídos nesse seleto rol, porém, outros países emergentes como o Brasil, a Índia e a África do Sul também desejam a sua inclusão como membros permanentes.

A ONU, com o passar dos anos, agregou instituições e entidades como a Organização Mundial do Trabalho (OIT), a Organização de Agricultura e Alimentação (FAO), o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), o Fundo Monetário Internacional (FMI) e a Organização Mundial do Comércio

(OMC), tornando-se cada vez mais burocratizada e cada vez mais uma organização a serviço dos interesses das grandes potências.

Para agravar o quadro acima, a ONU enfrenta uma séria crise financeira, principalmente em razão da inadimplência de vários de seus membros, o que tem tornado sua capacidade de atuação bastante limitada.

Em consequência dos problemas citados, existem hoje na ONU cinco grupos de trabalho estudando a expansão do Conselho de Segurança, as medidas para limitação da burocracia, a reestruturação das finanças e a organização das agendas para a paz e o desenvolvimento, para que a ONU readquira o seu prestígio e deixe de ser apenas um depósito de “capacetes azuis” a serem remetidos para áreas conflituosas. O mundo globalizado não pode prescindir dessa organização para que as nações possam se entender, discutir seus antagonismos e buscar soluções para os seus problemas.

OEA

A Organização dos Estados Americanos (OEA) congrega 34 países da América e é uma espécie de repartição regional das Nações Unidas, representando para o continente o que a ONU é para o mundo. Muito embora a OEA seja independente em assuntos pertinentes ao continente americano, são bastante estreitas as relações entre as duas organizações.

São objetivos da OEA: a consolidação da paz e da segurança nas Américas; a solução pacífica de dissídios entre as repúblicas americanas; o estabelecimento de uma ação conjunta para a repulsa de agressão dirigida contra qualquer república americana; e a promoção em conjunto do desenvolvimento econômico, social e cultural dos países americanos.

São seus princípios básicos: as relações entre as repúblicas americanas pautam-se pelo direito internacional e pela boa-fé; gozam essas repúblicas de paridade no seio da OEA, não po-

dendo nenhum Estado americano intervir nos assuntos de outro; os dissídios devem ser solucionados pacificamente e os atos de agressão contra qualquer um deles serão interpretados como agressão contra todos. Este último princípio foi consagrado pelo Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (Tiar), mas, ao deixar de ser cumprido durante a Guerra das Malvinas, quando os Estados Unidos apoiaram a Inglaterra em guerra contra a Argentina, pôs em risco a credibilidade da OEA, situação que perdura até hoje. Ironicamente, o Tiar voltou a ser invocado após os atentados terroristas aos Estados Unidos.

Alca

Em dezembro de 1994, os Estados Unidos tomaram a iniciativa de reunir, em Miami, 34 chefes de Estado e de Governo na chamada Cúpula das Américas. Na Declaração de Princípios, os líderes identificaram a integração econômica e o livre comércio como elementos essenciais para a prosperidade dos povos do continente americano, estabelecendo que deveria ter início imediatamente a construção da Área de Livre Comércio das Américas, a Alca, na qual as barreiras ao comércio seriam progressivamente eliminadas. Estabeleceram, ainda, que as negociações nesse sentido deveriam estar concluídas até o ano de 2005.

A iniciativa norte-americana, que é hoje uma prioridade do Governo dos Estados Unidos, vem criar um poderoso bloco econômico sob a sua égide, capaz de enfrentar a União Européia, antecipando-se mesmo a iniciativas semelhantes que pudessem partir daquele bloco, mercê das crescentes negociações bilaterais entre a UE e países ou blocos econômicos do continente americano.

A Alca, se concretizada, será a maior área de livre comércio do mundo, com um mercado de 800 milhões de habitantes e um PIB de quase US\$ 11 trilhões. A discussão em torno da Alca diz respeito às condições em que os Estados la-

tino-americanos irão negociar, tendo em vista o gigantesco desequilíbrio de forças, particularmente no tocante à economia, ao conhecimento científico e ao abismo tecnológico que os separa dos Estados Unidos.

O Brasil adota uma posição cautelosa e deseja a implantação da Alca em ritmo lento e gradual para evitar um choque nas economias menores, e prioriza expansão e fortalecimento do Mercosul, para que este, como bloco, dotado de personalidade jurídica própria, possa ingressar na Alca em melhores condições. O Brasil deseja negociações equilibradas, que atendam aos interesses nacionais. Espera, ainda, poder continuar como um *global-trader*, um mercado aberto para o mundo, negociando com a União Européia, Japão, China, e outros. O Governo continuará insistindo na necessidade de incluir nas discussões sobre a Alca questões-chaves, como a elaboração de uma legislação *antidumping* comum aos países do hemisfério e a eliminação dos subsídios concedidos aos produtos agrícolas, considerados intocáveis pelos Estados Unidos.

As II e III Cúpulas das Américas, realizadas respectivamente em abril de 1999 em Santiago e em abril de 2001 em Quebec, deram significativos passos no processo de conformação da Alca. Havia um grande interesse norte-americano, em particular do governo Clinton, em antecipar o início da Alca, o que foi firmemente rechaçado pelo Brasil, que conseguiu fazer valer sua posição em Quebec, de sorte que ficou estabelecido o início do funcionamento da Alca em janeiro de 2006.

OS TRATADOS REGIONAIS

O Tratado da Bacia do Prata

As negociações que levaram ao Tratado da Bacia do Prata tiveram início em 1967, quando se realizou, em Buenos Aires, a 1ª Reunião de Chanceleres dos países da região. O tratado representou o primeiro esforço para transfor-

mar a “fronteira de separação” em “fronteira de cooperação”, criando condições para um desejável diálogo político entre seus signatários e possibilitando a esses, ao mesmo tempo, concertar programas concretos de cooperação com vistas à integração física da região.

O tratado criou a moldura jurídico-diplomática que visa ordenar o relacionamento entre os países da região e em torno da qual foram geradas as condições que permitiram as negociações nas reuniões de chanceleres das questões mais relevantes do aproveitamento dos recursos hidrelétricos do Rio Paraná.

O Tratado da Bacia do Prata foi assinado por Brasil, Argentina, Bolívia, Paraguai e Uruguai, em 23 de abril de 1969, em Brasília, quando da 1ª Reunião dos Ministros das Relações Exteriores dos países da Bacia do Prata. Entrou em vigor em 14 de agosto de 1970.

O tratado estabeleceu, no seu artigo 1º, que “às partes convém conjugar esforços com o objetivo de promover o desenvolvimento harmônico e a integração física dos países do Prata e de suas áreas de influência direta e ponderável”. Para tal fim, deverão promover, no âmbito da bacia, a identificação de áreas de interesse comum e a realização de estudos, programas e obras, bem como a formulação de entendimentos operativos e instrumentos jurídicos que estimem necessários.

O Tratado de Cooperação Amazônica

Esse tratado, firmado em Brasília em 03 de julho de 1978, é composto pelos oito países da Bacia Amazônica, a saber: Brasil, Bolívia, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela. Visa promover o desenvolvimento harmônico da Amazônia, que permita uma distribuição equitativa dos benefícios do progresso decorrente entre as partes acordadas, com o objetivo de elevar o nível e a qualidade de vida dos seus povos. Tem, ainda, a finalidade de buscar

a plena incorporação de seus territórios amazônicos às respectivas economias nacionais, conscientes de que, tanto o desenvolvimento socioeconômico quanto a preservação do meio ambiente são responsabilidades inerentes à soberania de cada Estado, e que a cooperação entre as partes servirá para facilitar o cumprimento destas atividades.

O Tratado de Cooperação Amazônica traduz a preocupação dos países amazônicos com a conservação da Amazônia, no sentido de repudiar qualquer intervenção dos países de economia cêntrica.

O tratado não teve o sucesso esperado em termos de defesa da Amazônia. A apresentação de poucos resultados de real alcance e profundidade ensejou, por parte do Governo brasileiro, sabidamente o mais preocupado com a questão da importância política e estratégica da Amazônia, duas medidas, uma paralela e de caráter interno, que foi o Projeto Calha Norte, e outra, de caráter externo, que foi a proposta de uma emenda que viabilize a instalação da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica.

Esta modificação na estrutura institucional do tratado dotará o mesmo de personalidade jurídica e de uma secretaria permanente, com sede em Brasília. Isto redundará num maior dinamismo para o tratado e resultará em benefício para todos os integrantes. O enfoque estratégico, que caracteriza o tratado como instrumento diplomático de coordenação dos países membros, desponta como a garantia de ser um instrumento eficaz de projeção mundial de tão promissora região, livrando-a da perigosa e danosa cobiça internacional ou da singular fama de ser apenas um conjunto de problemas.

AS ORGANIZAÇÕES NÃO-GOVERNAMENTAIS

Cada vez mais presentes no cenário internacional, cada vez mais atuantes, organizadas e motivadas, as Organizações Não-Governamen-

tais (ONGs) são agentes de influência ponderável em todos os temas da agenda internacional. De cerca de 1.000 em 1958, elas passaram a 18.000 em 1990 e hoje já ultrapassam a casa dos 32.000 em todo o mundo.

O primeiro questionamento que se faz a seu respeito é o dos seus reais objetivos, nem sempre explicitados e de acordo com as finalidades declaradas. Muitas vezes são apenas organizações de fachada para defender interesses de grupos políticos ou econômicos, minorias marginalizadas, ou até mesmo de Estados, caracterizando, neste último caso, as "ONGs Governamentais".

Outro ponto de questionamento diz respeito ao seu financiamento. Quem está por trás das ONGs, bancando toda a sua estrutura, mobilização, propaganda etc? Estudos mundiais a respeito indicam que 40% da receita das ONGs são provenientes de fontes governamentais, o que ratifica a caracterização paradoxal das "ONGs Governamentais", aludida no parágrafo anterior. Pesquisa recente realizada em âmbito nacional revelou que 83% dos recursos das ONGs que atuam no Brasil são oriundos de agências internacionais, 7%, da venda de produtos e serviços e 3% são providos pelo Governo brasileiro.

As ONGs mobilizam-se em defesa das chamadas "causas nobres": direitos humanos, direitos das minorias, justiça social, defesa dos povos indígenas e do meio ambiente.

Às chamadas "causas nobres" vêm-se juntando e propalando novas idéias ou temas de alcance mundial, algumas bastante ameaçadoras à soberania e à integridade territorial dos Estados, a saber: selo verde, com influência direta no patenteamento dos produtos e sua comercialização; *antidumpings* social; doutrina da soberania limitada; interferência humanitária; dever de ingerência; direito de intervenção; internacionalização da Amazônia; novo papel para as Forças Armadas (dos países "periféricos").

A combinação das "causas nobres" com essas novas idéias, reforçadas pelo *slogan* "em

nome da comunidade internacional”, abertura para todos os pleitos e motivações das ONGs, traz à tona uma perigosa tendência de se impor o intervencionismo como um modo normal e legítimo de atuação internacional, contrapondo-se a normas jurídicas consagradas pelo direito internacional, ao princípio de autodeterminação dos povos e das nações e ao sagrado exercício da soberania em toda a sua plenitude.

O PROCESSO

Os facilitadores

Chamaremos de facilitadores a todos aqueles aspectos que concorram favoravelmente para a integração da América do Sul como um todo ou que sirvam como uma etapa para se lograr aquele propósito.

O primeiro e mais importante de todos é, sem dúvida, a vontade política. Uma aspiração, por mais que sejam os requisitos preenchidos, não se tornará possível sem o real desejo de seus governantes, estes, por sua vez, lídimos representantes das aspirações de seus povos. A vontade política, assim entendida, transcende a órbita do poder político para envolver todo o poder nacional.

A existência de tratados sub-regionais de abrangência, como o Tratado da Bacia do Prata e o Tratado de Cooperação Amazônica, é manifestação evidente da vontade política dos países da região em buscar, de forma conjunta, uma solução para os problemas que lhes são comuns.

As novas tendências mundiais, globalização e regionalização, serviram de impulso para o aprofundamento das relações entre os países, ensejando a formação de blocos econômicos que se fortaleceram pela descoberta de outras afinidades que firmaram a vontade política de integração. Foi assim com o Mercosul e com a Comunidade Andina de Nações, que reuniram países

com a mesma identidade geográfica, histórica, econômica e cultural.

O exemplo mais claro e mais recente da manifestação da vontade política de integração regional se deu nos dias 31 de agosto e 1º de setembro do ano 2000, quando se reuniram em Brasília os presidentes dos 12 países da América do Sul. Evento de caráter histórico e pioneiro na região, o encontro resultou da convicção de que a contigüidade geográfica e a comunidade de valores levam à necessidade de uma agenda comum de oportunidades e desafios específicos, em complementação a seu tratamento em outros foros regionais e internacionais, servindo ainda para reafirmar o espírito de entendimento e harmonia que marca a relação entre os países sul-americanos.

No âmbito de um esforço conjunto em favor da consolidação das liberdades democráticas da região, fundamentais para a superação de contenciosos e para o estabelecimento de novas parcerias, a reunião dos presidentes pretendeu aproveitar a identidade dos projetos e metas de desenvolvimento para aprofundar a integração regional e fortalecer a posição da América do Sul frente aos desafios e dificuldades apresentadas pelo processo da globalização.

Desde a saga da colonização e passando pelos processos de independência política no século XIX, a América do Sul tem uma história comum e uma herança compartilhada de cultura e experiência humana. O espaço sul-americano, caracterizado por grandes formações geográficas que atravessam e estabelecem continuidades entre vários países, como a Amazônia, os Andes e os Pampas, oferece extraordinária base física para os esforços de integração.

Os interesses comuns, como o fortalecimento da democracia, o avanço no desenvolvimento econômico e social, a integração econômica, a preparação para os desafios científicos e tecnológicos do século XXI e a garantia da segurança pública; somados aos objetivos

comuns de fortalecimento nos organismos internacionais, superação dos problemas sociais e econômicos, busca de condições para enfrentar as barreiras protecionistas impostas pelos países desenvolvidos aos seus produtos e a inserção numa arquitetura financeira internacional estável e justa, traduzem grande motivação para o processo integrador.

Os problemas comuns também são motivos de aproximação, pois incentivam a busca de soluções conjuntas. A dificuldade de inserção unilateral dos países periféricos num mundo globalizado para atender aos interesses das grandes potências faz com que os ditos países busquem seu fortalecimento por intermédio de ampliação de suas possibilidades, conformando blocos com identidade jurídica e capacidade de negociar em melhores condições. A necessidade comum de buscar saídas para os graves problemas sociais existentes, tais como as desigualdades entre as classes sociais, os altos índices de concentração de renda, a extrema pobreza da maioria das populações e o analfabetismo, é uma dura realidade regional.

A cobiça internacional pela Amazônia, o combate aos crimes transnacionais, notadamente o narcotráfico, o terrorismo e o contrabando, a segurança hemisférica são preocupações comuns que têm levado a uma crescente integração estratégica dos países sul-americanos.

A estabilidade política, a prevalência dos regimes democráticos e a superação definitiva de diferendos territoriais também podem ser apontados como facilitadores da integração. A América do Sul redemocratizada, afastada dos principais focos de tensão mundial, com baixos índices de despesas militares, livre de armas nucleares, sem conflitos étnicos ou religiosos, e onde os poucos contenciosos entre Estados têm sido resolvidos pela via negociada, destaca-se hoje como o continente mais pacífico do mundo. Com esta convicção, os presidentes da América do Sul reafirmaram em

Brasília sua adesão ao princípio da solução pacífica e negociada de controvérsias e acordaram criar uma zona de paz sul-americana.

A vocação da América do Sul é a de ser um espaço econômico integrado, em função da complementaridade das economias. Oitenta por cento das suas necessidades estão contidas no seu próprio território. Constituir-se um mercado ampliado pela eliminação de entraves de obstáculos ao comércio e pelo aprimoramento das conexões físicas em transportes e comunicações fortalecerá a inserção sul-americana nas diversas correntes de capital, mercadorias e tecnologia que desenham o panorama da economia política internacional contemporânea. Nesse sentido, a convergência do Mercosul ampliado e a Comunidade Andina, com a aproximação da Guiana e do Suriname, que já começa a ocorrer, poderá se constituir na espinha dorsal da América do Sul como um espaço econômico ampliado.

Por fim, podem ainda ser citados como facilitadores: o domínio dos dois grandes oceanos, que abre as portas da América para o mundo; a facilidade de comunicação entre os países e seus povos pela identidade de idiomas, o português e o espanhol; e, por último, a prevalência da religião católica no continente, do cristianismo que não aponta dissidências radicais ou fundamentalismos.

Os óbices

Definiremos óbices como os obstáculos de toda ordem que venham a impedir ou dificultar o processo de integração sul-americana.

O primeiro a ser levantado é fruto da herança histórica do bolivarianismo, aquele sentimento a que denominamos genericamente de *hispanidad*, responsável por uma desconfiança secular em relação ao Brasil, o gigante sul-americano praticamente desconhecido para os seus vizinhos até o recente advento da globali-

zação. Esse sentimento gerou nos países de origem espanhola uma percepção distorcida de que o Brasil seria um país de vocação imperialista, com espírito expansionista, desejo de conquistas territoriais para chegar ao Pacífico e outros dogmas, fruto do dimensionamento atingido pelo Brasil com a expansão da Linha de Tordesilhas e dos tratados que definiram as últimas linhas da nossa fronteira.

A mesma geografia que favorece a integração física pela interação dos espaços comuns apresenta obstáculos que dificultam uma maior aproximação entre o Brasil e alguns dos seus vizinhos, tais como a Cordilheira dos Andes e a Amazônia, acidentes que contribuíram durante muito tempo para que o Brasil permanecesse debruçado sobre o Atlântico, e seus vizinhos de oeste voltados para o Pacífico. Reflexo desta realidade é que ainda não existe uma ligação física efetiva entre esses países e o Brasil, mais de dois séculos após suas independências.

O sistema colonial espanhol e o processo de independência das nações latino-americanas deram origem a vários contenciosos territoriais, que, por vezes, levaram algumas nações ao recurso último da guerra, deixando cicatrizes na alma de seus povos. Assim sendo, permanecem até os dias de hoje algumas áreas de fricção política no continente sul-americano, referentes a diferendos territoriais, que convenientemente explorados por interesses políticos podem ainda levar a crises de instabilidade. Destacamos, dentre estas, as questões fronteiriças entre a Venezuela e a Colômbia, entre a Venezuela e a Guiana (Essequibo), entre o Peru e o Equador (Cordilheira do Condor) e a “saída para o mar” reivindicada pela Bolívia junto ao Chile.

São crescentes os óbices decorrentes dos interesses nacionais das potências hegemônicas, as quais, na intenção de manter o *status quo*, procuram exercer pressões de toda ordem para inviabilizar projetos nacionais e sul-americanos

que contrariem aqueles interesses. No campo econômico, tais pressões se refletem nas medidas protecionistas que as potências adotam para preservar seus mercados.

A ocorrência dos ilícitos transnacionais, particularmente o crime organizado e o narcotráfico, ensejaram a adoção do Plano Colômbia e a conseqüente materialização da presença militar norte-americana naquele país, objetivo declarado desde a desativação do Comando Sul, no Panamá. A “regionalização” do Plano Colômbia criará a oportunidade para a expansão da presença dos Estados Unidos nos Andes e até na Amazônia, comprometendo a integração regional. Nesse sentido, é oportuno registrar que se encontra em fase de amadurecimento nos Estados Unidos a Iniciativa Regional Andina, estratégia que prevê exatamente a possibilidade de ampliação da dimensão internacional do conflito interno colombiano.

Outro obstáculo à integração está substanciado nas próprias crises políticas internas que alguns países atravessam, mergulhados em campanhas político-partidárias para as eleições no próximo ano, denúncias de corrupção e desgaste do atual governo. A estes aspectos, agregam-se o baixo nível de educação e de participação política de suas populações, o que concorre para uma baixa priorização dada ao assunto.

A atração exercida pelos Estados Unidos faz com que vários países busquem incrementar parcerias e negociações bilaterais com aquele país, criando uma certa relação de dependência e dificultando sua inserção no processo de integração sul-americana.

Outro aspecto a destacar é a presença, no território sul-americano, de uma colônia europeia, a Guiana Francesa, que funciona como um enclave extracontinental, e que pode servir de plataforma para a implementação de um laboratório de idéias nascidas na Europa e antagônicas aos interesses dos países da região. É oportuno lembrar que o autor da idéia de “interna-

cionalização da Amazônia” foi o ex-presidente da França, François Mitterrand.

Por fim, o processo em andamento para a implantação da Alca em 2005, objetivo primeiro da política externa norte-americana, deixa pouco tempo para a negociação da integração sul-americana em bases sólidas, como desejaram os presidentes na Reunião de Cúpula de Brasília. Esse fato se agrava com a crise argentina, que é uma crise de todo o Mercosul, pois retarda as articulações deste mercado com a Comunidade Andina e demais parceiros sul-americanos.

As estratégias

Com o concurso dos aspectos facilitadores, os países sul-americanos devem implementar as estratégias para enfrentar os óbices e permitir a integração regional que resultará em seu fortalecimento. Algumas estratégias que se impõem são:

- fortalecimento do Mercosul;
- fortalecimento de parcerias isoladas, em curso entre nações sul-americanas;
- aproximação do Mercosul com a Comunidade Andina, Guiana e Suriname;
- identificação e realização dos eixos de desenvolvimento e projetos-chave de integração física;
- incremento de relações com a União Européia, China, Japão e outros mercados de interesse;
- transformação do Tratado de Cooperação Amazônica em Organização, o que lhe dará respaldo jurídico para o enfrentamento das questões amazônicas;
- eleição do Brasil, potência ascendente sul-americana, como o gerenciador do processo.

O papel do Brasil

O Brasil, por sua dimensão territorial e pelo fato de compartilhar fronteira com nove vizinhos, é o único país capaz de atuar como elemento integrador das vertentes sul e norte do continente e de agir como articulador do espa-

ço sul-americano, trabalhando sem qualquer pretensão hegemônica, no sentido de promover a estabilidade e a cooperação regionais em todos os campos, inclusive o estratégico-militar. É o país de maior peso específico e de maior capacidade arregimentadora, com relações fluidas e crescentes com todos os demais, sem contenciosos de qualquer natureza.

O Brasil é uma democracia estável que reúne todas as condições de potência ascendente. Sua extensão territorial corresponde a cerca de 50% da região, bem como o seu Produto Interno Bruto. Possuidor de um mercado de 160 milhões de habitantes, é um expressivo parceiro comercial para qualquer dos centros mundiais de poder econômico. O seu papel hegemônico no contexto sul-americano é, pois, consentido, como já ocorre naturalmente no âmbito do Mercosul.

A vontade política brasileira está explicitada no texto constitucional, cujo parágrafo único do Artigo 4º, assim manifesta: “A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações.”

O conceito de América Latina diluiu-se no Itamaraty para dar prioridade ao de América do Sul, hoje a área mais importante para a política exterior do Brasil. O Brasil promove um diálogo intenso com todos os países, visando ao estreitamento dos interesses comuns. No cenário sul-americano, o Brasil é o ator mais importante, cumprindo-lhe o papel de condutor do processo de integração.

CONCLUSÃO

Analisados o cenário internacional, a situação atual dos países sul-americanos e de seus blocos regionais em conformação, os aspectos facilitadores e os óbices à ampliação dessa integração, verifica-se que a visão de um amplo sis-

tema regional sul-americano deve partir, fundamentalmente, do grau de liderança assumido pelo Brasil dentro do Mercosul e da sobrevivência e fortalecimento deste, para que ele se constitua no núcleo organizador de um sistema ampliado. A formação desse sistema se reveste, ao mesmo tempo, da mais alta relevância para todos os países da região e de plena viabilidade.

No que se refere à relevância, as precedentes considerações relativas ao Mercosul e a sua decisiva importância para os países-membros, não apenas econômica mas, particularmente, política, se aplicam, igualmente, para os demais países do continente, tanto individualmente quanto em conjunto. Um sistema regional sul-americano seria um Mercosul em grande escala. Proporcionaria aos partícipes uma extraordinária ampliação dos seus mercados. Dar-lhes-ia uma oportunidade única de elevarem, dentro das condições favorecedoras desse mercado ampliado, a competitividade dos seus sistemas produtivos. E lhes asseguraria um poder internacional de negociação incomparavelmente superior ao que pudessem ter individualmente, abrindo-lhes condições para terem acesso, no quadro da estratificação internacional do poder, ao patamar dos países relativamente autônomos.

A viabilidade de formação desse sistema, sem embargo de inúmeros e complexos problemas a serem especificamente considerados, resulta do fato de que, na América do Sul, a identidade cultural básica dos países da região tem, como contrapartida, níveis equiparáveis de desenvolvimento e significativas facilidades físicas de intercomunicação. Pelo ocidente, os países dispõem, além de extensa rede rodoviária, da navegação pelo Pacífico. Pelo oriente, se articulam, rodovariamente, tanto entre si como através do Brasil que, salvo no caso do Chile, tem fronteira comum com todos os demais.

A formação de um sistema regional sul-americano requer, como etapa inicial, um amplo acordo de cooperação econômica e política entre o

Mercosul e a Comunidade Andina. Como no caso do Mercosul, a viabilidade de um sistema regional sul-americano depende de uma deliberação política básica: a de recusar a absorção individual dos países da região pela Alca. Essa deliberação, por sua vez, requer uma objetiva análise do custo-benefício que decorreria da absorção dos países sul-americanos pela Alca, comparativamente ao regime de custo-benefício que lhes adviria da formação de um sistema sul-americano.

Uma integração sul-americana, dada a relativa equivalência de competitividade do sistema produtivo dos países da região, estimularia vigorosamente os intercâmbios intra-setoriais tanto na indústria como na área de serviços, notadamente no tocante aos sistemas elétricos e às redes de transporte do continente.

No horizonte até 2005, a significação de um sistema regional sul-americano, se vingar o projeto de constituí-lo, dependerá da medida em que não se deixe absorver pela Alca. Vencido esse importante desafio, a significação de tal sistema, em longo prazo, dependerá do tipo de ordem mundial que venha a se configurar, até meados do século XXI. A prevalecer a multipolaridade, abrir-se-á para tal sistema, por um lado, um espaço incomparavelmente maior para o desenvolvimento nacional de seus membros. Por outro, dependendo da medida em que os países participantes logrem um significativo desenvolvimento, um sistema regional sul-americano tenderá, necessariamente, no longo prazo, a ter acesso ao patamar superior.

Do exposto, podemos concluir que a integração sul-americana é, ao mesmo tempo, uma resposta aos desafios impostos pela globalização e uma estratégia para os enfrentamentos advindos com a implantação da Alca. Portanto, deve ser encarada como um urgente imperativo geopolítico, para que os países sul-americanos possam prover com plena soberania nacional e dignidade para os seus povos a sua inserção no mundo do século XXI. ●

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CAMBESES Jr, Manuel. *Aspectos da Conjuntura Internacional*. LS 835/00-ESG, Rio de Janeiro: A Escola, 2001.
- CARDOSO, Fernando Henrique. "O Brasil e uma nova América do Sul". Artigo do Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, publicado no jornal *Valor Econômico*, São Paulo, 30 de agosto de 2000.
- CASTRO, Therezinha de. *Organização das Nações Unidas*. LS 824/01-ESG, Rio de Janeiro: A Escola, 2001.
- CÔRTEZ, Marcos Henrique Coimbra. *Fundamentos das relações internacionais e conceitos de atuação no campo externo*. LS 837/01-ESG, Rio de Janeiro: A Escola, 2001.
- JAGUARIBE, Hélio. *A América do Sul no atual sistema internacional*. Conferência pronunciada no Seminário sobre a América do Sul, Instituto Rio Branco. Brasília, 31 de julho de 2000.
- LAFER, Celso. "A organização do espaço sul-americano: seu significado político e econômico." Conferência de abertura do Seminário sobre a América do Sul, Instituto Rio Branco, Brasília, 31 de julho de 2000.
- LAMPRÉIA, Luis Felipe. "O futuro do Mercosul." Artigo publicado no jornal O GLOBO, Opinião, Rio de Janeiro, 20 de junho de 2001.
- MEIRA MATTOS, Carlos de. *Amazônia: pressões e desenvolvimento*. LS 805/01-ESG, Rio de Janeiro: A Escola, 2001.
- MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. Comunicado de Brasília. Departamento das Américas. Brasília, 31 de agosto de 2000.
- PULSO LATINO-AMERICANO. Suplemento mensal especial do jornal O GLOBO, editado pelo Grupo Diário das Américas. Rio de Janeiro, março a julho de 2001.
- SANTOS, Jorge Calvário dos. *Globalização*. LS 816/01-ESG, Rio de Janeiro: A Escola, 2001.
- SIMÕES, Antonio José Ferreira. "O Brasil e a Alca no limiar do novo milênio." Artigo publicado na *Revista de Política Exterior*, Edição de agosto/setembro de 2000.
- VILLAGARCIA, Juan Autero. (monografia) *Influência da globalização sobre a integração sul-americana*. ESG, Rio de Janeiro: A Escola, 2001.

BIBLIOTECA DO EXÉRCITO EDITORA

Coleção General Benício

Paulo Napoleão Nogueira da Silva



Crônica de
Dom João VI

BRASIL: O PAÍS E O REINO DE PORTUGAL

Crônica de Dom João VI

Paulo Napoleão Nogueira da Silva

Nesta obra original e instigante, o autor aborda a figura de D. João VI, ressaltando suas potencialidades de governante e suas inegáveis capacidades políticas, tanto para Portugal quanto para o Brasil, onde foi uma das mais importantes figuras do limiar da independência. O autor apresenta seu trabalho de forma desenvolta e leve por meio de um estilo literário esboçado. Com este lançamento, a Biblioteca do Exército promove resgate da verdadeira importância para o nosso país, além de resgatar a memória de D. João VI.

Conflitos assimétricos: implicações para o planejamento político-estratégico – estudo de casos históricos*

Sergio Luiz Tratz**

O estudo de casos históricos é imprescindível para a identificação das condicionantes e repercussões dos conflitos assimétricos; é conhecimento obrigatório para a elaboração de planejamentos político-estratégicos.

Guerra assimétrica e assimetria

Fazendo uma busca dos termos *Assimetria*, *Conflitos Assimétricos* e *Guerra Assimétrica* na historiografia militar, verifica-se que tais termos são de uso recente. Não há registros no *Dicionário de História Militar e da Arte da Guerra* de André Courvesier,¹ nem há referências no *Compêndio de História Militar* do britânico Richard Holmes.² A *Enciclopédia de Guerras e Revoluções do Século XX*, organizada pelo professor emérito desta casa, Professor Doutor Francisco Carlos Teixeira da Silva, apresenta um verbete produzido pelo Engenheiro Darc Costa com o título *Guerras Assimétricas*.³

A Guerra Assimétrica seria então um novo tipo de guerra? Uma evolução ou aperfeiçoamento da existente? Ou uma nova roupagem para os tipos de guerra já conhecidos?

Na realidade, não existe um consenso sobre a tipologia das guerras; mesmo o fenômeno social guerra encontra um amplo espectro de definições, variando conforme a formação filosófica, ideológica e cultural, o momento histórico vivido e fatores de ordem moral e ética relativos à finalidade da guerra considerada.

O conceito de assimetria surgiu pela primeira vez nas publicações conjuntas das Forças Armadas norte-americanas em 1995,⁴ e, a partir daí, o tema começou a ser difundido e vem sendo desenvolvido até os dias atuais.⁵ O uso indiscriminado do termo assimetria tem distorcido o seu conceito original e gerado certa confusão em seu significado.

* Conferência apresentada no V Encontro Nacional de Estudos Estratégicos, ECEME, Rio de Janeiro – 2005

** O autor é instrutor da ECEME.

¹ CORVISIER, André; TURNER, Chis; CHILDS, John Charles Roger. *Dictionary of Military History and Art of War*. E.U.A: Blackwell Publishers; 1994. A referida obra possui sua primeira edição em 1988, em língua francesa e uma edição norte-americana cuja obra foi expandida em 1994.

² HOLMES, Richard. *The Oxford Companion to Military History*. Oxford University Press.

³ COSTA, Darc. *Guerras Assimétricas*. In SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *Enciclopédia de Guerras e Revoluções do Século XX*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004. p. 64.

⁴ METZ, Steven, "Assimetria Estratégica". In: *Military Review*, Spanish Edition, Mayo-Junio 2002.

⁵ MILITARYREVIEW, Edição Brasileira, 1º Trim, 2004. Nesta publicação da *Military Review* a temática foi Guerras Assimétricas.

Em linhas gerais, a assimetria é o emprego de alguma diferença para obter vantagens sobre o inimigo. Em um conflito, a assimetria poderá ser encontrada nos níveis político-estratégico, estratégico-operacional e operacional (ou tático). O planejador do mais alto escalão deve ter conhecimento da existência de assimetria nos outros níveis para entender as implicações que poderão advir no nível político-estratégico.

O Engenheiro Darc Costa assim classifica as assimetrias estratégicas: de poder econômico e financeiro, capacidade bélica, estruturação organizacional, objetivação, resultados e comportamental.

Em termos militares, a classificação do Dr. Steven Metz apresenta como formas relevantes de assimetria: os métodos, as tecnologias, a força de vontade, a organização e a de paciência ou de perspectivas de tempo.⁶

O dia 11 de setembro de 2001 tornou-se *marca registrada* de um novo tipo de assimetria – a de atores –, onde não há o confronto somente de Estados, mas a participação direta de grupos autônomos e indivíduos num conflito. Este tipo de assimetria possui amplitude global, apóia-se em modernos recursos técnicos e utiliza como principal ferramenta o *novo terrorismo*, uma verdadeira *guerra sem limites*.

Desta forma, o termo conflito assimétrico pode ser definido como *a guerra do fraco contra o forte*, tema amplamente discutido pelos mais conhecidos formuladores do pensamento e da estratégia militar, tais quais Sun Tzu, Beaufre e Clausewitz. As aplicações práticas destes conceitos encontram-se registrados pela história militar desde o artifício utilizado por Aníbal para

evitar a invasão de Cartago pelos romanos até a atual guerra que se desenvolve no Iraque.

Estudo de casos históricos

Este trabalho abordará especificamente três casos históricos:

- A Guerra Brasília, ocorrida no Nordeste brasileiro do século XVII.
- A Guerra do Vietnã, na década de 1960 e início da de 1970.
- A Guerra do Afeganistão, na década de 1980.

Guerra Brasília (1624-54)

*"(...) em poucos dias se experimentou a manifestada utilidade deste esquisito modo de guerra, no estrago e temor dos holandeses."*⁷

José de Miralles

Área de conflito: Nordeste do Brasil (século XVII), o ambiente operacional restringiu-se à região litorânea, em um terreno de vegetação exuberante e ligações precárias entre as localidades.

Protagonistas: Províncias Unidas dos Países Baixos (Holanda),⁸ Espanha, Portugal⁹ e moradores do Brasil Colônia.

Tipo de Assimetria: de poder econômico, militar¹⁰ e tecnológico; e de organização militar.

Forma de contrapor à assimetria: guerra de guerrilha conduzida pelas companhias de emboscadas e pelo emprego de técnicas e táticas autóctones de combate (assimetria de método); aplicação da assimetria de força de vontade, de paciência ou de perspectivas de tempo.

⁶ METZ, Steven. *Assimetria...* Op. Cit. p. 67-68.

⁷ MIRALES, José de. *História Militar do Brasil*. In: Anais da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro: Leuzinger, v. XXII, 1900, p. 36.

⁸ MALAND, David. *Europe in the Seventeenth Century*. London: Macmillan, 1967. p.182-206. As Províncias Unidas são costumeiramente chamadas pelo nome de Holanda, sua província de maior destaque.

⁹ Portugal encontrava-se unida à Espanha Filipina de 1580 a 1640 e atraiu os inimigos do trono espanhol, no caso as Províncias Unidas. A partir de 1640, com a restauração portuguesa, a Espanha não mais participa do conflito.

No início do século XVII, a Holanda vivia o que Geoffrey Parker intitulou *Military Revolution*,¹¹ que pode ser traduzido por Revolução em Assuntos Militares (RAM). Os flamengos possuíam doutrina militar própria (os batalhões nassovianos), uma das melhores escolas militares da Europa, e experiência de combate nas Guerras de Flandres e na Guerra dos Trinta Anos. Se comparados aos recursos bélicos existentes para a defesa do Brasil, os holandeses possuíam armamentos mais modernos, em qualidade e quantidade (assimetria de capacidade bélica e tecnológica); sendo que a Holanda era considerada a maior potência marítima até a metade do século XVII (assimetria de Poder Naval).

O conflito se caracterizou pela disputa pelas fontes produtoras, transporte e distribuição do açúcar, ou seja, uma guerra de interesses estritamente econômicos. Para atingir seus objetivos, os holandeses fundaram a Companhia das Índias Ocidentais (WIC),¹² uma empresa comercial que contava com estrutura militar e suporte do Estado (assimetria de estrutura organizacional).

O sistema de defesa da colônia não possuía grande efetivo de tropas pagas, a estrutura de defesa utilizava-se da população organizada em milícias, as Companhias de Ordenan-

ças,¹³ uma tradição portuguesa que empregava um princípio da *nação em armas*. Cabe salientar que o Alvará das Armas de 1569 tornava obrigatório aos homens livres a posse de armas de fogo e armas brancas.¹⁴

Portanto, uma ação militar de maior vulto não poderia ser combatida simetricamente na colônia; a estratégia portuguesa para a defesa consistia, inicialmente, em proteger os portos marítimos com as tropas pagas e, caso não fosse possível, impedir a interiorização até o envio de reforços pela metrópole para a execução de uma ação direta. Considerando as Companhias de Ordenanças e o Alvará das Armas, havia uma estrutura militar mínima, fruto de um planejamento político-estratégico da metrópole, que permitia a organização da resistência nas capitanias invadidas.

Na invasão da Bahia (1624-25), esta estratégia foi empregada com sucesso, evidenciando-se o uso das táticas de guerrilha (assimetria de método), caracterizada pelas *companhias de emboscadas*.¹⁵ O cronista inglês Cuthberg Pudsey, que participou da invasão, registrou que “no começo, esta guerra do mato era algo estranha para nossos homens, devido às emboscadas que o inimigo propositadamente nos armava nas matas, invenção assassina que nos matava muitos soldados”.¹⁶

¹⁰ MALAND, David. *Europe in ...* Op. Cit. p. 182-206. Províncias Unidas constituíram o maior poder naval na primeira metade do século XVII.

¹¹ PARKER, Geoffrey. *Military Revolution*.

¹² LAET, Joannes de. *História dos Annaes dos feitos da Companhia Privilegiada das Índias Ocidentais desde o seu começo até o fim do anno de 1636*. Rio de Janeiro: Officinas Graphicas da Bibliotheca Nacional, 1916.

¹³ SELVAGEM, Carlos. *Portugal Militar*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1931, p. 325. Regulada pelo Regimento de Ordenanças de 1570.

¹⁴ Alvará das Armas, 1569. In: MENDONÇA, Marcos Carneiro de. *Raízes da Formação Administrativa do Brasil*. t. 1. Rio de Janeiro: Gráfica Carioca, 1972, p. 145-151.

¹⁵ VARNHAGEN, Francisco Adolpho de. *História Geral do Brasil Antes de sua Separação e Independência de Portugal*. São Paulo: Melhoramentos, t. 2. 3. ed. p. 234. Na Bahia, ao todo, lutaram contra o invasor 27 companhias de emboscadas, idealizadas pelo Bispo de Salvador D. Marcos Teixeira.

¹⁶ PUDSEY, Cuthberg. In: MELLO, Evaldo Cabral de. *Olinda Restaurada: Guerra e Açúcar no Nordeste, 1630-1654*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1998, p. 361. Reação da soldadesca neerlandesa registrada pelo mercenário inglês Cuthberg Pudsey, a serviço da Companhia das Índias Ocidentais.

Na resistência aos holandeses em Pernambuco (1630-54) podem ser caracterizadas duas fases distintas do ponto de vista estratégico-militar: uma *fase de guerra de guerrilhas* e outra *fase da guerra insurrecional*, onde foram empregadas táticas heterodoxas de combate direto.¹⁷

A *fase das guerrilhas* estendeu-se de 1630 a 1644, e, a exemplo da Bahia, o Governador Mathias de Albuquerque empregou o artifício das *companhias de emboscadas*. As tropas de resistência eram constituídas pelos colonos portugueses e pelos naturais da terra, os quais possuíam um profundo conhecimento do terreno e utilizavam técnicas e táticas aborígenes de combate.¹⁸ A *guerra brasílica* de Mathias de Albuquerque não respeitava as regras da arte militar, exagerando na crueldade e não dando quartel aos prisioneiros.

A fórmula de combate dos trópicos era tão eficaz que os holandeses procuraram adaptar-se a elas, cooptando nativos conhecedores das técnicas de combate e da área de operações, o que pode ser verificado no aliciamento de Calabar e nas alianças com os índios tapuias.

D. Luis de Rojas y Borja, veterano das Guerras de Flandres, enviado pelo Governo espanhol para fazer frente aos holandeses, não compreendeu o estilo de combate brasílico e teria exclamado, indignado, que “não era macaco para andar pelo mato”.¹⁹ Sua opção por combater os flamengos de forma simétrica custou-lhe a própria vida na batalha de Mata Redonda, bem como de quase toda sua tropa. Após o fracasso de D. Luis, o Conde de Bagnuolo, italiano que assumiu o comando de tropas luso-espanholas, “rendeu-se às evidências e evitou o

combate direto ao inimigo, adotando a tática de esquivar-se ao choque frontal”.²⁰

Na *fase da guerra insurrecional*, a partir de 1644, as emboscadas permaneceram ativas, porém, muitos de seus combatentes também participaram de combates regulares, com destaque para as batalhas do Monte das Tabocas e as dos Montes Guararapes. Nestas ações, típicas de exército constituído, foi empregada uma doutrina militar adaptada às táticas heterodoxas de combate direto, ao estilo da Guerra Brasílica (assimetria de método). As tropas locais²¹ eram mais ligeiras e ágeis em relação às formações rígidas do Exército holandês, transmitindo ao inimigo a imagem de tropas cruéis e temíveis, hábeis na perseguição e na degola.

Durante a Insurreição Pernambucana, a metrópole teve um duplo papel, por um lado atuava o diplomático, de assinar uma trégua de dez anos com os holandeses e, por outro, o de apoiar veladamente aos insurretos através do Governador-geral Antônio Teles da Silva. São exemplos desse apoio as articulações com as lideranças locais realizadas por André Vidal de Negreiros, o envio de Antônio Dias Cardoso a Pernambuco com quarenta soldados de linha, “todos destros na milícia e capazes de serem oficiais na guerra e governar companhias”,²² e o envio dos terços de Filipe Camarão e Henrique Dias para negar aos holandeses o uso dos recursos econômicos. Neste caso, a queima de canaviais visava causar prejuízos à Companhia das Índias Ocidentais, inviabilizando-a economicamente a manter a invasão.

Cabe ressaltar como aspectos motivadores (assimetria de força de vontade) para o conflito perdurar no tempo em uma guerra prolon-

¹⁷ WEHLING, Arno. “Padrões Europeus e Conflitos Coloniais: A Questão da Guerra Brasílica”. *Revista do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil*, Rio de Janeiro n. 84, 1998. p. 112.

¹⁸ WEHLING, Arno. “Padrões Europeus...” Op. Cit. p. 114-115.

¹⁹ MEILLO, Evaldo Cabral de. *Olinda Restaurada...* p. 360.

²⁰ WEHLING, Arno. “Padrões Europeus...” Op. Cit. p. 112.

²¹ Ibidem, p. 119. As tropas eram compostas por portugueses, brasileiros, tapuias, negros e mamelucos.

²² VARNHAGEN, Francisco Adolpho de (Visconde de Porto Seguro). *História Geral*. Op. Cit. p. 197.

gada de 24 anos (assimetria de tempo) as diferenças religiosas (católicos x calvinistas) e as incompatibilidades culturais dos europeus nórdicos, predominantemente urbanos, com as características dos colonos americanizados, de origem mediterrânea e hábitos rurais.

Guerra do Vietnã (1963-75)

“A luta do Vietnã demonstrou como um oponente fraco mas obstinado pode enfrentar e contrapor-se à tecnologia e ao poder militar norte-americano.

A lição pode ser aplicada por praticamente qualquer país invadido por forças estrangeiras.”

Bevin Alexander²³

Área de conflito: Sudeste da Ásia, ambiente operacional caracterizado por florestas tropicais, áreas montanhosas e com poucas vias de circulação.

Protagonistas: Estados Unidos, Exército sul-vietnamita, Vietnã do Norte e guerrilheiros vietcongs (Frente de Libertação Nacional). Em menor escala, tropas da Austrália, Nova Zelândia, Filipinas e Coreia do Sul. União Soviética e China como fornecedores de armas para o Exército norte-vietnamita (ENV) e para os vietcongs.

Tipo de Assimetria: de poder econômico, militar e tecnológico a favor dos EUA, uma capacidade bélica sem níveis de comparação.

Forma de contrapor à assimetria: utilização da estratégia indireta pelo Vietnã do Norte, empregando os métodos preconizados pelo General Giap²⁴ para a guerra de guerrilha (assimetria de método ou manobra); aquisição de suporte tecnológico e bélico da China e da União Soviética; aplicação da assimetria de força de vontade, de paciência ou de perspectivas de tempo.

Forças Envolvidas: (ver tabela abaixo)

A historiografia do conflito do Vietnã é muito vasta e rica de detalhes, pois este foi o primeiro conflito com transmissão televisiva, na qual a mídia teve um papel muito importante. Os Estados Unidos venceram as principais batalhas, mas perderam a guerra. Por quê?

A avaliação dos efetivos empregados e das perdas em campanha aponta para um relativo sucesso dos EUA. Na realidade, o Exército norte-americano contabilizava as baixas vietcongues com a ilusão de que uma guerra de atrito esgotaria o inimigo e o forçaria a desistir. Entretanto, Ho Chi Min, Giap e outros dirigentes estavam preparados para perder dez soldados para cada norte-americano, convictos que o povo ianque não agüentaria a relação de perdas indefinidamente. A guerra de atrito funcionou contra os Estados Unidos.

A opção pelo emprego da *guerra lenta* implica a longa duração do conflito (neste caso, 12 anos) e na perda de muitas vidas humanas

Partidos	Efetivo empregado	Baixas
Estados Unidos	2.300.000 homens serviram no Vietnã de 1961 a 1974	46.370 mortos 300.000 feridos
Vietnã do Sul	1.048.000 homens	184.000 mortos
Vietnã do Norte e vietcongues	2.000.000 homens	900.000 mortos

²³ ALEXANDER, Bevin. *A Guerra do Futuro*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1998. p. 149.

²⁴ CORVISIER, André. *Dictionary of...* Op. Cit. p. 312-313. Vo Nguyen Giap (1912-) foi um general vietminh na luta com os franceses durante a Guerra da Indochina, onde adaptou os ensinamentos de Sun Tzu e de Mao Tsé-tung. Suas soluções, empregando a estratégia indireta, foram eficazes e atingiram o objetivo de retirada da França da Indochina. Giap empregou o mesmo sistema contra os norte-americanos na Guerra do Vietnã.

(neste caso, 45% do efetivo empregado), um verdadeiro “tributo de sangue” para a nação.

Tomando o ponto de vista da estratégia militar, do grande efetivo empregado pelos norte-americanos e pelo ESV, cerca de 50% permaneciam em posições estáticas protegendo instalações e eixos de comunicação, outra parte exercia funções logísticas, implicando que não era possível colocar em combate um efetivo maior que o de vietcongues, cujas forças se aproximavam a um quarto da de seus oponentes.²⁵ Este fato deu-se pelas características da estratégia indireta e das táticas empregadas pelo Vietnã do Norte, baseadas nos princípios estabelecidos por Vo Nguyen Giap: “O inimigo é forte? Evite-o. É fraco? Ataque-o. Ao seu equipamento moderno, opõe-se um heroísmo sem limites para vencer pelo cansaço ou por operações militares combinadas com ações políticas e econômicas. Não há uma linha fixa demarcada, a frente é onde o inimigo for encontrado.”

Em sua estratégia militar, Giap diluiu seus efetivos no meio da população, evitando a localização de suas unidades, ao mesmo tempo em que utilizava sua população como escudo humano. Conseqüentemente, houve bombardeiros que causaram grande número de mortes entre civis, tudo aproveitado como material de propaganda contra os EUA.²⁶

Essas características da guerra irregular, em especial a guerra de guerrilha, de pleno domínio do combatente vietcongue, experimentado na Guerra da Indochina, não eram bem compreendidas pela cultura ocidental. Um bom

exemplo são as palavras do Tenente-coronel John Paul Vann e de outros assessores norte-americanos que insistiam em varrer os vietcongues “se eles ao menos se levantassem e lutassem”.²⁷

A Ofensiva do Tet, desencadeada sob o comando de Giap, foi uma tentativa de realizar um golpe relâmpago e imediato buscando uma ação decisiva, similar ao que representou Dien Bien Phu na Guerra da Indochina. O Exército regular norte-vietnamita e a força de guerrilha vietcongue foram empregados contabilizando 84 mil homens para atacar simultaneamente 5 grandes cidades, 36 capitais de província, 64 capitais de distrito e 50 aldeias. Os norte-americanos e o ESV reagiram rápido, recuperando a capital e as cidades importantes em uma semana. Num desastre tático, 40 mil vietcongues foram mortos ou feridos, destruindo uma infraestrutura cuidadosamente organizada e preservada durante 14 anos.

Essa tentativa de combater em simetria contra uma força comprovadamente superior mostrou-se inviável. Entretanto, se a Ofensiva do Tet não foi eficaz na mobilização de um levante popular, tornou explícita a capacidade operacional e militar dos norte-vietnamitas. Outra repercussão da Ofensiva do Tet foi no estado de espírito do Exército norte-americano, que alcançara razoável sucesso moral e militar de 1966 a 1968, e a partir daí entrou numa fase de recuos, desilusões e desintegração. Em verdade, se a guerra de guerrilha não pode derrotar uma força convencional, pode criar um impasse militar que, ao final, conduz a um acordo político.

²⁵ ALEXANDER, Bevin. *A Guerra do...* Op. Cit. p. 172. Em 1968, os EUA possuíam 540 mil soldados no Vietnã, dos quais 80 mil eram combatentes.

²⁶ As forças norte-americanas consumiram quase 15 milhões de toneladas de munição durante a Guerra do Vietnã, duas vezes o total usado pelos Estados Unidos na Segunda Guerra Mundial. O uso indiscriminado de explosivos, aliado à dificuldade de identificação dos oponentes que se misturavam à população, ocasionou milhares de civis mortos ou feridos. À medida que aumentava a frustração frente aos vietcongs, qualquer vilarejo em que ocorresse um disparo ou que estivesse sob suspeita poderia ser arrasado. O massacre de May Lai foi um exemplo de abusos amplamente divulgados pela mídia internacional. SILVA, Carlos L. B. da. In SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *Enciclopédia de ...* Op. Cit. p. 409-412.

²⁷ ALEXANDER, Bevin. *A Guerra do ...* Op. Cit. p. 165.

Um aspecto fundamental para o sucesso do ENV no conflito foi o apoio da União Soviética e da China no fornecimento de armas, munições e equipamentos militares; sendo que a fronteira física com a China favoreceu este apoio. Além do mais, o Vietnã do Norte não possuía recursos internos para sustentar o esforço de guerra e a infra-estrutura nacional estava seriamente danificada pela Operação Rolling Thunder, que foi um sistemático bombardeio estratégico realizado pelos EUA de 1965 a 1968.

A opção por uma guerra de usura implica obter recursos materiais, não necessariamente em território próprio, mas por uma política de alianças. Há necessidade de que toda a nação esteja envolvida no esforço de guerra, pois o território fora da zona de combate certamente será atingido pela campanha aeroestratégica adversária.

No que diz respeito à logística militar, os norte-vietnamitas organizaram uma estrutura baseada no emprego de recursos locais, movimentando os suprimentos complementares pela trilha Ho Chi Min, localizada no território de países limítrofes; esta manobra foi concebida para desviar o sistema defensivo norte-americano (Linha MacNamara). A identificação deste artifício e a tentativa de sua neutralização com bombardeios estenderam o conflito ao Camboja e o Laos.

O fato de a União Soviética e de a China serem potências nucleares e fazerem parte do Conselho de Segurança da ONU, com direito a veto, restringiu a *liberdade de ação*²⁸ dos Estados Unidos. Receando uma intervenção chinesa, tal qual ocorrera na Coreia (Vale do Rio Yalu), o Presidente Lyndon Johnson não permitiu a invasão do Vietnã do Norte, criando *santuários*

para as tropas vietcongs.²⁹ Da mesma forma, Johnson não permitiu a intervenção direta no Laos ou no Camboja, receando ser denominado de neocolonialista pela comunidade internacional. Nixon não seguiu exatamente pelo mesmo caminho, invadindo o Camboja em 1970.

“No Vietnã, os dirigentes norte-americanos impuseram pesos políticos que tornaram impossível às Forças Armadas travar as batalhas e realizar as campanhas necessárias para a vitória. Os políticos deveriam tornar claras as verdadeiras finalidades de um conflito para que os militares pudessem avaliar se seria possível satisfazê-las dentro de um quadro de limitações impostas. Quando não possível, deveriam mudar os objetivos ou simplesmente desistir. Mas é duvidoso que os políticos possam ser honestos, principalmente se altas questões políticas estiverem em jogo.

*Além disso, não se pode confiar que os chefes militares sejam mais objetivos que os líderes políticos. A triste verdade sobre o Vietnã é que a autoconfiante cúpula militar da nação era vítima consentida dos desejos políticos. Não estudou suficientemente as condições impostas pelos dirigentes civis para concluir que a guerra era invencível.”*³⁰

Os Estados Unidos não conseguiram conquistar o apoio da população vietnamita nem da norte-americana, perdendo a chamada *luta pelos corações e mentes*. Para o líder do Bloco Ocidental restou o trauma de uma guerra que não contou com o apoio de seu povo e arranhou o seu orgulho de potência militar.

*“Uma lição séria: se os dirigentes políticos e militares falharem no exame da realidade, podem surgir outros Vietnãs.”*³¹

Bevin Alexander

²⁸ BEAUFRE, André. *Introdução à Estratégia*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1998. p. 122-123.

²⁹ Embora não tenha poupado o território de bombardeiros.

³⁰ ALEXANDER, Bevin. *A Guerra do...* Op. Cit. p. 41.

³¹ Ibidem, p. 42.

Guerra do Afeganistão (1979-89)

Área de conflito: Ásia Central, ambiente operacional com terreno montanhoso e de difícil acesso, o que torna menos efetivo e restrito o emprego de meios bélicos convencionais, como viaturas blindadas e helicópteros.

Protagonistas: União Soviética (URSS), Exército do Afeganistão e guerrilheiros mujahedin. Estados Unidos, China, Paquistão e alguns países árabes com apoio material e financeiro à guerrilha.

Tipo de Assimetria: de poder econômico, militar e tecnológico.

Forma de contrapor a assimetria: guerra irregular conduzida pelos guerrilheiros mujahedins (assimetria de métodos); apoio financeiro e material de chineses, norte-americanos, paquistaneses e outros países; aplicação da assimetria de força de vontade (motivação religiosa), de paciência ou de perspectivas de tempo.

A historiografia da intervenção soviética no Afeganistão não é tão vasta como a da Guerra do Vietnã, mas pode ser tão instrutiva como tal. Por que os soviéticos invadiram o Afeganistão?³² Em plena Guerra Fria, o Afeganistão constituía uma região de importância estratégica para a URSS e os EUA. A instabilidade política e o mau exemplo de uma revolta de natureza religiosa islâmica, nos limites da URSS, incentivaram as ações do Governo soviético.

A intervenção armada foi desencadeada para apoiar um golpe de Estado e manter um governo pró-soviético. Naquele momento, a URSS considerava ter *liberdade de ação* para executar uma *ação independente*, pois o seu grande adversário, os EUA, sofria da paralisia pós-Vietnã e o governo Carter não havia tomado providências em face da concentração de tropas na fronteira afegã.

No cenário internacional, os interesses eram diversos: os EUA não aceitavam a invasão de um

país tão próximo às reservas de petróleo do Golfo Pérsico; os iranianos e árabes condenavam a intervenção de um país ateu em outro muçulmano; o Paquistão via a ameaça de perder parte de seu território; e a China não via com bons olhos a presença soviética nesta parte de sua faixa de fronteira. Um grande número de países estrangeiros ajudou a sustentar a resistência mujahedin com apoio financeiro, material e em treinamento.

Novamente surge a importância da atividade diplomática e da política de alianças para a obtenção de recursos necessários ao esforço de guerra, neste caso em especial que todo o território foi ocupado e não existe base nacional. Entra em cena a questão da *guerra justa*, também preconizada por Giap nas guerras do Vietnã e da Indochina, neste caso contra um país que intervém nas questões internas de outro sem um mandato da ONU.

A princípio, a URSS pretendia realizar uma ocupação em massa, empregando suas forças apenas para controlar áreas urbanas e linhas de comunicação; o Exército afegão estaria, assim, respaldado para combater os rebeldes. Entretanto, as atividades dos guerrilheiros mujahedins impuseram às forças militares do Afeganistão seguidos reveses, implicando desmoralização e deserções em massa. Os soviéticos viram-se obrigados a empregar suas tropas no combate aos guerrilheiros, isto é, houve falha na avaliação estratégica.

Os dez anos de resistência (assimetria de manobra e de tempo) mantiveram em atividade o protesto da comunidade internacional, que culminou na condenação da intervenção em sessão da Assembléia Geral da ONU, uma atitude extremamente negativa e desgastante para a URSS.

As maiores represálias no campo internacional foram capitaneadas pelos norte-americanos: apoio militar aos guerrilheiros mujahedins; boicote às Olimpíadas de Moscou; redução na

³² BAUMANN, Robert F. "Russian-Soviet Unconventional Wars in the Caucasus, Central Asia, and Afghanistan". *Leavenworth papers*, no. 20.

remessa de cereais à URSS; congelamento do Plano SALT; aproximação das relações dos Estados Unidos com o Paquistão e a China; e a ampliação das forças militares nas áreas de interesse e influência da URSS.³³

Inicialmente, a ação das tropas soviéticas foi eficaz, com militares bem adestrados e empregando as vantagens tecnológicas da aeromobidade e do apoio de fogo aéreo. Contudo, o poder aéreo (extremamente assimétrico) foi neutralizado com o fornecimento dos mísseis Blowpipes (britânico) e Stingers (norte-americano) à guerrilha afegã. As aeronaves foram obrigadas a operar a grande altitude, reduzindo a eficácia, e os helicópteros ficaram extremamente vulneráveis nas montanhas.

As fronteiras físicas com o Paquistão e com o Irã facilitaram o apoio externo e o homizão da guerrilha nesses territórios. Houve tentativa de isolar o apoio e a movimentação de efetivos provenientes do Paquistão, porém os soviéticos não obtiveram maior sucesso que os EUA no Vietnã em fechar a trilha Ho Chi Min. A URSS também não pôde estender o conflito aos países limítrofes, eliminando os *santuários*, pois sua *liberdade de ação* estava bastante reduzida devido à pressão internacional.

Outra avaliação equivocada dos soviéticos foi a vontade nacional do povo afegão, na verdade um grande complexo de tribos rivais. O principal fator de motivação da resistência foi a religiosidade, incentivada pela decretação da *jihad* pelos líderes islâmicos, isto é, a guerra santa contra os invasores ateus.

A tentativa soviética de conquistar o apoio da população com empreendimentos governa-

mentais não surtiu efeito, pois o povo manteve a simpatia e o apoio ao movimento de resistência. Os projetos de modernização do país e os membros do governo tornaram-se alvos da guerrilha mujahedin, realizando atos de terrorismo.

O país foi profundamente afetado pelos ataques soviéticos e pelas ações da guerrilha, aldeias foram destruídas, grande parcela da população civil morreu³⁴ ou saiu do país pelas fronteiras com o Paquistão e o Irã.

Em 1989, diante da pressão internacional e da impossibilidade de eliminação da guerrilha mujahedin, Gorbachev costurou um acordo com os Estados Unidos e o Paquistão, conseguindo retirar as tropas soviéticas do Afeganistão.

Algumas reflexões

Em um artigo da *Military Review*, o congressista Ike Skelton afirma acreditar “que o conceito de guerra assimétrica não é nada novo”,³⁵ estas palavras refletem a atenção dos Estados Unidos da América, maior potência econômica e militar do planeta, com o que se convencionou chamar de guerra assimétrica.

O motivo de tal atenção pode ser verificado nos três casos históricos apresentados neste artigo, onde a vitória ficou com o lado mais fraco. Entretanto, nem sempre isto ocorre, mas, quando ocorre, o custo pode ser bastante elevado, não em termos financeiros, mas em vidas humanas, estrutura física e desenvolvimento da nação que é palco do conflito.

Alguns fatores observados nos exemplos históricos podem ser considerados como críticos no sucesso do partido fraco contra o forte:

³³ HAMMOND, T. *Bandeira Vermelha no Afeganistão*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1987. Criação de uma Força de Desdobramento Rápido, aquisição de novas bases militares em Omã, Quênia e Somália; ampliação das Forças Navais no Oceano Índico; instalação de novos mísseis na Europa Ocidental.

³⁴ BAUMANN, Robert F. *Russian-Soviet... Op. Cit.*, p.136. Até 1987, estima-se que 9% da população afegã havia sido morta durante o conflito.

³⁵ SELKTON, Ike (Congressista). “As Guerras da América: Lições para Conflitos Assimétricos”. In: *Military Review*, Portuguese Edition, 4º Trim, 2002. Disponível em www.leavenworth.army.mil.

- a área de operações, de forma geral, só é favorável ao lado fraco se restringir o emprego do poder militar adversário e constituir um habitat natural para quem emprega a guerra não-convencional;

- o apoio de uma ou mais nações, com peso no cenário internacional, atua como suporte na defesa da causa nos foros internacionais, pois impõe restrição da *liberdade de ação* do partido mais forte e é capaz de suprir o *gap* tecnológico e em material de emprego militar;

- o bom relacionamento e a simpatia dos países vizinhos, permitindo as áreas de homi-zio ou *santuários*;

- a motivação e os fatores de aglutinação em torno da resistência ou da guerra lenta, principalmente se adotado o princípio da guerra justa;

- o condicionante tempo é fundamental e está estritamente relacionado com a motivação dos partidos beligerantes, pois, se a longa duração do conflito é um artifício para as forças não-convencionais atingirem seus objetivos, a força de vontade dos combatentes e o apoio da população necessitam ser preservados em uma guerra de atrito e de desgaste;

- em termos culturais, a incompreensão do que significa a guerra assimétrica beneficia o partido mais fraco, pois este possui plena consciência de como atuará;

- combater simetricamente o mais forte é inviável, sendo que a criatividade e a adaptabilidade são fundamentais no combate assimétrico,

pois somente as soluções inovadoras surtem o efeito desejado.

Nos três casos históricos, os possuidores de maior poder utilizaram a Estratégia Direta para fazer valer a vantagem de seus recursos, buscando uma guerra rápida, sem muito desgaste. Certamente, a avaliação político-estratégica de empregar os meios militares que resultem em uma guerra assimétrica devem avaliar os riscos que dela advém: guerra prolongada, desgaste de vidas humanas (militares e civis) e risco de escalada do conflito no plano regional ou mundial.

Quem enfrenta um poder superior deve pesar os riscos de seu desafio, se a solução diplomática não for viável, a opção por uma *guerra lenta* cobrará o *tributo de sangue* para a sobrevivência do Estado Soberano. Cabe ressaltar que a decisão de empregar a guerra não-convencional e seus artifícios, em termos militares, resulta num planejamento centralizado e na execução descentralizada, implicando risco de perda do controle total dos meios empregados, pois a iniciativa e a oportunidade são alguns dos princípios deste tipo de operação.

Finalmente, deve-se ter em mente que, ao término de um Conflito Assimétrico, a vitória será mais política do que militar.

“A guerra é de vital importância para um Estado; é um assunto de vida ou morte; o caminho da sobrevivência ou da ruína; por isso, é imperativo que ela seja perfeitamente estudada.”

Sun Tzu ☯

PARADOXOS DA GLOBALIZAÇÃO

Marco Maciel

Discutir o sentido da História tem sido, há séculos, uma tarefa de historiadores, filósofos, cientistas sociais, que continuam a indagar se a História tem sentido. A questão do tempo, no entanto, embora indissociável da evolução histórica, tem um significado ainda mais amplo, que envolve pessoas, sociedades e instituições preocupadas com a evolução do universo, com o próprio destino e nos leva a refletir sobre essa nova onda globalizadora que vive a humanidade, produto de uma grande revolução tecnológica que pervaga o mundo trazendo mais perplexidades do que certezas com relação ao século XXI.

Embora os albores deste milênio se caracterizem pelos flagelos de conflitos localizados e pelo recrudesimento do terrorismo internacional, não se pode deixar de reconhecer que “o sol da liberdade” – de que fala o nosso Hino – brilha “em raios fúlgidos” na maior parte do planeta; e que a liberdade é essencial para a edificação de uma sociedade democrática.

Ao olharmos o mundo sessenta anos após a constituição da Organização das Nações Unidas (ONU), podemos constatar que cresceu, tanto em termos absolutos quanto em termos relativos, o número de Estados integrantes da ONU que vivem sob o regime democrático.

É de notar também que muitas associações interestatais de caráter regional ou sub-regional – União Européia e Mercosul são exemplos – têm concorrido para tal objetivo na medida em que inserem em seus estatutos a pedagógica “cláusula democrática” como pré-

requisito para ingresso dos Estados nacionais nas respectivas instituições.

Ademais, as tecnologias da informação estão igualmente contribuindo para o florescimento do intercâmbio entre povos e, como corolário, para a perfusão de valores como liberdade, cidadania e Estado de Direito. Algo, aliás, necessário para a construção de uma nova sociedade internacional sob a égide de uma ONU refundada que, respeitando os valores peculiares de cada povo, assegure a liberdade, a paz, a solidariedade, a justiça, “desenvolvendo a consciência comum de serem, por assim dizer, uma família de nações”, como preconizou o Papa João Paulo II.

É certo que as instituições políticas, mormente após o adensamento da onda globalizadora, são alvo de crítica generalizada da sociedade contemporânea. As suas práticas são ainda julgadas insuficientes e inoperantes para superar as questões do presente e, sobretudo, para apontar os obstáculos do futuro. Contudo, não é somente a política como atividade que está sob contestação, mas também as instituições econômicas. Se a globalização contribuiu para o avanço do processo democrático no mundo, não há dúvida de que, em contrapartida, sob o ponto de vista econômico, ela ampliou – e muito – não somente a pobreza, mas também a desigualdade social.

Nunca houve tanta prosperidade na economia mundial, embora, paradoxalmente, nunca tenha havido tanta incerteza e insegurança com relação ao futuro da humanidade. A despeito de toda essa prosperidade, a produção econômica cresce na exata medida em que aumenta o desemprego em termos globais. Esse ambiente se repete, em outras dimensões, na escala social, em questões como solidarie-

dade, coesão, proteção de minorias, equilíbrio ecológico, exclusão e correntes migratórias. E isso se dá num momento em que a globalização econômica, as facilidades decorrentes da informação e a troca internacional de experiências, inclusive por meio do turismo, correm em escala jamais vista.

Os conflitos étnicos, os surtos de nacionalismos, os enfrentamentos de caráter religioso e as dissensões internas exibem também o aumento da conflituosidade social em larga escala.

A questão da desigualdade e da pobreza é um problema observado em todo o planeta; ocorre, de forma mais aguda, nos países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento, mas também em países desenvolvidos. No recém-divulgado Relatório sobre a Situação Social Mundial 2005: O Problema da Desigualdade, a ONU demonstra, à sociedade, que estes dois fatores – desigualdade e pobreza – continuam impedindo a construção de uma sociedade menos injusta e, portanto, mais solidária.

Por conseguinte, o instante que vivemos é marcado por uma globalização excludente. Digase, a propósito, “uma globalização assimétrica”, conforme o Presidente Fernando Henrique Cardoso já havia ressaltado em seu discurso de posse, em 1º de janeiro de 1999, no Congresso Nacional. Uma globalização que “comporta riscos graves de exclusão e de aprofundamento das desigualdades, entre os países e dentro de cada um deles”.

Fatos tão adversos devem servir de alerta para todos nós no sentido de buscarmos respostas para os desafios políticos, a conquista da racionalidade econômica e, sobretudo, o aumento da solidariedade social. Tudo isso exige determinada resolução de edificar uma nova arquitetura institucional que substitua os organismos da sociedade contemporânea, construídos sob os escombros da Segunda Guerra Mundial, sob os quais ainda vivemos, para ajustá-la às esperanças deste novo século.

A reflexão humana nos últimos cinquenta anos, período caracterizado pelas mais vertiginosas transformações quantitativas e qualitativas de toda a História da humanidade, tem sido invariavelmente marcada mais pelo diagnóstico do que pelo prognóstico. Por essa razão, talvez tenhamos vivido mais sob o signo do conformismo e do pessimismo do que sob a inspiração das grandes utopias que foram capazes de dar ao gênero humano aquele sentimento de grandeza que, em *Os Lusíadas*, Camões chamou de “o gênio da raça”, e tão necessário para entender essa estranha máquina que é o mundo. Ousamos mais no pensamento do que fomos capazes de ousar na ação.

(Publicado em *O Estado de S. Paulo*, 21/09/05)

POBREZA MAQUIADA

Ali Kamel

Se alguém rompe a linha da pobreza porque recebe uma ajuda em dinheiro do Governo, é correto que as estatísticas deixem de considerar essa pessoa como sendo pobre?

O bom senso diz que não: tire a ajuda e o pobre voltará a ser pobre.

Em todas as linhas da pobreza divulgadas, houve queda acentuada no número de pobres. Entre as explicações mais convincentes, o crescimento econômico, a baixa inflação e o aumento do salário mínimo, com grande impacto nas aposentadorias e pensões de todo tipo. Para o Governo e alguns pesquisadores, no entanto, o Bolsa Família teria tido um impacto decisivo. Com as estatísticas disponíveis, porém, isso é impossível de ser comprovado.

O IBGE é um centro de excelência e a PNAD é um dos mais importantes instrumentos para se conhecer a realidade brasileira. A metodologia da pesquisa, porém, ainda não permite subtrair da renda das famílias os recursos pro-

venientes de programas sociais. Assim, os pesquisadores que elaboraram linhas de pobreza não tiveram outra opção senão considerar toda a renda das famílias, quando o ideal teria sido registrar a renda antes e depois da ajuda do Governo, até mesmo para que o retrato obtido mostrasse a eficácia dos programas: desse modo, teria sido possível identificar qual a contribuição específica do Bolsa Família na variação para mais na renda das famílias. É dessa maneira que agem os países da União Européia, por exemplo. Apenas com a PNAD, é impossível medir o impacto direto e inequívoco do Bolsa Família na redução do número de pobres.

Diante desse quadro, temos mais uma confirmação de que o Bolsa Família é um programa caríssimo e com um controle frágil. O tal cartão magnético, que registraria automaticamente a frequência dos alunos, ficou, mais uma vez, para o ano que vem. Até lá, o controle é feito à mão pelos professores e depois posto na internet pelas secretarias, num processo ainda complicado. O último relatório divulgado é de julho, e, apesar de já ter resposta de 80% das escolas, as notícias não são boas: apenas 66% das crianças tiveram a frequência escolar acompanhada. O controle das exigências no campo da saúde é ainda apenas projeto. E não podia ser diferente. O pobre não deixa de cuidar da saúde porque quer, mas porque não tem acesso aos serviços. Como o Governo não pode oferecê-lo à multidão que recebe o Bolsa Família, ninguém se preocupa em cobrar nada. E, agora, sabemos que as estatísticas disponíveis não dão ao Governo sequer a certeza do papel que o Bolsa Família tem nas famílias que romperam a linha de pobreza. Um quadro desolador.

Pesquisadores sérios dizem que a influência do Bolsa Família na redução da pobreza foi pequena: afinal, se a soma de todos os benefícios juntos atinge alguns bilhões de reais, considerando o benefício médio mensal, hoje

da ordem de R\$ 65, cada membro de família beneficiada recebe apenas R\$ 0,50 por dia.

Mas imaginemos que o Governo está certo e que o impacto do Bolsa Família na diminuição da pobreza tenha sido de fato grande. Nessa hipótese, seríamos, então, obrigados a dizer que o retrato obtido nas linhas de pobreza não teria sido o de uma pobreza menor, mas de uma pobreza “maquiada”. Os índices estariam anabolizados. Se de fato o pobre rompeu a linha da pobreza por causa do Bolsa Família, como apregoa o Governo, quando essa ajuda for tirada, o pobre voltará a ser pobre. Porque o Bolsa Família não acaba com a pobreza, mas apenas atenua os seus efeitos. O que tira um pobre da pobreza é o emprego. E só consegue emprego quando há um quadro de crescimento econômico. E só consegue bons empregos aquele que tem qualificação. Crescimento econômico e educação de qualidade são a fórmula segura para a um só tempo diminuir a pobreza e encurtar a desigualdade.

A pergunta que faço então é simples: num país como o Brasil, em que ainda não é universal o acesso a coisas básicas como educação de qualidade, é justo que o Governo gaste um caminhão de dinheiro em programas como o Bolsa Família? Como mostrou a Pesquisa de Orçamento Familiar, a questão do Brasil não é a fome: no Brasil o percentual de pessoas emagrecidas, único indicador que realmente mede a quantidade de famintos, é inferior ao limite máximo considerado normal. Se é assim, eu acredito que o Brasil tem necessidades mais urgentes. Investir em educação é uma delas, porque somente ela é capaz de emancipar uma pessoa. A outra é investir na infra-estrutura do país de modo a superar os gargalos que impedem o nosso desenvolvimento.

E, no entanto, o Governo prefere gastar em 2006 R\$ 8,3 bilhões no Bolsa Família. Em educação, investirá apenas R\$ 8 bilhões, enquanto impõe ao ministro da Fazenda o papel

de dizer não aos R\$ 4,5 bilhões necessários à implantação do Fundeb, tido como essencial para melhorar a qualidade do ensino no Brasil. Para a rubrica investimentos, haverá apenas R\$ 14 bilhões, o que obrigará o Brasil, por muitos anos, a enfrentar portos deficientes, estradas caindo aos pedaços, falta de usinas hidrelétricas e escassez de recursos para financiar o parque industrial.

Assim, mesmo se o Bolsa Família fosse realmente eficaz no “combate à pobreza” (e não há agora como medir isso), o dinheiro gasto com ele até poderia ter um impacto imediato nos índices de pobreza, mas este seria um impacto virtual, artificial, aparente. Em qualquer hipótese, a médio e longo prazos, o Bolsa Família estará contribuindo, paradoxalmente, para a manutenção de milhões de brasileiros na pobreza, uma vez que drenará os recursos que deveriam estar indo para educação e para a infra-estrutura essencial ao crescimento. E sem educação e sem empregos, ninguém sai, de fato, da pobreza. Terá de viver, eternamente, de esmola.

É um tiro no pé. Mas que rende votos. Eis, talvez, a origem da insensatez. O Governo parece ter metido o Brasil num nó sem saída: quem será o político que terá coragem de explicar o paradoxo e mexer num programa que atinge uma multidão de eleitores?

(Publicado em *O Globo* de 13/12/05)

O BRASIL ESTÁ FICANDO PARA TRÁS?

Armando Castelar Pinheiro

Dezembro é época de descobrir a bola de cristal e especular sobre o que nos reserva o Ano Novo. Esse exercício, que sempre exige arte e conhecimento, ficou mais complicado este ano, com a inesperada força com que o PIB caiu no terceiro trimestre, aumentando a

incerteza de como e quanto se irá crescer em 2006. De acordo com o Ipea, o PIB aumentará 2,3% e 3,4%, neste e no próximo ano, respectivamente, trazendo o crescimento médio anual em 2003-06 para 2,8%, pouco mais que os 2,5% de 1991-2002. Isso parece confirmar a estimativa de que nas condições atuais o crescimento potencial da economia brasileira não passa muito de 3% ao ano.

O fraco desempenho de 2003-06 traz uma preocupação adicional: ele se dá em um ambiente de grande liquidez internacional, sem crises de financiamento externo e com a economia mundial experimentando o seu melhor momento em décadas. Nesse quadriênio, o PIB mundial deverá subir 4,4% ao ano, contra 3,2% ao ano em 1991-2002. Portanto, o ritmo de encolhimento da participação do Brasil no PIB mundial passou de 0,7% ao ano em 1991-2002 para 1,6% ao ano em 2003-06. Outros indicadores confirmam que o Brasil está ficando para trás na corrida do desenvolvimento. A McKinsey estima que em menos de dez anos a produtividade do trabalhador brasileiro passou de 22% para 18% da do seu correspondente americano. O estoque de capital do país, que aumentou 1,8% ao ano entre 1991-2002, deve se expandir apenas 1,3% ao ano em 2003-06. O crescimento da população em idade ativa (15 e 60 anos) passará de 2,1% ao ano em 1991-2005 para 1,2% ao ano em 2006-2020. Esses indicadores sugerem que, controlando para o efeito do cenário externo, o potencial de crescimento da economia brasileira pode estar diminuindo.

A comparação com o resto do mundo também evidencia a falta de uma estratégia para reagir à lentidão do nosso crescimento. Temos feito, claro, reformas pontuais, mas essas se destinam a resolver crises mais urgentes e não são coordenadas e às vezes sequer consistentes entre si.

Olhando para as experiências dos países com melhor desempenho em anos recentes, como Chile, Irlanda, China e Índia, vê-se que

uma boa estratégia de desenvolvimento para o Brasil seria explorar as suas duas principais vantagens comparativas: os seus recursos naturais e a alta capacidade empreendedora do brasileiro. Acima de tudo, é preciso liberar o potencial produtivo do setor privado, livrando o Estado dos grupos rentistas que vivem de seus favores. Para isso, essa estratégia deveria ter como principais pilares: trazer a carga tributária de volta para o patamar de 25% do PIB observado em 1969-1993, contra atuais 36,5%; reduzir o custo de capital para todos os empreendedores, e não apenas para as grandes empresas e fazendeiros beneficiados por subsídios públicos; elevar, significativamente, o nível educacional da força de trabalho; melhorar a infra-estrutura de transporte e diminuir a insegurança pessoal, patrimonial e jurídica que caracteriza o país.

Obviamente, é mais fácil identificar problemas do que corrigi-los. Nesse sentido, o que preocupa não é a falta de soluções imediatas, mas sim estarmos caminhando na direção errada.

Sem um plano de contenção dos gastos públicos correntes, não há como acelerar o crescimento do país de forma sustentada

Essa estratégia depende diretamente de se reduzir a razão dívida pública líquida/PIB em cerca de um terço, dos atuais 52% para cerca de 35%. Para isso é preciso cortar os gastos primários correntes, que aumentaram em 5,2% do PIB entre 1994 e 2004. Não é isso que está ocorrendo: a dívida permanece estável como proporção do PIB, a despeito do ganho resultante da apreciação cambial, e o gasto corrente do Governo sobe com força, na esteira de mais uma elevação da carga tributária. Os gastos de custeio (passagens, consultorias etc.) da União, por exemplo, aumentaram mais de 20% nos primeiros dez meses de 2005. Não dá para falar em arrocho de gastos quando estes aumentam nesse ritmo.

A situação é mais crítica, porém, do que sugerem esses números. Em grande parte, os

gastos públicos correntes vêm subindo por conta de um aumento das despesas com a seguridade social, que estão 6% do PIB acima do que seria razoável dada a estrutura etária da nossa população. Na ausência de uma ampla reforma, esses gastos subirão mais, com o envelhecimento da população – o grupo etário de 61 anos ou mais crescerá 3,7% ao ano nos próximos 15 anos – e novos aumentos reais do salário mínimo. Sem um plano de contenção dos gastos públicos correntes, portanto, não há como acelerar o crescimento de forma sustentada. E, em tempos recentes, a única proposta nesse sentido foi abatida, em solo, pelo chamado “fogo amigo”.

Em outras áreas também se observa uma involução ou pelo menos uma incapacidade de reação. A nossa infra-estrutura de transportes se deteriora a olhos vistos, principalmente as estradas. No setor elétrico estima-se que o risco de racionamento só foi afastado em função do baixo crescimento; e em saneamento continua-se sem um marco legal. As PPPs não decolaram. O hiato entre a escolaridade média no Brasil e em países que concorrem mais diretamente conosco no comércio internacional está aumentando. Além disso, a política educacional foi recapturada pelos interesses das universidades e deixou-se de priorizar a educação básica: em que pesem alguns progressos pontuais, as perspectivas do Brasil na área educacional continuam ruins, com a má alocação de gastos e seu crescente comprometimento com aposentadorias de professores. Em relação à segurança, o quadro não é melhor – o Brasil padece de um quadro de insegurança crescente, nas três dimensões sublinhadas acima.

Somando-se tudo isso, vê-se que há muito mais por trás do fraco desempenho do PIB do que eventuais excessos do Banco Central na gestão da política monetária. Se não for capaz de mobilizar-se em torno de uma estratégia que vá além da necessária, mas insuficiente, con-

tenção da razão dívida pública/PIB, o Brasil pode acabar seguindo o caminho de lento retrocesso econômico já experimentado por alguns de nossos vizinhos latino-americanos. Isso geraria um ambiente com alto risco de resvalar para o populismo. Nesse rumo, como foi colocado, o Brasil periga passar de economia emergente para submergente.

(Publicado em *Valor* de 09/12/05)

A HISTÓRIA NÃO ESPERA

Rubens Barbosa

Segundo estudo feito pelo National Intelligence Council nos EUA, comentado neste espaço em 8 de fevereiro passado, o Brasil poderá ser uma das novas potências econômicas globais em 2020.

Para alcançar esse estágio de desenvolvimento e de influência mundial, além de contar com condições externas positivas, o Brasil terá de fazer seu dever de casa para manter a estabilidade econômica, tornar o Governo mais eficiente e crescer a taxas significativamente mais elevadas.

Para que as previsões se realizem serão necessárias uma clara visão de futuro e uma firme determinação da sociedade para aprofundar as reformas ainda pendentes a fim de conseguir acompanhar o rápido crescimento da China e da Índia.

Estamos entrando em um ano de eleições presidenciais que vão trazer incertezas políticas e econômicas. A disputa eleitoral, como tudo indica, ficará polarizada entre o Presidente Lula e um candidato de oposição do PSDB. Assim, o país corre o risco de se dividir, tornando difícil a formação de consenso para aprovar as medidas necessárias que permitiriam o crescimento sustentado da economia com justiça social.

Com esse pano de fundo, chegou a hora de os partidos políticos, de os sindicatos, de o

setor empresarial somarem esforços para permitir uma transição tranqüila e produtiva em 2007 e pensarem, de fato, no Brasil e menos nos seus interesses pessoais, estimulados pela opinião pública cada vez mais politizada e informada.

O novo Governo, de continuidade ou da oposição, deveria começar em 2007 com uma agenda previamente definida, como foi feito no Japão. Só assim se poderia conseguir superar a divisão eleitoral e também elaborar, de forma consensual, um programa mínimo inicial a ser implementado pelo futuro Governo.

Qualquer que seja o resultado das eleições de outubro, o próximo presidente, mediante um entendimento sobre uma agenda para o Brasil do futuro, teria o apoio dos partidos para aprovar no Congresso, no início do Governo, um programa que coloque o Brasil no caminho que, efetivamente, o projetasse no concerto das nações nos próximos 15 anos.

Na linha da agenda mínima apresentada pela Confederação Nacional da Indústria, em nome do empresariado, ao Governo em agosto passado, existe amplo consenso em torno da necessidade de se avançar as reformas política, trabalhista, da Previdência, tributária e do Judiciário. Uma reforma constitucional visando a uma reorientação do papel do Estado e a fortalecer suas funções como regulador da economia, a melhoria da gestão pública, por meio da elaboração de metas para a educação, a saúde, a utilização dos gastos públicos, a simplificação e a desburocratização do serviço público para facilitar a vida dos cidadãos e das empresas, especialmente na área de comércio exterior, também deveriam ser prioridades do novo Governo.

Não me parece tratar-se de uma proposta ingênua e utópica. O alcance e a extensão das medidas poderiam ser trabalhados pelos partidos políticos, como ocorreu recentemente

na Alemanha, quando se aprovou uma “grande coalizão” para facilitar a governabilidade.

Os partidos, em vez de apresentar programas genéricos, que ninguém lê, nem são seguidos depois das eleições, formulariam plataformas de Governo com uma agenda mínima específica a ser apresentada e defendida pelos candidatos presidenciais.

Um amplo entendimento – nos moldes do alemão – beneficiaria quem quer que saia vencedor na eleição, pois superaria a divisão que certamente impedirá, como tem ocorrido até aqui, a aprovação dessas medidas.

A exemplo das eleições anteriores, a questão da governabilidade e da maioria parlamentar se colocará desde o primeiro momento, sobretudo se o atual presidente for reeleito, carregando consigo um PT reduzido e menos forte politicamente.

Os avanços institucionais e macroeconômicos nos últimos anos tornam hoje mais fácil o exame dessa agenda mínima, voltada para os próximos 15 anos, que permitiria ao futuro Governo concentrar sua atenção em medidas de curto prazo.

Estão criadas as condições para o Brasil dar um grande salto para frente, como estão fazendo a China e a Índia. Se, por outro lado, as reformas necessárias não forem feitas, o país poderá perder definitivamente o trem da história. O mundo não vai esperar pelo Brasil.

(Publicado em *O Globo* de 10/01/06)

ALERTA DO CAMPO

Heitor De Paola

O maior responsável pelo sucesso econômico do país nos últimos anos, o campo, está dando sinais de exaustão como consequência de várias ações e inações do Governo federal. Apesar de todos os benefícios que esses setores

trazem à nação, os produtores não estão conseguindo rendimentos compatíveis com seu trabalho. Os setores produtivos primários – arroz, carnes, soja, trigo, milho, uva, vinho e algodão – estão precisando agregar renda urgentemente para não paralisar os investimentos.

Os produtores estão vendendo seus produtos abaixo do custo de produção e isso terá repercussão negativa, na medida em que perderão a capacidade de reinvestir, podendo comprometer de forma catastrófica a engrenagem econômica e a nação. Acredita-se que a nova safra lamentavelmente deverá sofrer inúmeras reduções.

Os agricultores querem que o Governo adote políticas que priorizem o setor produtivo e lamentam que a prioridade atual do Governo federal seja o mercado estrangeiro. Há muitos pleitos sendo encaminhados ao Governo. Entre elas, medidas referentes à questão da taxa cambial, já que a produção brasileira tem forte exportação, e à revisão dos acordos internacionais, principalmente do Mercosul, tendo em vista que o Brasil tem uma produção auto-suficiente, principalmente no arroz. “Tudo nos leva a crer que o que falta é vontade política do Governo em ajudar o setor primário”, declarou o Presidente da Associação/Sindicato Rural de Bagé-RS, Paulo Ricardo de Souza Dias, na última quarta-feira (15/06).

Uma reunião na sede da Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul (FARSUL) decidiu realizar um *tratoração* rumo a Brasília, com o sugestivo nome de “Alerta do Campo”.

A comissão organizadora da mobilização nacional definiu o roteiro que será percorrido durante o protesto. A concentração de produtores se inicia no dia 25 de junho, a partir das 19h, em Passo Fundo-RS, em um ato público. No parque de exposições do sindicato rural daquele município, deverão reunir-se todos os produtores dos diversos segmentos que irão participar. Além de Dias, o encontro de quarta-feira

contou com a presença dos diretores Luís Olavo Salles e Roberto Zago, que integram a comissão organizadora. Dias informa que essa reunião foi para operacionalizar a partida dos representantes do Rio Grande do Sul para o manifesto. De Passo Fundo partirão à meia-noite do mesmo dia, percorrendo cerca de 700 quilômetros até Campo Mourão, no Paraná, onde haverá outro ato público, no dia 26. No dia seguinte, um novo encontro ocorrerá em Cassilândia, Mato Grosso do Sul, onde pernoitarão, partindo no outro dia para Brasília. A concentração para a arrancada final será em Luisiânia-GO, próximo a Brasília, onde esperam chegar na manhã do dia 28 para acampar em frente à Esplanada dos Ministérios.

Até o momento já estão confirmados 36 ônibus. Está previsto um megacarreteiro (arroz com charque, típico do RS) feito pelos gaúchos nos dias 28 e 29 de junho, durante o evento.

Pode-se perceber o risco enorme que corre a ainda frágil economia do Brasil que vem sendo tocada a lances improvisados cada vez mais ousados e perigosos.

Penso também que o campo tem outro problema, ainda maior: a inação do Governo frente ao “movimento social” – leia-se guerrilha no campo – MST, que muitos acreditam que não passa de um braço armado do PT. As constantes invasões de propriedades produtivas, a crescente arrogância de seus líderes, principalmente Stédile que fala como governante, ameaçam subverter completamente o conceito de propriedade privada no campo – no campo, por enquanto! Some-se a isto a progressiva disseminação no Judiciário de novas jurisprudências baseadas no conceito espúrio de “propriedade social”, levando a negar frequentemente a reintegração de posse pleiteada pelos legítimos proprietários, e a situação tende a se tornar explosiva!

Estou certo de que a caravana gaúcha será muito bem recebida por seus irmãos hospitei-

ros do Mato Grosso do Sul e Goiás, com quem compartilham uma experiência muito próxima na árdua lida do campo.

Bem, o alerta está dado!

(Transcrito de MídiaSemMascaraa
em 25 de junho de 2005)

IRONIA AGRÁRIA

Xico Graziano

Há 40 anos era promulgado o Estatuto da Terra. A lei, histórica, estabelecia os parâmetros básicos para a realização da reforma agrária brasileira. O latifúndio era sua mira.

Quem o promulgou foram os militares, um paradoxo. Afinal, a causa da reforma pertencia à esquerda. Lutar contra o imperialismo e o latifúndio, naquela época, era obrigação de quem se julgava progressista.

Francisco Julião, advogado carismático, organizara o movimento das ligas camponesas no Nordeste. Terra para quem nela trabalha. Com Jango no poder, vislumbrou-se ter chegado o momento das grandes reformas de base. A começar pela terra.

Vã ilusão. O movimento de março de 64 cortou o sonho. Iniciou, porém, a gestação – exatos nove meses – da nova lei agrária. No miolo da legislação, o conceito da empresa rural em oposição ao latifúndio.

Sempre se afirmou, na história da economia política do campo, que a indústria nascente no Brasil apoiava a tese da reforma agrária. Fazia sentido. Derrubar a oligarquia abriria mercado interno para bens de consumo. Na política, uma classe média rural se alinharia com a burguesia.

Havia, também, o componente estratégico. A tomada do poder em Cuba por Fidel Castro, em 1959, arrepiou o cabelo dos conservadores da América Latina. A estrutura agrá-

ria tradicional, concentrada e autoritária, dava vez à pregação revolucionária. Nasceu assim o Estatuto da Terra, não para fazer revolução no campo, mas sim para impedi-la. Melhor entregar os anéis que os dedos...

Qual o resultado? Quase nenhum. A colonização, em terras devolutas ou públicas, caminhou, mas no capítulo da reforma agrária, entendida como a repartição da propriedade, pouco se conseguiu avançar.

Porém, ao contrário do que se imaginava, o Brasil progrediu e o campo se modernizou. Essa foi a maior ironia que a História pregou na economia agrária brasileira. O Brasil não precisou da reforma agrária para se desenvolver. O latifúndio continuou grande, mas abandonou o atraso, transformando-se em empresa capitalista.

Quando os militares tomaram o poder, o Brasil apresentava uma economia agrária atrasada. Agora, o país produz com tecnologia própria, ultrapassa o gigante norte-americano e emerge como a grande potência agropecuária do planeta. Decididamente, proeza assim não se consoma com oligarquia no comando.

Receberia o mesmo descrédito do físico famoso Copérnico quem ousasse afirmar, na década de 1960, que tal feito fosse possível sem passar pela reforma agrária. Uma heresia.

Talvez, é crível, se tivesse ocorrido a reforma, a estrutura agrária estaria menos concentrada, o campo mais igualitário, menores as injustiças sociais. A História, todavia, não anda para trás. E nem adianta querer realizar, agora, a reforma agrária que não vingou no passado. Trata-se de uma idéia fora do lugar.

A questão agrária contemporânea, o drama real, não fabricado, que atinge o campo no presente, reside na sobrevivência do “com-terra”. As grandes nações vêem diminuir o número de seus agricultores nos últimos cinquenta anos. Na França, eram 2 milhões, agora são 500 mil. Nos EUA, caíram de 6 para 2 milhões.

Com todo o protecionismo que lá praticam. No Brasil, esse fenômeno está ainda latente. Aqui está o maior desafio da política pública: manter 5 milhões de agricultores produzindo, segurando o emprego e a renda na roça. Não será tarefa fácil.

O mundo da tecnologia e a dominação dos mercados pairam como espada sobre a cabeça dos agricultores, principalmente dos pequenos. Exigem-se muita dedicação, profissionalismo, competência técnica e organização cooperativa. Mesmo assim, nunca é fácil pagar a conta do financiamento bancário. Quando se o consegue obter.

É terrível dizer, mas passou o tempo de inventar agricultores. O distributivismo agrário acabou superado pela História. E direcioná-lo para equacionar a crise do desemprego urbano mostra ser um fracasso retumbante. Receita antiga não cura doença moderna.

Ao completar 40 anos, chegou a hora de trocar o Estatuto da Terra por nova legislação. O problema do país, felizmente, não mais reside na ociosidade da terra. Mas sim no seio do processo de produção, que seleciona e marginaliza. A distribuição da riqueza que brota do campo é o nó da questão.

Mudou a realidade e mudaram os conceitos. Aquilo que o Incra considera improdutivo – cerca de 130 milhões de hectares – é, na verdade, floresta virgem ou solo árido do Nordeste. Chega de confundir as coisas.

A nova lei agrária que a modernidade exige precisa retomar o espírito da pioneira Lei de Terras, de 1850. O Estatuto da Terra era uma lei punitiva. A nova lei agrária, que virá, deve valorizar quem produz, eliminando as incertezas sobre o domínio da propriedade rural.

Somente uma lei forte, clara, objetiva, radical, poderá fazer cessar o clima de incertezas no campo. Posseiros, fazendeiros, agricultores, assentados, índios, todos merecem ter a segurança da produção e da moradia. É insana essa

pendenga eterna sobre os direitos da propriedade rural, brecha maior das invasões.

Regularizem-se, já, as terras produtivas desse país. Para acabar a discórdia e devolver a paz ao interior do Brasil. Um olhar para o futuro.

(Publicado em 30/11/2004)

TECNOLOGIA MILITAR PARA USO CIVIL É DESENVOLVIDA POR EMPRESAS PRIVADAS

Em março de 2006, a Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados realizou audiência pública para debater o financiamento da indústria de defesa.

Compareceram os representantes do BNDES, da Fiesp, da Associação Brasileira das Indústrias de Materiais de Defesa (Abimde) e o chefe do Departamento de Logística, Mobilização, Ciência e Tecnologia do Ministério da Defesa.

Segundo o presidente da CREDN, o evento deu continuidade à proposta do Seminário de Mobilização e Produtos de Defesa, realizado pela comissão em 26 de outubro de 2005. Durante o seminário, foi proposta a realização de Audiência Pública com o objetivo de divulgar a importância da Mobilização Nacional e do fortalecimento da Base Industrial de Defesa (BID) para o país, tendo como principal agente financiador o BNDES.

“O fortalecimento da BID resultará na oferta de produtos de elevado valor agregado que, ao serem exportados, gerarão maiores benefícios para a balança comercial e oportunidades para empregar mão-de-obra qualificada. Com isso, é previsível a elevação dos níveis de bem-estar social em função das vantagens auferidas pela sociedade com os avanços tecnológicos agregados aos produtos de emprego civil derivados de tais pesquisas”, afirmou o presidente da comissão. Além disso, a Abimde está preocupada

com os constantes atrasos na execução dos cronogramas de modernização e reaparelhamento das Forças Armadas. De acordo com o Coronel Roberto Guimarães de Carvalho, o Grupo de Trabalho Interministerial para o reaparelhamento das Forças Armadas foi criado em 9 de dezembro de 2005, sob a coordenação da Casa Civil da Presidência.

O objetivo do grupo é analisar as prioridades das forças e propor cronogramas e fluxos de recursos necessários aos Programas de Reaparelhamento da Marinha, do Exército e da Aeronáutica. No dia 16, o GT se reúne para discutir as capacidades das indústrias de material de emprego militar.

O que pouca gente sabe é que essa indústria não atende apenas as Forças Armadas. Muitas das tecnologias militares são utilizadas no desenvolvimento de produtos utilizados pela sociedade sem que ela saiba.

É o caso do Bilhete Único na cidade de São Paulo ou dos serviços de meteorologia que nasceram para melhorar a capacidade de defesa do espaço aéreo da Amazônia.

A Atech Tecnologias Críticas, uma empresa genuinamente nacional, deu início às suas atividades a partir do desenvolvimento do Sistema de Vigilância da Amazônia (Sivam).

Acabou desenvolvendo também um sistema de monitoramento por sensores, com diversas finalidades civis, além do sistema Infopol, extremamente útil para o trabalho da polícia.

A Atech mantém um portfólio com uma série de produtos militares que são aproveitados pelo setor civil. Essas tecnologias são chamadas duais. O Infopol é um sistema de segurança pública composto por duas unidades.

Uma é responsável pela coleta de dados e a outra analisa as informações exibidas em gráficos e mapas gerados pelo programa. Desta forma, a polícia pode traçar o perfil da região analisada, com dados sobre a concentração populacional, a incidência e os horários de

determinadas infrações, atualizados automaticamente, o que permite fazer prognósticos e planejar ações de combate à violência.

A européia EADS, que mantém contratos com a Força Aérea Brasileira, também desenvolveu o Tetrapol, outro benefício da tecnologia militar aproveitado pela polícia.

O sistema é utilizado em mais de trinta países e está sendo implantado pela Polícia Federal. Trata-se de um padrão de radiocomunicação 100% digital, para localizar o usuário e socorrê-lo por meio de uma rede de comunicação.

Este sistema deverá ser nacionalizado pela empresa Indústria de Material Bélico do Brasil (IMBEL), através de uma parceria com a EADS, o que envolverá a transferência de tecnologia.

O Tetrapol também é utilizado na segurança de eventos como reuniões de cúpula do

G8, Copa do Mundo de Futebol e segurança de grandes empresas privadas.

Uma das soluções duais mais recentes é um sistema de monitoramento que envolve tecnologias selecionadas como prioritárias pelo Ministério da Defesa (fusão de dados, sistemas de informação, sensores e integração de sistemas).

A tecnologia desenvolvida pela Atech também é útil no monitoramento de dutos, transmissão de energia, agricultura de precisão e em situações emergenciais, como incêndios e derramamento de óleo.

Esse sistema está evoluindo para a navegação automática de precisão com a aeronave não tripulada, ainda em desenvolvimento para fins militares e civis. ☺

(Fonte: InfoRel de 14/03/2006)

BIBLIOTECA DO EXÉRCITO EDITORA

Coleção General Benício



Uma Missão de Paz na África

Lélío G. R. da Silva

O autor fornece um verdadeiro roteiro da arte de comandar.

No período de 13 de fevereiro de 1993 a 13 de fevereiro de 1994, quando comandou a Força Militar de Operação de Paz da ONU em Moçambique (ONUMOZ), teve sob suas ordens efetivos de várias nacionalidades com a missão de levar a paz a uma nação devastada pela guerra civil. Descreve com precisão as intervenções que se fizeram necessárias nas diferentes áreas de atuação de seus comandados e conclui citando ensinamentos de emprego de tropa em situação de controle de conflitos e oferece elementos para posterior pesquisa sobre o assunto a militares e pesquisadores.

Energia

ENERGIA EM JOGO, O FUTURO DA PESQUISA NUCLEAR

*Paulo Augusto Berquó de Sampaio
e Celso Marcelo Franklin Lapa*

Para viabilizar o crescimento econômico e social do Brasil, a capacidade de geração de energia no país precisará aumentar de forma expressiva. Porém, mantida a atual matriz energética, tal crescimento terá forte impacto nos recursos hídricos, no uso da terra e na preservação do meio ambiente. Mas, se por um lado não interessa o desenvolvimento insustentável e a qualquer custo, tampouco podemos nos contentar com a “estagnação sustentável”: a pobreza a que ficariam condenadas as futuras gerações de brasileiros. É importante lembrar que ainda há localidades no país onde sequer chega a energia elétrica. O acesso à eletricidade está profundamente relacionado aos conceitos de cidadania e inclusão social.

A dimensão do problema energético que o Brasil enfrentará no século XXI exige que o uso da energia nuclear seja discutido com maior profundidade. Mas toda vez que se menciona a energia nuclear surge o argumento em favor das chamadas energias alternativas: solar, eólica, biomassa etc. Há três décadas, esta era uma questão que colocava, de um lado, a energia nuclear, então já uma tecnologia comprovada para geração de energia em larga escala, contra, de outro lado, promessas por fontes de energia renováveis.

Passados 30 anos, apesar de avanços no campo das fontes alternativas, vê-se que foram promessas que não se cumpriram. Embora as fontes alternativas e os programas para uso mais eficiente da energia tenham uma contribuição importante a dar, são ainda insuficientes para aten-

der às enormes e crescentes necessidades de países como China, Índia e Brasil. Cientistas “verdes”, como James Lovelock, autor da Teoria de Gaia, reconhecem esta realidade e apontam a energia nuclear como necessária até que outras soluções se mostrem tecnologicamente viáveis.

Em nível mundial observa-se uma crescente preocupação com a liberação de gás carbônico para a atmosfera e com o conseqüente problema do aquecimento global. Iniciativas internacionais, como o Tratado de Kioto, visam a minimizar a possibilidade de alterações climáticas de conseqüências econômicas e sociais catastróficas. Vale lembrar que a produção de energia elétrica através de usinas nucleares é livre de emissões de gás carbônico para a atmosfera. Além disso, esforços consideráveis vêm sendo feitos para viabilizar a chamada “economia do hidrogênio”, onde se busca substituir a queima de combustíveis fósseis pela utilização de hidrogênio em células de combustível. Uma vez que o hidrogênio não é uma fonte primária de energia, este precisará ser produzido em escala jamais imaginada. Uma opção promissora envolve a associação de usinas nucleares com plantas para produção de hidrogênio.

Seja para geração de eletricidade ou para a produção do hidrogênio que alimentará células combustíveis, o Brasil não poderá abrir mão da pesquisa de novas tecnologias de reatores nucleares. No entanto, para viabilizar este futuro promissor de energia abundante e limpa, livre da emissão de gases responsáveis pelo efeito estufa, é necessário um esforço continuado de pesquisa e desenvolvimento, capaz de superar desafios econômicos e de aceitação pública da energia nuclear.

De forma oportuna, o Ministério de Ciência e Tecnologia, através do programa Insti-

tutos do Milênio do CNPq, recentemente pediu à comunidade científica brasileira a constituição de uma rede de pesquisa sobre reatores nucleares avançados.

A comunidade nuclear respondeu oferecendo pesquisa de alto nível sobre novos conceitos de reatores nucleares mais eficientes e seguros. Em particular, são propostos estudos para desenvolvimento de reatores capazes de “queimar” o chamado “lixo atômico”, gerado por reatores convencionais, e ainda produzir energia. É nossa esperança que esta rede de pesquisa, caso venha ser apoiada pelo CNPq, torne-se um instrumento para aprofundar o debate na sociedade sobre a nova tecnologia nuclear, contribuindo para o desenvolvimento desta área estratégica para o futuro do Brasil.

Paulo Augusto Berquó de Sampaio e Celso
Marcelo Franklin Lapa são professores
do Programa de Pós-Graduação do Instituto de
Engenharia Nuclear da CNEN.
(Transcrito de *O Globo* de 16/09/2005)

PROJETO NUCLEAR BUSCA GERAR APOIO

O impasse no Governo sobre a construção da usina de Angra 3 não abate os defensores do projeto nuclear brasileiro. Esta semana, quando recebe algumas das maiores autoridades no assunto do país e do mundo, o grupo busca avançar na discussão sobre a polêmica forma de geração de energia. Um dos argumentos apresentados é o crescente interesse de nações desenvolvidas pelo processo. Até sexta-feira, esses especialistas estarão reunidos na International Nuclear Atlantic Conference, maior evento sobre o tema na América Latina, que este ano acontece em São Paulo.

– O Governo norte-americano quer construir novas usinas. Na França, o processo respon-

de por 78% da energia consumida, e, no Japão, por 50%. O mundo está preocupado com o aquecimento global e a produção de energia nuclear vai ao encontro dessa necessidade – afirma Edson Kuramoto, presidente da Associação Brasileira de Energia Nuclear.

Para Kuramoto, as usinas nucleares são necessárias à diversificação da matriz energética brasileira. As hidrelétricas geram 91,8% da energia consumida no país, e as usinas de Angra 1 e 2, apenas 3,7%.

– Não podemos ter uma dependência tão grande das chuvas. Angra 3 permitiria elevar a 5% a participação da energia nuclear. É energia suficiente para abastecer 80% do Estado do Rio – opina. – Além disso, a discussão sobre Angra 3 ganha mais importância no momento em que se discute o risco de um novo apagão, em 2009, já que muitos projetos de hidrelétricas esbarram em questões ambientais. Se saísse do papel agora, Angra 3 estaria pronta em 2008.

Kuramoto acredita que o momento é propício ao debate, uma vez que, em sua opinião, a rejeição ao tema é menor.

– Nos países ocidentais, não há registros de acidente nuclear nos últimos 50 anos – comenta.

Angra 3 já consumiu US\$ 750 milhões em equipamentos. Precisaria de mais R\$ 750 milhões para ser erguida. Kuramoto rebate as críticas ao alto custo alegando que a geração de energia nuclear é mais barata, se comparada com outras fontes alternativas.

– A construção de Angra 3 é uma questão política.

Kuramoto sabe do que está falando. O projeto, hoje em análise no Conselho Nacional de Desenvolvimento Energético, tinha como defensor, no Governo, José Dirceu. Por ironia, o ex-ministro foi substituído por uma oponente da energia nuclear: Dilma Rousseff.

(Transcrito do *Jornal do Brasil* de 29.08.2005)

TECNOLOGIA 100% NACIONAL

Por Thiago Romero

Pesquisadores da Universidade Estadual Paulista (Unesp) estão estudando meios de produzir hidrogênio em escala industrial utilizando como base o etanol e o vapor proveniente da queima da cana. Pelo fato de ser um combustível não poluidor, a intenção do Grupo de Otimização de Sistemas Energéticos (Gose) é desenvolver uma tecnologia de baixo custo que consiga obter o hidrogênio diretamente das usinas de açúcar e álcool.

O projeto Produção de Hidrogênio por Reforma a Vapor de Etanol conta com financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e com apoio da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), por meio da Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig).

“Ao queimarem o bagaço proveniente da produção de álcool, o vapor gerado nesse processo, ao reagir com o etanol, causa uma reação que vai gerar hidrogênio”, explicou José Luiz Silveira, coordenador do projeto, à Agência Fapesp. Segundo ele, o processo geral também produz monóxido de carbono (CO) e gás carbônico (CO₂), que são eliminados por sistemas catalíticos.

“O hidrogênio é uma fonte inesgotável de energia limpa. Sendo o etanol um combustível renovável, por ser originado da biomassa (cana-de-açúcar), o hidrogênio obtido neste processo também pode ser considerado renovável”, disse.

O fato de o hidrogênio se transformar em eletricidade quando ocorre a reação com o oxigênio dentro das células a combustível aumenta a importância dessas pesquisas. “Em um futuro próximo, teremos carros elétricos movidos a células a combustível. E esta tecnologia vai precisar do hidrogênio, via usinas de açúcar

e álcool”, ressalta o professor da Faculdade de Engenharia (FE) da Unesp, em Guaratinguetá.

A inovação está sendo desenvolvida por meio de testes experimentais com reformadores de etanol, equipamentos próprios para a produção do hidrogênio. Essas máquinas podem ser instaladas em usinas de cana-de-açúcar. O Gose construiu dois protótipos. Um em funcionamento no laboratório da Unesp, em Guaratinguetá, e outro que será instalado no Laboratório de Hidrogênio da Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig), em Belo Horizonte (MG).

Os resultados são animadores: os dois reformadores de etanol chegam a produzir até três metros cúbicos de hidrogênio por hora, suficiente para alimentar células a combustível de até 5 quilowatts (kW). “Nós chegamos a um índice de conversão de etanol para hidrogênio acima de 60%”, disse Silveira, lembrando que equipamentos com essa potência são capazes de suprir as necessidades de uma residência com até seis pessoas.

“Com base nesses resultados, o grande objetivo agora é buscar parcerias junto a agências de fomento e concessionárias interessadas em financiar a instalação de um grande reformador em uma usina de açúcar e álcool”, disse. “A proposta é colocar a indústria sucroalcooleira brasileira na disputa pelo mercado de hidrogênio para atender aos postos de gasolina do futuro.”

(Agência de Notícias da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo em 06/03/2005)

BRASIL DOMINA TECNOLOGIA NUCLEAR

Ramona Ordoñez

O Brasil entrará para um seleto clube que agora terá nove países detendo a tecnologia e a produção em escala industrial do urânio enriquecido, combustível para as usinas nuclea-

res Angra 1 e Angra 2. No próximo dia 20 está prevista a inauguração da fábrica de enriquecimento de urânio, construída em Resende pelas Indústrias Nucleares do Brasil (INB) – estatal responsável pela produção do combustível – e com tecnologia da Marinha. O Presidente da INB, Roberto Garcia Esteves, destacou que o país agora é, na prática, auto-suficiente no domínio da tecnologia do setor nuclear.

Na produção do combustível nuclear, a fase do enriquecimento é a mais estratégica – e praticamente a única que não acontecia no país. Agora, apenas a etapa de transformar o concentrado de urânio, o *yellow cake* (pasta amarela), em gás é feita no exterior, por não ser economicamente viável ter uma usina no país.

No complexo industrial da INB em Resende estão também as unidades das outras etapas de fabricação do combustível nuclear. Apesar de anunciada, a assessoria do Palácio do Planalto informou que a presença do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva na inauguração da fábrica de enriquecimento de urânio é apenas uma previsão e não foi confirmada por questões de agenda. No dia 20, Lula segue do Rio para o Acre, onde tem eventos no sábado. Fontes do setor informaram, no entanto, que devido às pressões que o Irã tem sofrido dos EUA e da União Européia (UE) contra o desenvolvimento do enriquecimento de urânio naquele país, o Governo poderia tomar a decisão política de adiar a inauguração.

Nova fábrica é alvo de críticas

Além do Brasil, dominam a tecnologia do enriquecimento de urânio Alemanha, Holanda, Inglaterra, França, EUA, China, Japão e Rússia. Essa tecnologia não se transfere porque pode ser usada para a fabricação de armas atômicas. O urânio é encontrado na natureza com um nível de enriquecimento de 0,7%. Para ser usado nas usinas, precisa ter um grau de enrique-

cimento de 5%, enquanto o percentual para artefatos bélicos tem de chegar a 90%.

– O enriquecimento é uma tecnologia sofisticada e muito restrita, porque pode ser diversificada para armamentos – explicou Esteves.

A nova fábrica tem provocado muitas críticas. O deputado Carlos Minc (PT-RJ) acha a construção um erro. Segundo ele, não faz sentido o Brasil persistir no erro depois de tantos prejuízos com seu programa nuclear:

– É uma energia mais cara do que outras que temos no Brasil, como a solar, a eólica e a biomassa. Além disso, existem sérios problemas de segurança e de destino do lixo atômico. Muitos países estão abandonando seus programas.

– Não sou contra energia nuclear, discorde de como o programa foi feito. Mas já que o país tem um programa de geração de energia elétrica com usinas nucleares, é importante dominar o enriquecimento – disse o coordenador do Programa de Planejamento Energético da Coppe/UFRJ, Luiz Pinguelli Rosa.

Já os dirigentes da ONG Greenpeace são radicalmente contra o país ter uma usina de enriquecimento.

Na unidade de Resende, a Marinha vai instalar as cascatas (conjuntos de máquinas) de ultracentrífugas de forma gradual. O projeto da INB prevê a instalação de 16 cascatas até 2010, para chegar à produção de 114 mil unidades de trabalho separativo (UTS, medida utilizada para o urânio). Esse volume será suficiente para atender a 60% das necessidades de Angra 1 e 2. O presidente da INB explicou que, para atingir essa etapa, serão necessários investimentos de US\$ 400 milhões. Desse total, já foram gastos cerca de US\$ 100 milhões.

O Brasil gasta US\$ 25 milhões por ano para enriquecer lá fora o urânio. Segundo Esteves, atingir a produção de 114 mil UTS significará uma economia anual de US\$ 16 milhões.

– Para atender totalmente às necessidades das duas usinas, seria preciso uma produção

de 200 mil UTS por ano, o que custaria mais US\$ 150 milhões – disse Esteves.

As centrífugas são construídas pela Marinha e vão para Resende encapsuladas e lacradas. Os operadores da fábrica de enriquecimento não podem abrir as cápsulas. Em caso de uma das centrífugas apresentar problemas, elas são isoladas e devolvidas à Marinha. Todo esse cuidado é para evitar o roubo da tecnologia.

(Colaborou Luiza Damé.

Publicado em *O Globo* de 14.01.2006)

MILITARES SONHAVAM COM A USINA NA DÉCADA DE 1970

Deter a tecnologia de enriquecimento de urânio era um sonho acalentado pelo Brasil há mais de 30 anos. Por ser um conhecimento que pode levar à fabricação da bomba atômica, os países que o detêm não o transferem para outros. Atualmente os Estados Unidos estão pressionando o Irã para não desenvolver seu processo de enriquecimento de urânio, com receio de que seja usado para fins bélicos.

Em 1975, quando foi assinado o acordo nuclear Brasil-Alemanha pelo Presidente Ernesto Geisel, a intenção era construir oito usinas nucleares e desenvolver tecnologia no país para a fabricação do combustível. Como não se consegue comprar tecnologia de enriquecimento de urânio, para se garantir a autonomia energética do Brasil na área nuclear, fez parte do acordo com a Alemanha o desenvolvimento de uma nova tecnologia, pelo processo de jato centrífugo.

Depois de gastos cerca de US\$ 350 milhões no desenvolvimento dessa tecnologia, ficou provado que ela não era economicamente viável, pois consumia muita energia. Na década de 1980, o programa nuclear praticamente parou por falta de recursos – até agora só se constru-

íram duas usinas. A Marinha decidiu desenvolver a tecnologia do enriquecimento, dizendo que ele se destinava ao projeto do submarino nuclear. O processo usado foi o de ultracentrifugação, a tecnologia mais usada no mundo.

Em 2000, a Marinha assinou um acordo com a Indústrias Nucleares do Brasil (INB) para construção de uma usina para escala industrial de enriquecimento.

Almirante defende inclusão da energia nuclear no planejamento energético

O Almirante Othon Luiz Pinheiro da Silva, que por 15 anos presidiu a Coordenadoria de Projetos Especiais da Marinha (Copesp), afirmou na Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp), que o país pode apostar, sem medo, na energia nuclear como alternativa para diversificar a matriz energética brasileira.

Hoje presidente da Eletronuclear, Othon Luiz Pinheiro da Silva defendeu a inserção da energia nuclear no planejamento energético brasileiro junto aos diretores do Departamento de Infra-estrutura da entidade. O almirante administra as usinas de Angra.

Na sua opinião, não há razões para temores relacionados a explosões e vazamentos de material radioativo, pois as tecnologias modernas são capazes de garantir a segurança total do sistema. Ele disse ainda que o preço compensa os investimentos.

“A experiência do país nos últimos anos mostra que não podemos depender só das hidrelétricas”, explicou. Atualmente, a energia nuclear participa com 2,5% da matriz energética brasileira.

“Considerando que a demanda é crescente, para que se mantenha nesse patamar, a produção terá que aumentar”, observou Pinheiro da Silva.

Diante desse quadro, ele não tem dúvidas sobre a liberação, por parte do Governo, do projeto de construção de Angra 3. No entanto, o almi-

rante preferiu não fazer projeções, mas acredita que a decisão é apenas uma questão de tempo.

Othon Luiz Pinheiro da Silva disse, em maio de 1999, que o Brasil dominou a tecnologia de enriquecimento do urânio no início da década de 1980, através de uma operação de espionagem.

Lula não garante construção de usinas nucleares

Embora o tema suscite uma polêmica mal resolvida dentro do Governo, o Ministro da Ciência e Tecnologia, Sérgio Rezende, anunciou em Londres que o Brasil tem um plano para instalar sete usinas atômicas nos próximos 15 anos.

Em maio de 2004, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva visitou a China, quando o então Ministro da Ciência e Tecnologia, deputado Eduardo Campos (atual presidente do PSB), destacou o interesse chinês na compra do urânio enriquecido do Brasil. O país acabava de anunciar o domínio do ciclo de enriquecimento de urânio.

Ao retornar dessa viagem, o Presidente Lula teria encomendado um estudo sobre o Programa Nuclear Brasileiro à Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN), às Indústrias Nucleares do Brasil (INP), à Nuclep e à Marinha. O documento com o título de Revisão do Programa Nuclear Brasileiro já teria sido entregue ao presidente.

No entanto, o presidente preferiu adotar a prudência. Lula não quer problemas com a AIEA ou os Estados Unidos. Após encontro com o primeiro-ministro britânico, ele afirmou que o Governo não se decidiu.

“Discutimos tecnicamente todas as possibilidades para que o Brasil seja detentor definitivo de produção de energia que deixe o país tranquilo hoje e no futuro. Não vamos deixar de discutir a questão da energia nuclear, que é um tema sempre importante e, em algum momento, poderemos precisar. Mas, quando o

Governo decidir, isso vai passar pela minha mesa e vocês vão saber.”

O estudo analisaria os cenários sobre a geração de energia, o ciclo do combustível, outras aplicações (saúde, agricultura) e o grau de dependência de importação de tecnologia.

A Ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff (ex-Ministra de Minas e Energia), sempre foi contra o projeto. Além de Angra 3, bombardeada pela ministra, o Governo estaria trabalhando para instalar outras duas usinas no Nordeste.

Sérgio Rezende afirmou que o Plano Nacional de Energia Nuclear, resultado dessa revisão, deverá ser aprovado pelo Governo até o final de julho. Pelo projeto, após a conclusão de Angra 3, o Governo partiria para a construção de uma usina nuclear a cada três anos.

De acordo com Rezende, o país pretende ampliar para 5% a participação da energia nuclear em sua matriz energética. Hoje, essa participação oscila entre 1% e 2%.

Ele revelou que as usinas nucleares no Nordeste serão construídas às margens do Rio São Francisco. “As águas do rio podem ser usadas para refrigerar um sistema de usinas nucleares de menor porte”, explicou Rezende.

Conselho Nacional de Política Energética

Apesar de o Governo ainda não ter-se decidido, o plano terá de ser submetido ao Conselho Nacional de Política Energética, do qual participam, entre outros, a Ministra Dilma Rousseff e o Presidente da República. Aprovado, será encaminhado para apreciação do Congresso Nacional.

Para Sérgio Rezende, é preciso encarar as polêmicas e derrubar os tabus. Ele acredita que o renascimento da energia nuclear em termos globais, com a construção de novas usinas, vai baratear o custo da tecnologia. Seguindo a linha defendida pela Ministra Dilma Rousseff, o Ministério de Minas e Energia pre-

fere apostar no uso da energia hidráulica por ser mais barata e menos arriscada.

O ex-ministro e deputado cassado José Dirceu bem que tentou acelerar o processo de ampliação do uso da energia nuclear e do enriquecimento de urânio, mas acabou esbarrando na atual sucessora.

Ele chegou a conversar com a Secretária de Estado norte-americana Condoleezza Rice sobre o assunto. Atualmente, o Brasil utiliza urânio enriquecido no exterior para abastecer as usinas de Angra.

Conselho de Segurança da ONU

Sérgio Rezende explicou que, em abril, a usina de Resende (RJ) começa a produzir urânio enriquecido em escala industrial. Até 2010, o urânio produzido pelas Indústrias Nucleares do Brasil (INB) deverá suprir 60% das demandas das usinas de Angra (1 e 2).

Mas não é apenas dentro do Governo que estão as vozes contrárias ao projeto. O ex-Ministro da Ciência e Tecnologia, o físico José Goldemberg, afirma que o custo das sete usinas pretendidas pelo Governo ultrapassará os US\$ 15 bilhões.

Atualmente à frente da Secretaria de Meio Ambiente de São Paulo, Goldemberg faz coro com a Ministra da Casa Civil. Para ambos, existem opções energéticas, mais baratas e seguras. Entre essas fontes, Goldemberg destacou o uso do gás natural e a produção de energia elétrica com bagaço de cana.

Segundo Goldemberg, "o parque elétrico brasileiro atingirá 100 mil MW dentro de alguns anos. A contribuição nuclear, necessariamente, vai ser reduzida. Há duas usinas funcionando, e se Angra 3 for concluída, teremos cerca de 3 mil MW de energia nuclear, uma contribuição de 3%", argumentou.

Ele discordou do ministro, afirmando que a energia nuclear não está mais barata. Além

disso, explicou que cada usina leva pelo menos sete anos para ser construída. "Os reatores estão mais complexos por questões de segurança. Em alguns casos, o preço até aumentou", concluiu Goldemberg.

Só Angra 2 já consumiu algo em torno de US\$ 6 bilhões. O Brasil tem como ponto favorável o fato de possuir a sexta maior reserva mundial de urânio do mundo (cerca de 300 mil toneladas). Além disso, dois terços do território permanecem inexplorados quanto à presença do metal.

Segundo a Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), no final de 1998 havia 434 usinas nucleares em 32 países e 36 unidades sendo construídas em 15 países.

Além disso, ao investir pesado nesta tecnologia, o país estaria pavimentando sua política de obtenção de um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas, ao entrar para o clube de países que detêm tecnologia atômica.

(Fonte: INFOREL em 11/03/2006)

GÁS NATURAL

A RÚSSIA E A BOLÍVIA

Mauro Santayana

A crise entre a Rússia e a Ucrânia, a propósito do fornecimento de gás, com a ameaça de a Europa ficar sem energia neste inverno rigoroso, mostra como é complicada a globalização da economia, e como é frágil a soberania das sociedades modernas. O mundo de hoje exige alto e sempre maior consumo de energia. Antes, ao homem primitivo bastava levar o fogo para onde fosse, e sempre encontraria como atear-lo para aquecer-se e preparar a comida. O natural desejo de conforto, que surgiu na luta contra o frio, fez com que fôssemos

grandes destruidores da natureza. Os arredores de Roma eram cheios de florestas, abatidas para produzir fogo e calor. Em seguida, as grandes e densas matas da Sicília desapareceram. Segundo alguns historiadores, a decadência de Roma se relaciona com o distanciamento de suas fontes de energia.

Tudo é energia. Há alguns anos, anarquistas espanhóis fizeram estudo curioso sobre o insumo de energia na atividade agrícola em seu país e a energia obtida nos produtos do campo. Os resultados foram precisos, mas, mesmo pela aproximação, mostra que se vem acentuando, de ano para ano, maior consumo de energia para a obtenção de menor quantidade de energia nos produtos da atividade rural. Se somarmos toda a energia usada no campo (no trabalho, humano e animal, nos combustíveis utilizados, nas sementes, na energia necessária para a produção dos implementos agrícolas) e as calorias obtidas na produção agropecuária, há ponderável perda de calorias no processo.

O caso do gás é bem ilustrativo dessa perda. Desde a década de 1950, o Brasil vem substituindo a lenha pelo gás na cozinha. Hoje, até mesmo as fazendas mais distantes se utilizam do gás, desprezando a lenha abundante produzida pelas árvores e galhos secos. A energia exigida para a produção dos bujões de gás, e para o engarrafamento, somada à dos combustíveis empregados nos caminhões que os transportam, é muito maior do que aquela contida no vasilhame. Esse é um dos paradoxos da vida moderna. A não ser em casos especiais, entre eles o do saudosismo, não se usa mais o fogão a lenha.

Há implicações políticas graves no sistema de oleodutos e gasodutos. É muito difícil armazenar bilhões de metros cúbicos de gás; eles devem ser produzidos na medida de seu provável consumo, e utilizados como se utiliza a água. Se o fornecedor quiser, basta fechar a torneira, como fez Putin, e exigir o preço que quiser pelo produto. O petróleo, sendo líquido,

pode ser mais facilmente armazenado, o que não ocorre com o gás.

É nesse momento que devemos render nossa homenagem a governantes como foram Vargas e Juscelino. Eles, enfrentando os pessimistas de sempre e os interesses das corporações petrolíferas norte-americanas, criaram e consolidaram a Petrobras, de tal forma que a empresa chega agora ao momento de produção suficiente para o consumo nacional. E iniciaram a construção das grandes usinas hidrelétricas, que produzem energia sempre renovável. Hoje dependemos do gás boliviano. Espera-se que haja, da parte dos dois governos, suficiente bom senso para acordo bilateralmente vantajoso, mesmo porque o mercado de gás da Bolívia não é tão amplo quanto o mercado do gás da Rússia.

O melhor será não depender da energia de nenhuma fonte estrangeira, e parece ser esta a decisão nacional, que este e os futuros governos deverão acolher. Temos, no Brasil, grande vantagem. Nenhum outro país do mundo tem tanta superfície banhada pela generosidade da energia solar. Aqui, ela é armazenada pela massa vegetal. E ainda temos os rios que nos fazem os maiores produtores de energia hidrelétrica do mundo.

É daquela ousadia em pensar uma nação grandiosa – em que se destacaram Juscelino e Vargas – que necessitamos, nesta hora em que o dissídio entre a Rússia e a Ucrânia confirma a síntese de Gilberto Amado: nenhum povo é amigo de outro povo. Os povos são naturalmente egoístas. Se queremos ser respeitados em nossa soberania, temos que ser os senhores de nossa própria energia e dispor de meios bélicos para defendê-la dos eventuais predadores.

Petrobras enfrenta problemas na Argentina e Bolívia

A Petrobras enfrenta problemas na Argentina, onde duas áreas de concessão de exploração de gás, próximas a Mar del Plata, teriam

sido anuladas pelo Presidente Nestor Kirchner a pedido da estatal argentina Enersa.

Na Bolívia, o problema está nos preços. O Governo boliviano confirmou que vai aumentar os preços do gás natural que exporta para o Brasil, por considerá-los injustos. O aumento também atingirá a Argentina. No entanto, autoridades bolivianas estão cuidadosas. Não querem que o aumento no preço do gás inviabilize os projetos de expansão da Petrobras no país. Apesar dos problemas, a estatal brasileira tem planos de aumentar sua presença na Bolívia.

Já o Presidente Evo Morales afirmou que a Venezuela de Hugo Chávez, não tem condições de exportar gás natural mais barato para Brasil e Argentina, por conta dos elevados investimentos na construção do gasoduto sul-americano, orçado em US\$ 25 bilhões.

Para Morales, tem gente querendo provocar intrigas entre Brasil, Bolívia e Venezuela. Alheia aos problemas políticos, a Petrobras continua discutindo a ampliação de sua presença em território boliviano.

Até o final de março, a estatal brasileira deverá assinar um memorando de entendimento com a Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos (YPFB), para incrementar a cooperação em sete áreas, como refinarias, exploração e produção de petróleo, biocombustíveis, conversão veicular de gasolina e diesel para gás, e uso do gás natural em domicílios na Bolívia. A Petrobras poderá investir até R\$ 5 bilhões, desde que existam garantias mínimas de cumprimento dos contratos e viabilidade econômica (lucro). É neste sentido que a Petrobras e a YPFB estudam a instalação de um complexo petroquímico na fronteira entre Brasil e Bolívia. O empreendimento custaria algo em torno de US\$ 1,5 bilhão.

Exterior

Depois de anunciar um lucro de US\$ 23,7 bilhões em 2005, a Petrobras se prepara para

consolidar sua presença no exterior. Para tanto, pretende aumentar sua participação na refinaria norte-americana Pasadena Refining System, no Texas. Atualmente, a Petrobras detém 50% do negócio e quer ampliar essa participação para 70%.

A empresa também já iniciou as conversações com a Enersa, estatal argentina, para que seja firmada uma parceria na exploração e produção de petróleo naquele país.

Além disso, a Petrobras vai fornecer 700 megawatts de energia ao Uruguai, o que corresponde a 70% do consumo do país. O acordo tem validade de seis meses e a empresa vai faturar cerca de R\$ 300 milhões no período.

Recentemente, a empresa venceu licitação do Governo turco para explorar dois blocos de petróleo nas águas profundas do Mar Negro. A Petrobras já está presente na África, principalmente na Nigéria e Angola, e está expandindo os negócios para a Tanzânia e o Egito, além do Golfo do México.

Gasoduto

A reunião do dia 11 de março, entre os presidentes do Brasil, Argentina e Venezuela, para se discutir a criação do gasoduto sul-americano, foi adiada e uma nova data não foi marcada. O encontro seria realizado em Mendoza. O gasoduto levará sete anos para ficar pronto.

PETRÓLEO: UMA DEPENDÊNCIA A MENOS

Delfim Netto

O Brasil se prepara para comemorar nas próximas semanas a auto-suficiência no abastecimento de petróleo, o que se programa fazer em grande estilo com a presença do Presidente da República numa das plataformas de

extração mar adentro, no litoral do Estado do Rio de Janeiro. Comemoração justa, porque marca o fim de uma dependência que perturbou muito o desenvolvimento de nossa economia no século passado, notadamente na grande crise mundial que quintuplicou os preços do petróleo nos anos 1974/84.

Foi exatamente na convivência com esta grande crise que os governos brasileiros se conscientizaram da insegurança mortal que representava a dependência da energia importada e por isso a necessidade vital de abrandar o monopólio estatal e concentrar os escassos recursos nacionais na busca da auto-suficiência energética. O regime do monopólio na prospecção do petróleo foi abolido exatamente durante o governo de um dos seus maiores defensores, o General Geisel (1974/79), que anteriormente dirigira a Petrobras.

O setor foi aberto à participação do capital estrangeiro, enquanto a estatal foi orientada a dirigir seu esforço de pesquisa para o desenvolvimento da tecnologia que custamos a dominar, mas que veio permitir a prospecção em águas profundas. No início da década de 1970, sabiamente, o governo do Presidente Médici tinha-se antecipado, decretando a soberania nacional sobre a faixa de 200 milhas de todo o litoral brasileiro, já conhecendo o potencial de produção do subsolo marítimo, superior às estimativas de exploração em terra firme.

O grande esforço de aumento da oferta de energia (não somente de petróleo, mas das demais fontes energéticas, como as gigantescas hidrelétricas de Tucuruí e Itaipu e a primeira fase do Proálcool) deu-se, na verdade, durante o governo do Presidente João Batista Figueiredo. No início do mandato, em 1979, o País consumia

800 mil barris por dia e produzia apenas 160 mil; ao final do período, em 1984, a produção alcançou 450 mil barris por dia e já correspondia a mais de 50% do consumo nacional.

Nesses 22 anos, na última quadra do século passado e neste início de século XXI, o Brasil avançou lentamente, mas chegou afinal à auto-suficiência e não depende mais do petróleo importado. Temos hoje um consumo diário de 1 milhão e 800 mil barris e nossa produção doméstica, oriunda majoritariamente dos poços submarinos, é suficiente para abastecer o mercado interno. O balanço de pagamentos em matéria de petróleo passou a ser positivo. Finalmente nos livramos de mais uma terrível dependência externa, que impôs enormes sacrifícios a várias gerações de brasileiros.

É tempo, então, de festejar, mas devemos fazê-lo rapidamente e voltar ao trabalho aproveitando a boa maré, inclusive os ventos que chegam de fora, não sabemos por quanto tempo mais.

NR: O autor, Antônio Delfim Netto, foi, em 1967, nomeado Ministro da Fazenda, tendo servido aos governos Artur da Costa e Silva e Emílio Garrastazu Médici. Entre 1974 e 1979, foi embaixador brasileiro na França. Em 1979, foi nomeado Ministro da Agricultura do governo do General João Batista Figueiredo e, pouco depois, Ministro do Planejamento. No exercício desse cargo, enfrentou o segundo choque petrolífero, provocado pelo corte na produção pelos países da OPEP, repetindo a crise de 1973, o que logo se refletiu em aumentos de preços bastante significativos e na necessidade de o país, pela impossibilidade de saldar compromissos externos, ter que negociar com credores externos e com o FMI. ●

(Publicado no *Jornal do Commercio* de 18/02/2006)

Curso de especialização em história militar – 2004/2005 aula de encerramento

*Hélio Leônício da Silva**

Pela segunda vez tenho a honra de ser convidado a proferir a palestra de encerramento deste Curso Especialização em História Militar. Uma honra e uma satisfação, pois, tendo-o acompanhado desde que foi criado, por iniciativa do Coronel Luiz Paulo Macedo Carvalho e do Professor Arno Wheling, e sentindo seu valor, é prazeroso vê-lo em funcionamento com o sucesso esperado e prometendo melhorar ainda em sua continuação.

Trata-se de uma contribuição para a cultura brasileira que tem algo de inusitado, porque se vincula ao que é um fenômeno social, embora se o chame de negativo, a guerra, que, a despeito de sua importância, não é levado em conta no Brasil como o devia ser, pois o país se considera, na opinião pública, nas considerações governamentais, até na letra da Constituição, pacífico, confundindo-se isto com uma obrigação de não pensarmos na guerra, de não a discutirmos e estudarmos como algo que poderá sobrevir e deverá receber a devida prioridade nas previsões e nos orçamentos governamentais.

Explica-se, até certo ponto, essa concepção. Excetuando-se alguns entreveros fronteiriços no Sul, nunca o Brasil, em seu território, em seu dia-a-dia, sofreu as agruras, a devastação, as invasões, os sacrifícios, as restrições, as perdas provocadas por uma guerra. O último conflito continental no qual tomamos parte deu-se há mais de um século, travando-se, em sua maior

parte, a alguns mil quilômetros das terras brasileiras. Nas duas guerras mundiais do século XX, nossa participação na primeira foi quase simbólica, embora se lamente a perda de duas centenas de marinheiros atingidos pela peste em um porto da África. Na segunda, se bem que tivéssemos passado pelo perigo de vermos nossas linhas de navegação interceptadas pelos submarinos inimigos, com consequências terríveis na vida nacional, foi ele evitado pela ação da Marinha e da Força Aérea com auxílio aliado. A participação na luta da Europa, heróica e eficiente como foi, teve o aspecto de cumprimento de compromissos políticos. E em toda a ação, em terra, no mar e no ar, foram envolvidos apenas elementos profissionais ou profissionalizados por modesta convocação de reservas, sem afetar especialmente a vida da população civil.

Naturalmente não podemos nos lamuriar por gozar dessa felicidade. Os temores pela eclosão de uma guerra não se podem assemelhar aos que existem na Europa, onde cada geração tem enfrentado o pesadelo de conflitos bélicos parciais ou totais. Chega-se, entretanto, ao extremo oposto em relação à segurança nacional. A manutenção de Forças Armadas que se preparem para fazer face a quaisquer incidentes internacionais ocupa prioridade baixíssima entre as preocupações governamentais. Paradoxalmente, em vez de as Forças Armadas receberem pressão para se manterem bem equipadas, eficientes, aptas a exercerem, quando necessário, o papel que delas se espera, são elas que têm que se esforçar para romper as resis-

* Vice-Almirante.

tências dos mandatários e legisladores. Porque consideramo-nos um país pacífico.

São acusadas as Forças Armadas de não produtivas. E, por isso, pesando nos orçamentos sem retorno. Não se reconhece, entretanto, a existência das atividades colaterais que, graças à sua organização mais rígida e contínua, à disciplina, à independência de certos privilégios trabalhistas, que, necessários nas organizações civis, são às vezes coercitivos, cooperam em atividades de caráter social, científico, econômico, cujo somatório dos custos, se fossem elas executadas como instituições independentes, seria maior do que os orçamentos das Forças Armadas que as executam, além do que estas gastam no obrigatório preparo bélico. O que aliás não deixa também de ser investimento com dividendos indiretos, semelhantes a um seguro, com prêmio tanto maior quanto maior seja o valor do objeto segurado, no caso, a nação.

Existe mesmo uma certa hostilidade, e injusta, contra aqueles que se dedicam a manter o espírito e os conhecimentos vinculados diretamente às necessidades militares, incluindo revanchismo a atitudes políticas que no passado tenham tomado, as mais das vezes para corrigir falhas na condução política, embora nunca houvesse em nossa História uma ditadura militar permanente, institucionalizada, tendo a direção militar sempre cedido lugar, sem ações violentas, às instituições civis democráticas. Mas o interessante é que, nas pesquisas de opinião pública, as Forças Armadas são a instituição que maior confiança merece.

Temos, não há dúvidas, de rejubilar-mo-nos por sermos um país que preza a paz, que é amante da comunidade sem atritos entre as nações, um feliz oásis de tranquilidade, acreditando que organizações bem-intencionadas como a ONU consigam fazer com que no mundo se repita o ambiente pacifista no qual vivemos.

Infelizmente não é este quadro paradisíaco o que aparece, tanto no correr da História como no mundo atual. Se a hipótese da deflagração de

uma guerra nuclear está, no momento, afastada devido ao elemento dissuasor que a indefensibilidade ante o armamento atômico representa, porque na irracionalidade da guerra sempre se sobrepõe o sentimento racional de não se desejar um holocausto mútuo, e muito menos total, os conflitos ainda chamados ortodoxos multiplicam-se. A despeito dos esforços da ONU, onde duas centenas de membros aparentemente clamam por soluções pacíficas para as controvérsias internacionais, mais de 60 conflitos sangrentos se verificaram, depois de se esperar a paz universal com o término da guerra em 1945.

A bipolaridade, que poderia fazer a Guerra Fria se transformar em guerra quente, foi substituída por uma tripolaridade, do Ocidente, da China e do Mundo Árabe, de fato sem a paridade de forças que existia, mas talvez caminhando para isto, e com o uso de modalidade de agressão, que é antiga como ação eventual, mas agora toma aspectos de obedecer a estratégia preconcebida e organizada, que é o terrorismo. Uma ideologia totalitária e agressiva que parecia ter desaparecido com a dissolução de sua matriz, a União Soviética, reaparece sob novos disfarces, sempre ameaçadora. E, finalmente, no mundo globalizado de hoje trava-se furiosa guerra econômica, financeira e comercial, que pode derivar em discordâncias bélicas, e na qual o Brasil, com seu adiantamento, cada vez mais se inscreve como competidor.

Diante deste quadro, é difícil admitir que, sendo simplesmente pacíficos, sem o respaldo de força, sejamos capazes de nos manter indefesos permanentemente, respeitados nossos interesses e nossa política. Não é uma impossibilidade acabarmos por ser chamados a complementá-los com "outros meios", como há dois séculos escrevia Clauzewitz.

O maior advogado-diplomata que o Brasil teve, o qual, com acordos pacíficos, fixou muitas de nossas fronteiras, Rio Branco queixou-se de não dispor do Exército na questão do Acre,

sendo auxiliado pelos milicianos de Plácido de Castro. E, no mar, foi quem mais pressionou para a aquisição, em 1910, de uma esquadra, poderosa em termos sul-americanos, que lhe desse respaldo às discussões diplomáticas.

E qual deve ser a atitude, qual o papel dos elementos que integram as Forças Armadas, em tempos de paz, no país que deseja ser avesso às guerras, e sem inimigos potenciais ou ameaçadores no horizonte? Em primeiro lugar, mais difícil do que tudo para as Forças será manter a moral, estarem conscientes de que seu preparo, ainda que não tenham emprego imediato, pode transformar-se de repente em realidade de consequências vitais para a nação. Constituírem-se em um pugilo de idealistas que, normalmente inseridos na sociedade pacífica, estão prontos para exercer a violência dentro de regras vinculadas à segurança nacional, adquirindo os conhecimentos necessários para cumprir tal tarefa. E, por fim, disporem dos meios que permitam serem cumpridas as duas outras exigências. A falta de estímulo, o desinteresse pelo que as Forças Armadas representam no concerto nacional, a negativa de lhes proporcionar um mínimo do que elas precisam, para bem se prepararem, podem fazê-las desaparecer, e, pior do que deixarem de existir, será transformá-las em instituições amorfas e burocratizadas, em um bando enfim... mas armado, em vez de um organismo homogêneo, entusiasmado, dedicado e pronto para qualquer sacrifício.

Na atualidade, os conhecimentos que lhes são necessários prendem-se especialmente à tecnologia. A expressão “corrida armamentista” foi substituída por “corrida tecnológica”. Mas não são os conhecimentos suficientes. Devem ampliar-se por outras áreas culturais, que são a filosofia da guerra, a teoria dos conflitos, os princípios que a regem, considerados imutáveis, embora não repetitivos, mas com ilações que transcendem os tempos. São ensinamentos que se buscam principalmente na chamada “mestra da vida”, a História, a qual, ao mesmo tempo que

registra os acontecimentos, mostra as relações que vão tendo, a despeito da variação dos equipamentos empregados e das mudanças consequentes das táticas e estratégias.

Houve, contudo, uma considerável mudança no alvo a ser atingido por este tipo de ensino. Podemos dizer que até parte do século XX as guerras eram travadas entre os generais. O pessoal subalterno, oficiais e soldados seriam números que quantificavam os efetivos empregados, os mortos, feridos e desaparecidos em combates. Entretanto, o melhor nível dos combatentes, exigido pela tecnologia avançada com a qual se devem familiarizar, a dispersão que substituiu as concentrações massificadas de antanho fizeram com que a compreensão subjetiva dos propósitos das guerras precisassem ser generalizados, pois as iniciativas em combate cabem a todas as unidades envolvidas, por menores que sejam. Os generais lidam não mais com massas obedientes, mas com indivíduos que devem estar a par do porquê das doutrinas adotadas.

Os cursos, como o que acabamos de encerrar, atingindo todas as camadas hierárquicas, ensinando-lhes, através da História, não os detalhes dos combates e o emprego das armas e equipamentos, mas o que comanda os propósitos das guerras, a que elas se destinam, a que fins querem atingir, atendem a tal exigência. Dois cursos, ainda que com êxito crescente, são um esforço modesto para difundir conhecimentos que devem ser gerais.

Mas as grandes realizações resultam da soma de pequenos esforços mantidos através do tempo. A maior caminhada principia com um passo. Os cursos de História Militar cumprem sua pequena parte. Se crescerem, multiplicarem-se, disseminarão com certeza um conceito mais profundo do que representa a ameaça da guerra na vida de uma nação que progride.

Foi significativa a iniciativa desse curso partir, além do Instituto de Geografia e História Militar, de uma universidade civil. Na Grande Guerra de 1914, o Primeiro-ministro da França,

Clemanceau, em explosão que lhe era peculiar, declarou "ser a guerra fato muito importante para ser deixada para os generais". Aliás, não estava dizendo uma novidade na maledicência que permeava a intenção de sua frase. Cento e cinquenta anos antes, Clausewitz já afirmava que a guerra envolvia o governo, o povo e os meios, isto é, que a guerra demandava o esforço total do país beligerante, uma visão que na atualidade é aceita como dogma, não sendo a guerra somente uma atividade militar, mas responsabilidade de todos os segmentos da nação, sociais, intelectuais, econômicos, produtivos, psicológicos, constituindo-se as Forças Armadas apenas na ponta-de-lança para a qual convergem os outros esforços.

Não cabem assim as reservas que um pretenso espírito pacifista brasileiro faz à compreensão do fenômeno guerra e aos cuidados do preparo para uma delas que eventualmente exija a mobilização nacional.

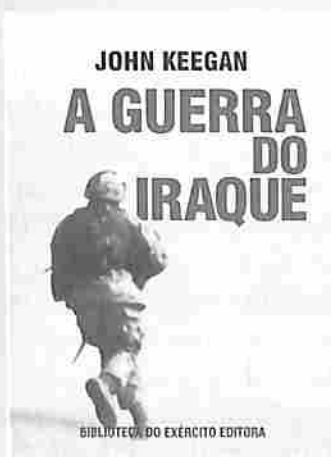
Sei ter sido idéia inicial, na criação deste curso, que ele fosse freqüentado por uma maioria de alunos civis. Sendo para os militares um aperfeiçoamento, a sua disseminação no meio

civil, inclusive em outras universidades, seria uma lição para que a sociedade corrigisse tais restrições errôneas. Desaparecer o absurdo conceito, para não utilizar adjetivo mais contundente, que se lê, escrito por autores responsáveis e pela mídia, de existirem dois poderes, o civil e o militar, que se digladiam quando só há o poder nacional, do qual fazem parte, como os outros segmentos sociais, as Forças Armadas, com atribuições bem definidas: ser o braço forte do Estado para a defesa da nação e, quando necessário, para a manutenção da ordem. E que se veja, de maneira real, uma realidade que existe, mostrando às classes dirigentes que dispor de força, em vez de ser um incentivo perturbador da paz, até mais a garante, como elemento dissuasor de conflitos, que serão evitados ante a possibilidade de reação.

Faz parte da memória anedótica da Segunda Guerra Mundial o brado de um capelão em meio ao fragor da Batalha de Guadalcanal – *Praise the Lord, but pass the ammunition!*, o que pode ser assim traduzido no Brasil – *Louvado seja Deus, mas tenhamos pronta a munição!* ●

BIBLIOTECA DO EXÉRCITO EDITORA

Coleção General Benício



A Guerra do Iraque

John Keegan

Após a Guerra do Iraque, surgiram duas dúvidas, as quais o autor, historiador de renome, procura responder. A primeira é por que a fase militar foi tão rápida. E, a segunda, é como se venceu a estrutura militar de Saddam Hussein com tanta facilidade, uma vez que as forças militares iraquianas já combatiam há décadas em guerras contra o Irã e, posteriormente, contra a coalizão liderada pelos EUA, na Guerra do Golfo. Acrescente-se, ainda, o emprego de tropa do Exército iraquiano em conflitos internos contra as minorias curdas.

Da imprensa

FORÇAS ARMADAS TERÃO R\$ 400 MILHÕES PARA MODERNIZAÇÃO

O Congresso Nacional deverá reunir-se na segunda semana de março para analisar e votar o relatório final do Orçamento-Geral da União para 2006.

Apesar dos obstáculos criados pela oposição, o parecer do Deputado Carlito Meriss (PT-SC) deverá ser aprovado. Nele, estão previstos R\$ 400 milhões para os programas de reaparelhamento e modernização das Forças Armadas.

Para a Aeronáutica, foram destinados R\$ 175 milhões para modernizar e revitalizar aeronaves. À Marinha, R\$ 192 milhões para a obtenção de meios navais. Quanto ao Exército, serão destinados R\$ 350 milhões para a incorporação de 100 mil recrutas no âmbito do programa Soldado Cidadão, e mais R\$ 11 milhões para suprimento de material bélico.

Foram destinados ainda R\$ 25 milhões para o Centro de Lançamento de Alcântara, R\$ 6,8 milhões para o monitoramento oceanográfico, R\$ 200 milhões para o pagamento dos anistiados políticos e R\$ 17 milhões para o combate ao crime organizado, tráfico de drogas e armas e lavagem de dinheiro.

O Orçamento para a Defesa ficou em R\$ 36,1 bilhões, ou R\$ 960,6 milhões a mais que o previsto na proposta encaminhada pelo Governo. No entanto, os valores para investimento representam pouco mais de 3,84% do orçamento para a Defesa. Mais de 77% dos recursos são destinados ao pagamento de pessoal e encargos sociais.

Além disso, os números estão muito aquém dos valores previstos pela Comissão de Relações

Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara, aprovados no ano passado. A CREDN aprovou emendas no valor de R\$ 1,2 bilhão.

Defesa: Calha Norte, Projeto Rondon e Missões de Paz

O orçamento do Ministério da Defesa, que ainda depende de votação pela Comissão Mista de Orçamentos e pelo Plenário do Congresso Nacional, prevê R\$ 180,3 milhões para o programa Calha Norte. Esses recursos serão utilizados na implantação da infra-estrutura básica e apoio às comunidades da região da Calha Norte, manutenção de pequenas centrais elétricas, aeródromos e rodovias.

Para a capacitação científico-tecnológica e domínio de tecnologias para a Defesa Nacional, foram alocados R\$ 400 mil.

Outros R\$ 10,6 milhões foram destinados para a gestão da Política de Defesa Nacional, o que envolve o desenvolvimento do Sistema de Informações Logísticas de Defesa, cursos de Altos Estudos e de Política e Estratégia.

Para as comunicações, comando, controle e inteligência nas Forças Armadas, serão aplicados R\$ 18,7 milhões. Com esses recursos, o Ministério da Defesa deverá implantar centros de operações do comando supremo e forças singulares; sistema de comunicações militares via satélite; sensoramento remoto para apoio à inteligência; e implantação do sistema de comunicações militares seguras.

Para o Projeto Rondon, estão previstos R\$ 2 milhões e para a Mobilização Nacional, com a realização de exercícios e a implantação do Sistema Nacional de Mobilização [Sinamob], outros R\$ 300 mil. Para o adestramento e emprego combinado das Forças Armadas, o orça-

mento reservou R\$ 28,9 milhões. Estão previstos, ainda, recursos para a realização de operações combinadas, intensificação da presença das Forças Armadas nas áreas de fronteira, ações de caráter sigiloso, participação do Brasil em Missões de Paz (R\$ 5,9 milhões) e cooperação militar com países amigos (R\$ 2,6 milhões).

Programa de Reaparelhamento vai custar US\$ 2,57 bilhões

Enquanto aguarda a aprovação do Programa de Reaparelhamento (PRM), o Comando da Marinha trabalha para garantir os recursos previstos no Orçamento de 2006.

A construção do primeiro submarino do projeto SMB-10 está com o seu cronograma de desenvolvimento paralisado e a força espera dar continuidade ao SMB assim que os recursos necessários forem garantidos de forma regular.

Este não é o único problema da Força. Por conta das restrições orçamentárias, vários projetos estão parados. Em audiência pública realizada no Senado, em dezembro passado, o Comandante da Marinha, Almirante Roberto de Guimarães Carvalho, afirmou que a Força pode parar completamente até 2025, se os programas de modernização não forem implantados.

Ele também reclamou do contingenciamento dos *royalties* do petróleo. "Os recursos destinados ao reaparelhamento da Marinha a partir da exploração de petróleo têm sido contingenciados pelo Governo federal, na construção do superávit primário. A liberação dessa reserva permitiria dar início ao programa de reaparelhamento da Marinha. Enquanto isso, os repasses dos *royalties* para estados e municípios estão sendo feitos sem problemas", afirmou.

Para 2006, o orçamento da Marinha é de R\$ 9 bilhões, menor que os orçamentos do Exército (R\$ 15,8 bilhões) e Aeronáutica (R\$ 9,03 bilhões). Para o reaparelhamento da Força, foram

destinados R\$ 211,8 milhões. Esses recursos serão aplicados na modernização de meios navais, organizações militares da Marinha e obtenção de meios navais e de fuzileiros.

Por conta dos poucos recursos, a construção da corveta *Barroso*, único projeto em andamento, corre sérios riscos, com atrasos constantes. O Programa Geral de Manutenção (Progem), da Marinha, também sofre com a falta de recursos.

PRM

Programa de Reaparelhamento da Marinha foi apresentado pelo ministro da Defesa, ao presidente da República, em julho de 2003. A proposta previa a cobertura das necessidades da Força, no período compreendido entre 2004 e 2019. Parado na Casa Civil, o PRM teve de ser atualizado para o período 2006-2025.

Um novo PRM foi encaminhado ao Ministro José Alencar em julho de 2005, dois anos após sua primeira versão. Dessa vez, a prioridade foi dada à recuperação de navios, submarinos e aeronaves, que têm sido desincorporados da Força.

Para implementar o Programa de Reaparelhamento, a Marinha necessita de US\$ 2,57 bilhões. A versão atual foi dividida em dois períodos de dez anos, sendo o primeiro de 2006 a 2015. De acordo com o Comando da Marinha, estavam previstos US\$ 164,2 milhões para este ano.

O valor global do PRM para uma década corresponde a apenas 0,43% do PIB (2004). Segundo o Almirante Guimarães Carvalho, o programa de reaparelhamento está dividido por fases, sendo uma emergencial, de recuperação de navios e aeronaves que se encontram em condições críticas. Ele afirmou que seriam necessários quatro anos e R\$ 290 milhões anuais para a Marinha superar essa fase.

No Orçamento de 2006, ainda estão previstos R\$ 9,2 milhões para as pesquisas e desenvolvimento do ciclo do combustível nuclear e

outros R\$ 29,2 milhões para a construção do protótipo de reator nuclear.

Para a Missão Antártica, foram reservados R\$ 13,5 milhões, enquanto R\$ 447,5 milhões serão destinados ao adestramento e operações militares da Marinha.

Exército terá R\$ 26,4 milhões para reaparelhamento

O Comando do Exército foi contemplado com recursos da ordem de R\$ 26,4 milhões, no Orçamento de 2006. Este volume será utilizado no reaparelhamento e modernização da força terrestre.

Os valores precisam ser confirmados pela Comissão Mista de Orçamentos e, posteriormente, pelo Plenário do Congresso Nacional.

Deste total, R\$ 24,2 milhões serão empregados na modernização operacional dos batalhões de engenharia, implantação da 11ª Brigada de Infantaria Leve (R\$ 300 mil); da Brigada de Operações Especiais (R\$ 400 mil); Brigada de Operações de Força de Paz (R\$ 200 mil); 2ª Brigada de Infantaria de Selva (R\$ 200 mil); instalação e adequação de organizações militares (R\$ 3,2 milhões); sistema de aviação do Exército (R\$ 500 mil); modernização da força terrestre (R\$ 300 mil); e modernização operacional das organizações militares do Exército (R\$ 18,4 milhões), entre outros.

Para o adestramento e operações militares do Exército, foram aprovados pelo relator-geral do Orçamento R\$ 693,8 milhões. Entre outros, estão previstos gastos com a doutrina e estratégia militar, manutenção e suprimento de material bélico (R\$ 43,4 milhões). No apostamento da força terrestre, serão investidos R\$ 87,5 milhões do Fundo do Exército.

No entanto, o Exército vai gastar cerca de R\$ 9,2 bilhões apenas com o pagamento de aposentados e pensionistas da força. Na produção de material de emprego militar, serão aplicados R\$ 1,4 milhão. Outros R\$ 1,9 milhão estão

reservados para a manutenção e suprimento de material de comunicações estratégicas e de guerra eletrônica.

Comando terá R\$ 455,5 milhões para o reaparelhamento da FAB

O Comando da Aeronáutica terá R\$ 455,5 milhões em recursos para o reaparelhamento e adequação da Força Aérea Brasileira (FAB), sendo R\$ 215,8 milhões para a aquisição de aeronaves e R\$ 239,6 milhões para a modernização e revitalização de aeronaves. Apenas no desenvolvimento do AM-X serão aplicados R\$ 30 milhões.

Do Fundo Aeronáutico, sairão outros R\$ 45 milhões para o reaparelhamento e adequação da FAB. Esses recursos serão investidos na aquisição de veículos de superfície, modernização de instalações militares e implantação de novos sistemas bélicos e de simulação.

O orçamento para o Comando da Aeronáutica, em torno de R\$ 7,7 bilhões, prevê ainda R\$ 3,9 milhões para a manutenção do Sistema de Vigilância da Amazônia (Sivam).

Para o adestramento e operações militares, R\$ 390,7 milhões e R\$ 531,6 milhões para a segurança de voo e controle do espaço aéreo brasileiro, recursos que se destinam aos trabalhos de investigação e prevenção de acidentes aéreos.

Para o desenvolvimento da tecnologia espacial, como a capacitação de recursos humanos em ciência e tecnologia, pesquisa e desenvolvimento tecnológico aeroespacial no Centro Técnico Aeroespacial (CTA) e o suporte ao desenvolvimento industrial, foram reservados R\$ 24 milhões. No total, são R\$ 41 milhões para o desenvolvimento de tecnologias de uso aeroespacial.

PNAE

A Aeronáutica terá recursos também para o Programa Nacional de Atividades Espaciais (PNAE). São R\$ 5 milhões para a capacitação de especialistas do setor espacial, funcionamento do

Centro de Lançamento da Barreira do Inferno (R\$ 1,1 milhão) e para o Centro de Lançamento de Alcântara (R\$ 3,6 milhões).

(Fonte: InfoRel de março de 2006)

POR ONDE ESTAMOS PERDENDO

Luiz Paulo Horta
Jornalista

O Brasil deixou de ser atração nos fóruns internacionais. Gastou-se a mágica do Nosso Guia. Continuamos a ser o “país do futuro”. Em sentido contrário, Índia, China e Rússia são apontadas como as nações promissoras de agora.

O caso russo não é nada misterioso: as reservas de petróleo pagam tudo. Mas Índia e China não têm recursos naturais. De onde tiram a sua força? Certamente não de alguma milagrosa fórmula econômica, e sim do que se poderia chamar de “massa cinzenta”. Somos viciados, há muito tempo, em análises econômicas. Assim deixamos de perceber outras coisas importantes – e até óbvias. Como o fato de que a Índia e a China são duas das civilizações mais antigas da Terra.

A China já tinha uma civilização sofisticada quando a Europa ainda era pasto para as correrias dos chamados bárbaros. Quando os jesuítas chegaram a Pequim no século XVI e começaram a mandar para a Europa os seus relatórios, todo mundo ficou de queixo caído. Até serviço público organizado os chineses já tinham, naquele tempo, com concursos que envolviam o país inteiro. E a tradição confuciana era um poderoso instrumento de cultura. Tão sedutora era essa cultura chinesa que os guerreiros de Gengis Khan, depois de pularem a Grande Muralha e conquistarem o país, em pouco tempo estavam assimilados por uma nação que, com razão, considerava-se o centro da terra.

A Índia era menos organizada, devido à falta de um governo central consistente. Poten-

tados regionais competiam entre si, e havia um choque permanente entre a tradição hindu e a linha muçulmana, que se apoderou de espaços importantes. Mas, por baixo ou à volta dessas diferenças, a riqueza cultural era imensa. Tão imensa e tão difundida que, hoje, um camponês da Índia, aparentemente miserável, ainda bebe nessa tradição milenar e está longe de ser um perdido no mundo.

Do século XIX para cá, tanto a Índia como a China sofreram com as invasões ocidentais. A Índia caiu nas mãos dos ingleses. Contra a China, a Inglaterra desfechou a mais iníqua das guerras, para forçar os chineses a comprar o ópio que vinha da Índia, e que ia envenenando um já decadente império chinês. E, depois disso, a China foi virtualmente repartida entre as potências ocidentais. Esta é a origem de um ódio ao estrangeiro que Mao Tsé-tung ia explorar em seu proveito.

Hoje, Índia e China estão jogando o jogo da globalização com um talento extraordinário. Não são países sem problemas. O número de miseráveis, na Índia, é muito maior do que toda a população brasileira. Na China, o crescimento indiscriminado está cobrando um preço proibitivo do que ainda resta de recursos naturais. Também se pode perguntar onde ficam, nessa corrida para o futuro, as tradições que fizeram a riqueza cultural da Índia e da China. Pode haver – já está havendo – um choque entre o presente e o passado. Mas a sensação de dinamismo, nos dois casos, é espantosa. O mapa do mundo – e da riqueza – está sendo redesenhado.

Onde fica o Brasil nessa corrida? Não precisaria ficar tão mal, já que temos coisas que os outros não têm, como água, terra e outros tipos de recursos naturais. O que está faltando, e muito, é a famosa “massa cinzenta”. E a vontade férrea que outros países estão exibindo.

Os tão falados recursos naturais sempre foram um alibi para o nosso comodismo histó-

rico. Como se esses recursos, sozinhos, significassem alguma coisa. O Japão não tem nada disso e é uma potência.

Também não vivemos grandes tragédias – excetuada a da desigualdade social, com a qual fomos nos acostumando. A disposição tremenda que chineses e indianos mostram hoje não deixa de ser uma desforra de antigas humilhações. Aqui, a grande humilhação parece ter sido a derrota para o Uruguai em 1950.

E assim vamos empurrando com a barriga. O atual momento político está prenhe de conformismos. O Governo é muito ruim – mas tem chances de se reeleger, dentro daquela velha máxima brasileira: “Tadinho, por que não dar a ele uma segunda chance?”

O mais grave é não se perceber onde está o problema. Há problemas específicos, como a taxa de juros, o peso dos tributos, uma espécie de corrupção generalizada. Mas o problema, mesmo, é que não se investe no talento. Ainda achamos que cultura é um enfeite para ser cuidadosamente arrumado na estante, entre livros que ninguém lê.

(Transcrito de *O Globo*, 10/02/06)

AVANÇO TECNOLÓGICO DO BRASIL É MAIS LENTO QUE O DA AMÉRICA LATINA

Renato Cruz

O Brasil avança bem na adoção de tecnologias, como celulares e computadores, mas o ambiente econômico, que leva em conta itens como crescimento e Produto Interno Bruto (PIB) per capita, o faz evoluir menos que outros países da América Latina no Índice da Sociedade da Informação (ISI). Medido pela DMR Consulting, consultoria com sede em Madri, em conjunto com o Centro para a Empresa Latino-Americana (Cela), da Universidade de Navarra,

o indicador mostrou um avanço de 1,8% do Brasil no indicador geral no segundo trimestre de 2005, para 4,27 pontos, quando comparado ao mesmo período de 2004.

Enquanto isso, a América Latina avançou 3,2%. O índice da Argentina, que retomou o crescimento econômico depois de uma grave crise, aumentou 18,3%. “Existem boas condições para que o Brasil diminua a diferença em relação aos países desenvolvidos, principalmente no acesso a equipamentos”, afirmou Flávio Araripe, sócio-diretor da DMR Consulting no Brasil. “Mas, para que se mova mais rápido, são necessários investimentos estruturais e no ensino. A América Latina está se aproximando dos líderes, mas o Brasil precisa melhorar.”

O ISI começou a ser divulgado agora, com números fechados do segundo trimestre deste ano. Mas a DMR e o Cela calcularam séries históricas para que possa ser analisada sua evolução. Foram compilados indicadores para a América Latina como um todo, para o Brasil, Argentina, Chile e México, além dos chamados índices ótimos e subótimos. O primeiro representa um máximo teórico que os países e a região podem atingir e o segundo, uma meta intermediária. São baseados na situação de países fora da região, com uma inserção melhor na sociedade da informação.

O ISI brasileiro teria que aumentar 125% no segundo trimestre para alcançar o índice ótimo, uma melhora em relação aos 131% no mesmo período de 2004. No caso da América Latina, a diferença baixou de 114% para 104%. Sobre a situação brasileira, o relatório aponta que “todas as variáveis do componente especificamente tecnológico (...) oferecem melhoras, com a única exceção da relação entre gastos em tecnologia da informação e PIB”.

A variável brasileira que teve maior aumento foi a do total de celulares por mil pessoas, que chegou a 399 unidades, comparadas a 288 há um ano. O Brasil também aumentou o

número relativo de computadores mais rápido que os outros três países analisados pelo quinto trimestre consecutivo, chegando a 114 computadores por mil habitantes, acima da média regional de 112 unidades.

A tendência projetada para o terceiro e o quarto trimestre do ano, cujos números ainda não estão fechados, era de queda no ISI brasileiro. “Não adianta o Brasil crescer de 3% a 3,5% ao ano, se a média da região é de 5% a 5,5%”, explicou Araripe. A DMR projeta uma queda de 0,1% no indicador brasileiro no terceiro trimestre e de 1% no quarto. Existe um contraste grande no comportamento das variáveis estritamente tecnológicas em relação àquelas que medem as condições econômicas. A consultoria prevê, por exemplo, uma queda anual de 14,8% no índice referente ao ambiente econômico, e um aumento de 22,7% na variável de telefones móveis.

“O índice foi criado para dar uma visão mais abrangente e permitir comparar, de forma relativa, diferentes economias”, explicou Araripe. “A variação negativa não quer dizer que um país está deixando de crescer, mas que está andando mais devagar.” Na América Latina, o Chile está na frente, pontuando acima da média nos principais integrantes do índice. O México conseguiu a melhor pontuação na variável ambiente social. O Brasil ficou acima da média em tecnologias da informação e da comunicação.

(O Estado de S. Paulo, 29/12/05)

AUTOCRÍTICA

Vania Leal Cintra
Socióloga

O V Encontro Nacional de Estudos Estratégicos, que ocorreu na primeira semana de outubro, tendo por tema “Segurança e Defesa Nacional”, e foi organizado pela Escola do Es-

tado-Maior do Exército (Eceme), como parte das comemorações de seu centenário, teve seu momento culminante na salva de palmas que recebeu, de todo um auditório de pé, o Coronel Amerino Raposo Filho.

Pelo que foi e pelo que é, por sua luta em manter o Centro Brasileiro de Estudos Estratégicos (Cebres) “na vertical, como a nossa Bandeira”, como ele mesmo define, as palmas foram o menos do que merecia de todos nós. Particularmente, interpretei-as como uma homenagem não exatamente à sua figura, mas a tudo o que ele representa, ou seja, ao Brasil de ontem, de hoje e de sempre.

O Encontro surpreendeu já de início, na bela conferência de abertura, a que deveria ter sido realizada, em sendo a de um Encontro de dimensão nacional, pelo ministro da Defesa... mas não foi. Essa ausência não foi um mero detalhe – foi uma marca, um fato que nas conferências posteriores mais se definiria.

Os que participaram do Encontro em diferentes auditórios quase sempre lotados puderam verificar que não se achavam em um evento qualquer destinado a prestigiar o Governo, muito menos as suas autoridades; ou numa festividade qualquer voltada a discutir nomes ou teorias de algibeira consagrados entre os estudiosos.

A presença do Estado brasileiro crescia à medida que as conferências se sucediam. Sim, a presença daquele Estado brasileiro que muitas vezes vemos omissa, e não nos cansamos de denunciar que vem mingando mais e mais a cada noite em que colocamos a cabeça em nossos travesseiros como justos, para poder enfrentar mais um dia de massacre e humilhação e assumindo o risco de que ele desapareça por nossa única e exclusiva culpa e responsabilidade, de todos nós, uma vez que ele somos nós e ninguém mais.

Para quem quis (e soube) aproveitar, o V ENEE foi uma grandiosa lição. De organização, de seriedade, de pertinência. Quem já participou de um evento desse naipe bem sabe que

é impossível cobri-lo por inteiro, em virtude de que as conferências sobre vários temas se fazem em diferentes locais num mesmo horário. Talvez eu tenha tido o privilégio de estar presente aos seus melhores e mais significativos momentos, ao escolher os temas que mais me eram afins, ou talvez não. Quero crer que todas as palestras tenham atingido dimensão semelhante a das que assisti.

Nenhuma palavra estreita a respeito de compra e venda internacional, de arbitragens, de contratos de consumo ou de parcerias público-privadas ou, muito menos, qualquer ênfase no "determinismo da globalização". Apenas o Brasil, o de verdade, inteiro, nu e cru, cercado por um mundo de real ou potencial hostilidade.

Alguns momentos, porém, foram especialmente marcantes: os dedicados ao Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, por exemplo; ou os da palestra do General Augusto Heleno Ribeiro sobre o Comando da Minustah. Os que o ouviram (em palestra que não constava do programa distribuído com antecedência) puderam verificar que a presença brasileira no Haiti não se limitou a ornar o governo Lula como um berloque perante as demais nações. A sociologia intuitiva que o General Heleno pôde demonstrar, ou aquela que a educação militar, se bem observada, é capaz de permitir a qualquer oficial bem formado, em certas passagens chegou a comover.

A demonstração de capacidade de bem fazer sob circunstâncias absolutamente adversas e a experiência obtida pela tropa brasileira são de valor incalculável. Elas são suficientes para mostrar que valeu a pena enfrentar o desafio de enviar tropas para países tão distantes do ponto de vista dos interesses nacionais imediatos. E coloca como questão de somenos importância a insistência em avaliar sua adequação tática nesses tempos bicudos que atravessamos.

Não faltou emoção ao encontro nitidamente vocacionado a ser o da sociedade brasileira

com o Estado brasileiro. O General Américo Salvador, a quem coube suceder ao General Heleno como expositor, também soube, com um toque de arte, bem colocar o quanto esta imensa América da qual somos parte expressiva é desconhecida do mundo e precisa ser descoberta e conquistada. Quem sabe se não espera por nós, desde que demonstremos discernimento e competência para tanto?

"Autocrítica" foi como intitulei este artigo.

Por quê? Porque os que estiveram presentes ao V ENEE puderam ouvir, ver e conferir que o Estado brasileiro sobrevive. Impávido colosso. Sobrevive, ainda, principalmente nos valores defendidos com suas unhas e seus dentes pelas Forças Armadas e por civis que, apesar do desprezo do Governo às questões de fato estratégicas, teimam em pensar no interesse do Estado e apenas nele.

A autocrítica se faz assim necessária porque não estamos tão sós nem tão soltos conforme podemos por vezes supor, e porque nos foi possível saber que este país possui uma inteligência de Estado capaz, aquela da qual os demais interesses desdenham, mas com isso apenas lhe fazem cócegas. Porque ela está acima de qualquer Governo e qualquer outra razão, insistindo, apesar de todas as adversidades que enfrenta, em zelar por todos nós. Parabenizar a Eceme seria quase atrevimento. Apenas lhe agradeço a oportunidade que tive, hoje em dia já tão rara, de mais uma vez e sobejamente me orgulhar dos brasileiros que são de fato brasileiros.

(Transcrito da *Tribuna da Imprensa*, 12/10/05)

BRASIL TEM NOVO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO MILITAR

O mais novo documento que estabelece a Sistemática do Planejamento Estratégico Militar do Brasil (SPEM) foi apresentado pelo Ministério da Defesa. A SPEM foi aprovada por

meio de uma portaria publicada no último dia 30 de agosto no Diário Oficial da União, em continuidade aos trabalhos de atualização dos documentos que normatizam as atividades da Defesa Nacional.

O planejamento estratégico militar define e organiza funcionalmente as atividades relacionadas com o preparo e emprego do poder militar para atender às demandas da defesa do país, como em caso de ameaças externas.

Abrange três níveis: o nacional, formado pelas mais altas autoridades do país, o setorial, constituído pelo Ministério da Defesa e demais órgãos com responsabilidades diretas com a defesa, e o subsetorial, composto pelas Forças Armadas.

A SPEM organiza e racionaliza funcionalmente as atividades do planejamento estratégico militar, é de caráter permanente e possui as características gerais de ser regenerativa, cíclica e flexível; portanto, pode ser readaptada continuamente, em face das alterações de cenários e de circunstâncias que indiquem a necessidade de alterações.

O texto é voltado para a defesa da Pátria e está em conformidade com a Política de Defesa Nacional, Política Militar de Defesa, a Estratégia Militar de Defesa e a Doutrina Militar de Defesa.

(Fonte: InfoRel de setembro de 2005)

MAIS DEMOCRACIA

Marco Maciel
Senador

Ensina a Filosofia, não desacompanhada da Sociologia e da História, que, ao desatar o nó da democracia, novas demandas emergem com intensidade e não há outra resposta senão aprofundar, em sua essencialidade, o exercício da democracia. Os problemas da democracia

exigem, portanto, mais democracia. Buscar sempre, entre o que nos separa, aquilo que nos pode unir, parece constituir o grande objetivo da Política, porque, se queremos viver juntos na divergência, princípio vital da democracia, estamos fadados a nos entender.

Impõe-se assim acreditar na força das idéias, compreender que a política não pode ser o meio da conservação, mas de transformação, e que a firmeza das convicções não deve ser empecilho para o entendimento capaz de transformar o poder em instrumento de justiça, igualdade e paz social.

Faço tais observações por considerar que episódios significativos incorporados à nossa história brotaram da provisão da capacidade de entendimento de homens públicos de anteciparem-se às crises e, de modo sintônico, resolverem-nas em consonância com as aspirações nacionais. Fazer memória desses fatos que se transformaram em datas paradigmáticas serve, assim, de pedagogia cívica e ajuda a iluminar o futuro que se nutre daquilo que fica do que passou.

Vale anotar a coincidência de refletirmos sobre as duas décadas da Nova República idealizada por Tancredo Neves e efetivada por José Sarney, no mesmo instante em que transcorrem os 150 anos do Gabinete de Conciliação, articulado e presidido pelo Marquês de Paraná, notável pró-homem das Minas Gerais, estadista que o presidente Tancredo Neves muito admirava e revelara, se tempo houvesse, a intenção de biografar-lhe.

A Nova República foi fruto de amplo acordo aberto aos partidos políticos e à sociedade civil, tendo como núcleo o PMDB e a Frente Liberal, assim cognominada a dissidência do PDS que se reuniu em torno da expressiva liderança do então vice-presidente da República, Aureliano Chaves. O documento constitutivo desse pacto intitulado "Compromisso com a Nação" estabelecia, ao lado de preceitos doutrinários, objeti-

vos programáticos essenciais para que o Brasil se reinserisse no estado democrático de direito, promovesse o encontro entre o Governo e a sociedade, através de adoção de medidas também no campo social, cultural e econômico. Para tal era indispensável concluir, sem ressentimento, o processo de transição para a democracia, com o término do regime militar.

O percurso havia sido encurtado com a promulgação da Emenda Constitucional nº 11, de 1978, resultado da chamada “Missão Petrônio Portella”, que autorizara a revogação dos Atos Institucionais e Complementares, garantira a anistia, restabelecera as condições para a pluralidade partidária e assegurara o livre funcionamento dos sindicatos, entre outros dispositivos contendo inequívocos avanços político-institucionais.

Se é verdade que o falecimento de Tancredo Neves causou enorme comoção, deixou, todavia, um exemplo a nos inspirar e um programa a cumprir. É de realçar, por dever de justiça, a exemplaridade de gestos e ações de seu companheiro de jornada, Senador José Sarney. Investido na Chefia de Governo, o então vice-presidente transformou o “Compromisso com a Nação” na bíblia do Governo.

Dentre os objetivos fundamentais impõe-se sobrelevar a convocação da Constituinte, através de mensagem do Presidente Sarney ao Congresso Nacional, de que resultou a Carta de outubro de 1988, que Ulysses Guimarães chamou de “Constituição Cidadã”. Com ela, encerramos um longo, todavia exitoso, processo que assegurou ao país viver sob um autêntico estado democrático de direito, instaurando uma verdadeira democracia no Brasil.

A nossa transição para a democracia – ousou afirmar sem receio de contestação – foi, na segunda metade do século XX, tanto em extensão quanto em densidade, a mais bem-sucedida, mesmo se comparada com a da Espanha, cujos cânones foram fixados nos Pactos de Mon-

cloa. Daí insistir na necessidade de conferir, na semântica dos nossos tempos, urgência às reformas institucionais, cuja inadiabilidade está cada vez mais visível.

Precisamos, depois de consolidada entre nós a democracia, enquanto processo, fertilizá-la substantivamente, com os instrumentos da governabilidade. É indispensável mudar o sistema eleitoral para que o voto deixe de ser “fulanizado”; vertebrar verdadeiros partidos enquanto canais de interlocução entre a sociedade e o Estado; aperfeiçoar o sistema de governo para melhorar o desempenho dos Poderes e seu relacionamento no modelo presidencialista que praticamos; redesenhar o Estado federal para compatibilizá-lo com as exigências de descentralização; e, finalmente, revigorar as instituições republicanas, isto é, “republicanizar a República”, para eliminar a incerteza jurídica e assegurar a todos plena cidadania.

(Transcrito do *Jornal do Brasil*, 03/04/05)

REFÊNS DO PACIFISMO

João Luiz Mauad
Empresário

O pacifismo é a ideologia dos “puros”, dos “bem-intencionados”, mas também dos ingênuos e dos inocentes úteis.

Dia desses, assistindo pela televisão a mais uma das inúmeras passeatas pró-desarmamento que proliferam no Rio de Janeiro a cada final de semana, com meia-dúzia de artistas, “ongueiros” e pseudo-intelectuais puxando um mar de gente vestida de branco, distribuindo flores e berrando palavras de ordem pela paz e contra a violência, perguntei-me quanto tempo ainda demoraria para aquela multidão se dar conta de que esse é exatamente o jogo que mais

interessa ao inimigo. Um inimigo, diga-se, cujos propósitos não serão alterados, sequer num milímetro, pelas belas e alvas imagens dessas manifestações. Ato contínuo, lembrei-me de José Ortega y Gasset e sua análise precisa sobre o pacifismo, a ideologia dos puros, dos bem-intencionados, mas também dos ingênuos e dos inocentes úteis.

Em artigo datado de 1937, antes portanto do início das hostilidades entre a Alemanha de Hitler e os aliados da Europa Ocidental, falando especificamente sobre a política pacifista que imperava na Inglaterra desde o final da Primeira Guerra, Gasset apontava o enorme fracasso em que ela se transformara – principalmente quando cotejada com o poderio bélico amealhado pelos nazistas naquela década. Mesmo concordando que a aspiração à paz mundial era uma excelente aspiração, o pensador espanhol demonstrava, com sua lógica irrefutável, o erro crasso do pacifista ao subestimar o inimigo, ao achar que o inimigo pensa e age da mesma forma que ele, que comunga dos mesmos anseios e princípios.

Para Gasset, o pacifista só vê a guerra como um dano, um crime ou um vício e esquece que, antes e acima disso, a guerra também pode significar um ato, um esforço, uma estratégia de defesa contra a barbárie. O pacifista pensa que para eliminar a guerra (e a violência) basta não fazê-la ou, no máximo, pedir para que não seja feita. Como a considera apenas uma excrescência mórbida surgida no relacionamento humano, acredita que bastam boas intenções e apelos emocionais para extirpá-la das relações sociais. Não enxerga que a paz precisa ser construída com energia e destemor, que a violência precisa ser combatida com armas, quando não superiores, pelo menos iguais às do inimigo.

Não é, portanto, como bem definiu o espanhol, “a vontade de paz o fator decisivo”. É preciso que esse vocábulo deixe de significar uma

boa intenção e passe a representar um sistema funcional eficiente. Não se poderá esperar nada de fértil nesse campo enquanto o pacifismo não deixar de ser um erro gratuito e cômodo, para ser um complexo conjunto de técnicas sofisticadas de combate aos inimigos da paz. Rudolph Giuliani mostrou, alguns anos atrás, em Nova York, como se opera tal “milagre”.

O maior dano que o pacifismo ocasiona consiste, na maioria das vezes, em mascarar as verdadeiras causas do problema. No caso concreto do Brasil, estamos falando da total omissão do Estado naquilo que deveria ser a sua função essencial: o exercício eficiente do poder de polícia. Sucessivos governos venderam aos crédulos ilusões de igualitarismo, distribuição de renda, “justiça social” etc., mas falharam todos naquilo que deveria ser a sua atividade primordial: proteger a vida, a liberdade e a propriedade dos cidadãos. Aliás, como bem lembrado por Jean-François Revel, reverberar essa falácia esquerdista de que a melhor maneira de combater a violência é através de ações assistencialistas para extirpar a pobreza e as desigualdades, é atribuir àquela uma causa que o exame dos fatos não corrobora. Essa argumentação escatológica serve apenas para encobrir a mais completa e absoluta impotência do Estado para formular uma estratégia operacional eficiente do ponto de vista da segurança.

Insistir na cantilena pacifista, como nos lembra o grande Winston Churchill, só nos levará a sacrificar “qualquer vestígio de sensatez ou propósito, esbanjando um palavrório de chavões enquanto o inimigo prepara as suas armas”. De fato, como muito bem salientou o ex-primeiro ministro inglês, em palavras que se encaixam como uma luva ao caso brasileiro atual, “a obstinada recusa [dos políticos] a enfrentar fatos desagradáveis, o desejo de popularidade e sucesso eleitoral gratuitos, contrariando na maioria das vezes os interesses vitais da nação, o autêntico amor pela paz e a evidente falta de vigor intelectual [da po-

pulação] *constituem os elementos centrais para a perpetuação da fatuidade e da inépcia, que, embora predominantemente desprovidas de malícia, não são isentas de culpa*".

Parafraseando a escritora italiana Oriana Fallaci, eu encerraria dizendo que "detesto a violência como os pacifistas, de má ou boa-fé, nunca a detestarei". Entretanto, "quando a paz significa rendição, medo, perda da dignidade, Não é paz. É suicídio". Eu rejeito o argumento esdrúxulo segundo o qual o porte legal de armas por pessoas de bem induz a violência. Muito pelo contrário, acredito que a defesa da dignidade e da liberdade individuais é e será sempre prioritária. Se hoje proíbem o comércio legal de armas, amanhã poderão proibir as artes marciais, os facões de cozinha, as pistolas de prego, as chaves de fenda, os automóveis ou qualquer outra coisa, simplesmente porque alguns fizeram mau uso deles. Aqui no Rio de Janeiro chegaram ao absurdo de propor uma lei proibindo o transporte em "garupa" de motocicleta porque o número de assaltos perpetrados por ela havia aumentado.

Não. Não é, definitivamente, tirando a liberdade de escolha do cidadão que se combate a violência. Não podemos deixar que o Estado jogue sobre os nossos ombros uma responsabilidade e uma culpa que são, exclusivamente, dele.

(Transcrito de MidiaSemMascara
em 6 de outubro de 2005)

CORRUPÇÃO E MARXISMO

Ives Gandra Martins

Galbraith, em seu livro *A era da incerteza*, lembra que "Alemanha, França e Bélgica se uniam na crença de que Marx era um excelente cidadão para outro país qualquer". Em seus escritos, fantasticamente citados e pouco lidos,

sempre pregou a disseminação do ódio entre as classes e, nada obstante seu indiscutível talento para amalgamar teorias dos que lhe antecederam – como do genial Proudhon –, sua visão do mundo nunca se realizou e jamais se realizará, porque ignora a essência do homem. Na teoria do materialismo histórico, por ele concebida – segundo a qual o homem caminha inexoravelmente para um paraíso final, quando os trabalhadores conseguirem eliminar os "empresários, exploradores de sempre" –, partiu do princípio de que esse paraíso futuro justificaria todos os meios, éticos ou aéticos, para a supressão da classe dominante e da religião, que considerava o ópio do povo.

De rigor, as escolas espiritualistas da interpretação histórica são estupendamente mais liberais e modernas do que as materialistas, inspiradas nas idéias de Marx, pois as primeiras acreditam e asseguram ao homem o livre arbítrio, e as segundas não lhe dão outra alternativa, senão a de cumprir o determinismo histórico que Marx idealizou. O que entendo importante, todavia, realçar, no momento político que o país atravessa, é que, nas lições marxistas, os fins tudo justificam. Os meios mais variados são admitidos, não sendo a ética o elemento essencial para atingir os objetivos colimados. Tudo vale para eliminar os inimigos do povo, ou seja, todos aqueles que não pensam como os marxistas.

A política brasileira está repleta de integrantes de uma esquerda que segue a cartilha marxista. Acreditam em tudo o que seu mestre escreveu e agem de acordo. Bradam pela ética quando estão na oposição mas, no poder, não se pautam por ela. Não hesitam, na busca dos fins esculpidos por sua ideologia, em romper com todos os valores da democracia ocidental. Aham mais fácil invadir terras produtivas, estuprando a Constituição, o Código Civil e o Código Penal, do que conquistá-las, como todo cidadão brasileiro, dentro da lei.

Por isto não têm coragem de fazer o “teste” das urnas. Para os que o fazem, o que mais importa é tomar o poder para realizar os ideais da esquerda marxista.

Nas democracias modernas, o poder conquistado pelo voto popular acaba sendo exercido em coalizão com os partidos mais votados, com o que a representação popular torna-se autêntica. Já a esquerda marxista, quando, disfarçando sua anacrônica ideologia, consegue alcançar o poder pelas urnas, recusa-se a partilhá-lo. Se não houver maioria, compram-se os aliados! Mais do que isto, partido e governo são a mesma coisa.

Por outro lado, como entendem que aquilo que consideram bom para o país é uma verdade absoluta, os líderes marxistas não se sentem obrigados a prestar contas. Não se consideram antiéticos ou aéticos, porque, na sua visão, como os meios são justificados pelos fins, corromper é apenas uma forma de manter o poder não dividido.

No Brasil, começa-se a perceber que os guerrilheiros do passado, que pegaram em armas para substituir o regime militar por um regime marxista e não foram bem-sucedidos, ao conseguirem o poder, nos dias atuais, preferiram aliciar aliados com mensalões ou caixa 2, a governar com a maioria. Nesta linha de ter o poder absoluto, procuraram eliminar os direitos do cidadão, sufocando sua voz, mediante tentativas – felizmente frustradas – de implantação do Conselho Nacional de Jornalismo, da Ancinav, do controle externo amplo da Magistratura e do Ministério Público, do controle da advocacia e outras iniciativas semelhantes.

Se me perguntarem se os ilícitos que são desventrados pela imprensa, pelas CPIs, pelas revelações dos envolvidos prestadas na polícia e junto ao Ministério Público são demonstração de desvio de caráter dessas pessoas, responderei que não. Acreditam eles na velha máxima de que o ideal maior de implantação de uma

república marxista tudo justifica, inclusive a corrupção – meio inidôneo, mas útil ao seu desiderato. Felizmente, a democracia em nosso país é mais sólida do que imaginavam.

Esperemos que, no futuro, o eleitor brasileiro saiba preservar, nas urnas, a democracia, a tanto custo reconquistada no Brasil, assegurando a liberdade do povo brasileiro de decidir seu próprio destino e de não se submeter às imposições dos seguidores de Marx, que, entre nós, continuam apegados a idéias anacrônicas e malsucedidas em todas as partes do mundo.

(Publicado em *O Estado de S. Paulo*, 22/09/2005)

A IDEOLOGIZAÇÃO DA JUSTIÇA

Alberto Oliva
Filósofo

O Brasil caminha em direção à “esquizofrenia legal”. Enquanto os parlamentares elaboram leis em profusão, a maioria das quais totalmente desnecessária, no Judiciário aumenta o número de adeptos da justiça alternativa. Uns fazem leis a granel, outros não se contrangem em tomar decisões que as contrariam. E com isso o Estado de Direito vai-se deteriorando. Pesquisa feita pelo Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) mostra que a conhecida morosidade da Justiça brasileira veio se juntar a parcialidade de julgamento. Ambas fazem muito mal à sociedade. Mas a chamada justiça alternativa, que relativiza até o que estabelece a Constituição, é um fator que cria animosidade social e chega a produzir encolhimento da atividade econômica. Ninguém em seu juízo perfeito investe sem estar protegido por uma legislação que lhe garanta a apropriação do que vier a ganhar. Por isso a falta de segurança jurídica é grave. Fica-se sabendo pela pesquisa do Ipea que 78% dos juízes entendem que a busca de

justiça social justifica decisões que violem contratos. O estudo feito com oitocentos juizes, desembargadores e ministros de tribunais tornou patente que, entre os juizes com menos de 40 anos, 83,7% consideram que a justiça social deve prevalecer sobre o respeito aos contratos.

Os agentes sociais não conseguem contrair relações baseadas na confiança quando às regras escritas se sobrepõem os conceitos não-escritos de justiça dos que julgam. Trata-se de argumento frágil invocar a necessidade de fazer a balança da justiça pender para o lado dos mais fracos. Mesmo porque a falta de fidúcia gerada por um Judiciário que não se sente minimamente desconfortável em assumir posição frontalmente contrária ao que estabelece a Lei prejudica a vida social como um todo. A incerteza jurídica desencadeia desconfiança generalizada entre os agentes. Não pode uma decisão de um juiz se chocar com o que determina a legislação sem que o subjetivo predomine sobre o objetivo. Por ser vaga, a noção de justiça social pode variar de magistrado a magistrado, provocando uma babel nos julgamentos. A não ser que todos se coloquem em uníssono contra, por exemplo, a propriedade privada e o respeito aos contratos. Mas como se a lei determina o contrário?

Os que propõem que a justiça assuma abertamente um viés de classe seriam mais coerentes se defendessem a formação dos Comitês Revolucionários do Povo. Reduzindo o Direito a subproduto da vida econômica, subtraísse do Judiciário a condição de campo autônomo de julgamento. O desejo de proteger a parte mais fraca de um contencioso não autoriza a passar por cima do que foi livremente pactuado ou do que está sacramentado em lei. É preocupante o fato de o Judiciário estar se deixando politizar a ponto de muitos de seus membros adotarem a tese de que só existe justiça de classe. Ora, emitir sentenças impregnadas de carga ideológica e sem respaldo na Lei

torna o Judiciário prescindível. Os “movimentos revolucionários” se desincumbiriam melhor da tarefa de promover a justiça social. Posturas políticas que nominalmente se apresentam como defensoras dos fracos são as que mais acabam por prejudicá-los por criarem um ambiente socioeconômico desfavorável aos investimentos.

A chamada justiça alternativa coloca o juiz acima da lei, fazendo-o sentir-se autorizado até a julgar em completa dissonância com a Lei Magna. Essa exorbitância de poder é uma negação da justiça. Sociedades prósperas se distinguem, entre outras coisas, pelo respeito quase sagrado às regras básicas do jogo social. Se os contratos juridicamente perfeitos são violados, inviabiliza-se o crescimento econômico duradouro. Se ninguém é dono do que legitimamente conquistou, então a insegurança é a tônica. Contratos são passíveis de negociação, não de revisão levada a cabo pelo magistrado. Quando não se julga em consonância com que estabelece a Lei, estimula-se o desrespeito generalizado a ela. E isto é ruinoso para qualquer sociedade e fere de morte o Estado de Direito.

(Transcrito de JB ONLINE, 01/02/05)

RECOMEÇOS?

Roberto Da Matta
Antropólogo

Para se ter uma idéia da crise de longa duração (com permissão do historiador francês F. Braudel) que nos atordoa, basta examinar como colocamos fora de nós, sempre no aparelho estatal e em algum providencial salvador da pátria, a solução de nossos problemas.

Recebemos em solenidades messiânicas a família real portuguesa vinda para nos civilizar. Na alvorada do século XIX, Dom João VI

foi a encarnação do mais alto poder no sentido personalizado do termo. É fácil imaginar como sua presença foi básica para cimentar a crença de que o bom, o civilizado e o rico vinham de fora. O rei deixou os dois “Pedros”, que, no maior país do continente sul-americano, mantiveram a estabilidade monárquica cercada de repúblicas que, na época, eram a resposta sul-americana (caudilhesca e autoritária) aos ideais políticos modernos nascidos na Europa e postos em prática nos Estados Unidos.

Enquanto o século XIX testemunhava a aplicação em toda a parte dos valores republicanos liberais fundados na liberdade e na igualdade, esses apanágios da burguesia, nós consolidávamos um sistema baseado na mais sólida desigualdade escravocrata. No seu cume estava a figura paternal de um imperador cujo papel político era o de moderar o sistema polarizado pelos radicais, todos capazes de muitas revoluções por minuto, como afirmou Pedro II numa visita aos Estados Unidos, ao ser apresentado a uma formidável máquina a vapor.

Após a tumultuada Proclamação da República, ficou a nostalgia de um pai para se acasalar com essa mais mátria (como dizia o Padre Vieira) do que pátria brasileira, agora formalmente separada de um estilo de governo francamente aristocrático. Uma república igualitária na letra da lei, mas com práticas sociais elitistas, quando não perturbadoramente messiânicas, como prova a tragédia de Canudos.

Daí vem certamente a base da imagem anedótica segundo a qual lá no fundo o Brasil é uma viúva ou meretriz. Uma Dona Flor acasalada com muitos maridos que dela tiram partido, mas jamais com um homem probo, pronto a usar sua espada não apenas para consumir o matrimônio com a viúva – haja machismo enrustido – plena de tesão e safadagem mas, sobretudo, para decepar as setecentas cabeças dos seus contumazes amantes-assaltantes. Com isso, sucedem-se os mais variados re-

gimes políticos, vão-se os mais variados partidos, mas o uso dos cargos estatais para a chamada “arrumação” da família e da perpetuidade no poder continua. De modo artesanal e com fundamento nos valores da amizade, através do nosso velho e honrado nepotismo. Ou de modo pós-moderno, como mostra o quadro atual, por meio de redes hipersofisticadas de compra de influência e formação de recursos que associam órgãos estatais a empresas de publicidade e bancos privados, passando pelo núcleo mais duro (e político-ideológico) do Governo, com vistas à montagem de um esquema financeiro politicamente infalível nos seus propósitos de redenção da plebe faminta e, obviamente, carente de liderança paterna democrática e desinteressada.

Passaram reis e imperadores, mas a saudade de sua infalível autoridade messiânica produziu ditadores civis e militares, caudilhos de várias estirpes e uma corja de políticos cuja mensagem é a de salvar o sistema de fora para dentro e de cima para baixo, algo atraente numa sociedade de viés aristocrático na qual um Estado insulado das relações sociais é um convite ao assalto e faculta a idéia até hoje vigente que o “governo” tem razões que o povo (que o legitimou pelas urnas) desconhece.

Penso, pois, que na raiz dessa crise jaz o abalo da crença de que existem pessoas, partidos e ideologias capazes de mudar magicamente o Brasil. Daí essa dolorosa e libertadora descoberta de que nós, cidadãos comuns, temos sido uns imbecis ao entregar o nosso país a “governos” com o aval de gerenciar o Brasil longe de nossos olhos e à revelia de nossos interesses. Como se o Brasil fosse algo inalcançável. O pacto de entregar o país ao político ladrão que roubava e fazia e, de quebra, dava o emprego público ao nosso filho acabou-se. No Brasil do tráfico de drogas, dos administradores monitorados pela mais densa ignorância e pela mais nítida irresponsabilidade pú-

blica; no Brasil das polícias que empurram responsabilidades umas para as outras e de polícia que rouba a si mesma!; no Brasil dos juízes que falam um idioma do século XVI e usam computadores do século XXI, cujo interesse em decidir e finalizar casos é tão imponderável como o de uma loteria; esgotou-se o velho pacto do Governo que tomava conta de tudo e nada dava em troca.

Ao lado da vergonha e da decepção de promessas não cumpridas pelo partido “que não rouba e não deixa roubar”, vivemos hoje algo muito importante. Refiro-me a um recomeço,

divorciado dos populismos mágicos com suas fórmulas de salvação fáceis e feitas. Recomeço modesto na prática, mas imenso na construção de uma cidadania ativa que paga impostos, mas exige sua devolução na forma de serviços e melhorias públicas. Cidadania de cotidianos sem milagres e messias, mas dourados na sua decisão de amar o Brasil todos os dias. Sem que para tanto seja preciso um partido ou um mandachuva que goste dele, cuide dele e o assalte em nosso honrado nome. ●

(Transcrito de *O Globo*, 28/09/05)

BIBLIOTECA DO EXÉRCITO EDITORA

Coleção General Benício



A FEB pelo seu comandante

J. B. Mascarenhas de Moraes

Este título nos fornece, segundo um plano de conjunto e no quadro da verdade histórica, um relatório da atuação da FEB em território italiano.

Revive acontecimentos com a exata delimitação dos feitos militares e justa caracterização de seu papel na manobra geral do V Exército.

O zelo lingüístico do Professor Daltro Santos, pela revisão feita, a torna uma peça literária de elevado valor.

**A palavra impressa é um registro
de idéias, pensamentos e história.
Documenta o passado e materializa
projetos para o futuro.
Nossa história está registrada
em cada uma das palavras de alguns
dos mais importantes títulos da
literatura brasileira e nosso futuro
vamos imprimir nas palavras de
cada um de nossos clientes.
Na próxima oportunidade,
imprima Sermograf.**

SERMOGRAF
Tudo que você deseja de uma gráfica.



Biblioteca do Exército

Cada vez mais a serviço
dos ideais, dos valores e das
necessidades da cultura
militar brasileira.